

**UFRRJ**  
**INSTITUTO DE AGRONOMIA**  
**PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM EDUCAÇÃO AGRÍCOLA**

**DISSERTAÇÃO**

**O PAPEL DO IFES - *CAMPUS* DE ALEGRE NO CONTEXTO DA  
DINÂMICA SOCIOECONÔMICA DA MICRORREGIÃO  
DO CAPARAÓ: UNIDADE DE PLANEJAMENTO  
DO ESPÍRITO SANTO**

**ANGELA MARIA DO AMARAL ABREU CARVALHO**

**2015**



**UNIVERSIDADE FEDERAL RURAL DO RIO DE JANEIRO  
INSTITUTO DE AGRONOMIA  
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM EDUCAÇÃO AGRÍCOLA**

**O PAPEL DO IFES - *CAMPUS* DE ALEGRE NO CONTEXTO DA  
DINÂMICA SOCIOECONÔMICA DA MICRORREGIÃO  
DO CAPARAÓ: UNIDADE DE PLANEJAMENTO  
DO ESPÍRITO SANTO**

**ANGELA MARIA DO AMARAL ABREU CARVALHO**

*Sob a Orientação da Professora*  
**Dra. Rosa Cristina Monteiro**

*e Co-orientação do Professor*  
**Dr. Aldo Rezende**

Dissertação submetida como requisito parcial para a obtenção do grau de Mestre em Ciências, no Programa de Pós-Graduação em Educação Agrícola, Área de Concentração em Educação Agrícola.

Seropédica, RJ  
Setembro de 2015

630.7  
C331p  
T

Carvalho, Angela Maria do Amaral Abreu,  
1977-

O papel do Ifes - *Campus* de Alegre no contexto da dinâmica socioeconômica da microrregião do Caparaó: unidade de planejamento do Espírito Santo / - 2015.  
153 f.: il.

Orientador: Rosa Cristina Monteiro.

Dissertação (mestrado) - Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro, Curso de Pós-Graduação em Educação Agrícola.

Bibliografia: f. 117-123.

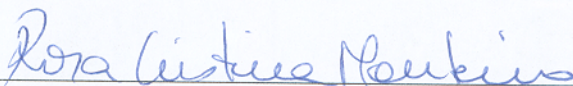
1. Ensino agrícola - Teses. 2. Educação e Estado - Teses. 3. Planejamento estratégico - Teses. 4. Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Espírito Santo (*Campus* de Alegre) - Teses. I. Monteiro, Rosa Cristina, 1955-. II. Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro. Curso de Pós-Graduação em Educação Agrícola. III. Título.

UNIVERSIDADE FEDERAL RURAL DO RIO DE JANEIRO  
INSTITUTO DE AGRONOMIA  
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM EDUCAÇÃO AGRÍCOLA

ANGELA MARIA DO AMARAL ABREU CARVALHO

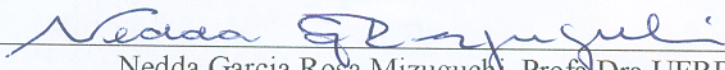
Dissertação submetida como requisito parcial para obtenção do grau de **Mestre em Ciências**, no Programa de Pós-Graduação em Educação Agrícola, Área de Concentração em Educação Agrícola.

DISSERTAÇÃO APROVADA EM 04/12/2015.



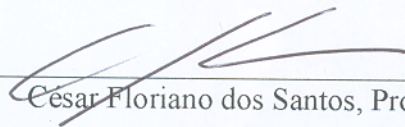
---

Rosa Cristina Monteiro, Profa Dra. UFRRJ



---

Nedda Garcia Rosa Mizuguchi, Profa Dra UFRRJ



---

César Floriano dos Santos, Prof. Dr. UFSC



[...] “Não é pela Educação sozinha que se vai a algum lugar. Isso é balela”. [...] “é preciso estar aliada a uma revolução social. Primeiro educar num outro nível. [...] Educação é um instrumento, mas não é algo que sozinha seja uma produção”. [...] “Nós devíamos ter uma cruzada pela ascensão social, que está em baixa e só seria possível com a mudança de estrutura dentro da sociedade. Teríamos que ter uma preocupação sistêmica com a melhoria das condições de todos os brasileiros”

*Professor Milton Santos.*

## AGRADECIMENTOS

A Deus! Sim, a Deus. Não por mera religiosidade, mas, por comungar com Rubem Alves, que “... é mais belo o risco ao lado da esperança que a certeza ao lado de um universo frio e sem sentido...”.

Aos meus orientadores, Professora Dra. Rosa Cristina Monteiro e Professor Dr. Aldo Rezende, pela orientação de modo a me conceder um rico aprendizado durante todo o processo de pesquisa. Sou muito grata pelo acompanhamento, colaboração, paciência e companheirismo. Não encontro palavras suficientes para demonstrar a minha gratidão e minha satisfação pelo trabalho que construímos.

Aldo e Rosa, olhando através da janela de um passando recente, os últimos dois anos, o sentimento não poderia ser outro se não o de libertação, de realização, de transformação e de crescimento. Isso só foi possível porque vocês fazem a diferença.

Aos professores, técnicos administrativos e funcionários do Programa de Pós-Graduação em Educação Agrícola – PPGEA.

Aos colegas da Turma 2013/2 do Programa de Pós-Graduação em Educação Agrícola – PPGEA, pela troca de experiências durante esse processo.

Aos servidores, alunos e funcionários do Ifes – *Campus* de Alegre, pela cooperação e apoio à pesquisa.

Aos gestores e alunos do Ifes – *Campus* de Alegre, gestores dos Sindicatos dos Trabalhadores Rurais e às unidades do INCAPER da microrregião do Caparaó-ES, pela disponibilidade em participar da pesquisa.

Ao Instituto Jones dos Santos Neves, por toda presteza nas informações que muito contribuíram para este trabalho.

Ao amor da minha vida: Virgílio Carvalho. Obrigada pelo seu amor, amizade, companheirismo, compreensão e incentivo em todos os meus projetos. O meu eterno amor!

Aos meus sogros: Dayse e Nilo Carvalho. Vocês são participantes e responsáveis por toda a minha jornada na busca do conhecimento. Sou muito grata por tudo!

Aos meus pais que, mesmo não tendo nenhuma formação, sempre foram incentivadores e admiradores dos que buscam a Educação como quem busca a um tesouro. A todos os meus familiares pelo amor e incentivo.

A família SIBA pelo companheirismo e incentivo.

À Professora Sônia Maria Pereira pela presteza e dedicação na correção de português dessa dissertação.

A todos minha eterna gratidão!



## RESUMO

CARVALHO, Angela Maria do Amaral Abreu. **O papel do Ifes - *Campus* de Alegre no contexto da dinâmica socioeconômica da microrregião do Caparaó: Unidade de Planejamento do Espírito Santo**. 2015, 153p. Dissertação (Mestrado em Educação Agrícola) Instituto de Agronomia, Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro, Seropédica, RJ. 2015.

O objetivo principal desta pesquisa foi o de analisar o papel do Ifes – *Campus* de Alegre no contexto da dinâmica socioeconômica da microrregião do Caparaó, na condição de unidade de planejamento, conforme diretrizes e estratégias apontadas pelo Plano de Desenvolvimento Espírito Santo 2025, instituída pelo governo estadual. A reflexão proposta fundamentou-se na discussão sobre a (re)produção do espaço geográfico, enquanto produto das relações sociais, buscando compreender a historicidade dos processos de organização e estruturação, em especial do subespaço denominado microrregião do Caparaó. Buscou-se destacar, de forma pontual, as intencionalidades na atuação dos principais agente de (re)produção e consumo do espaço, em sua totalidade social, em especial o Estado. Na discussão sobre a atuação do Estado, as abordagens estão relacionadas às estratégias de políticas públicas de educação e planejamento estratégico, com ênfase na proposta de educação rural no viés da Teoria do Capital Humano relacionado à modernização conservadora da agricultura brasileira. Enquanto pesquisa de base quali-quantitativa, exploratória e descritiva, a mesma foi desenvolvida em três etapas que se complementam: pesquisa bibliográfica e virtual: artigos científicos, livros e demais publicações relacionados ao tema e temáticas correspondentes; pesquisa documental: Plano de Desenvolvimento Espírito Santo 2025, no que diz respeito a microrregião do Caparaó, Plano de Desenvolvimento Institucional – PDI/Ifes, além de legislações pertinentes; elaboração e aplicação de questionários junto aos alunos formandos dos cursos técnicos e dos cursos superiores (2014), diretor de ensino, coordenadores de cursos, diretor de pesquisa, pós-graduação e extensão, coordenador de extensão do Ifes - *Campus* de Alegre, representantes dos Sindicatos dos Trabalhadores Rurais e Incaper dos 11 municípios que compõem a microrregião do Caparaó. A partir do tratamento e esforço de análise dos dados e informações coletados, uma outra questão se apresenta: qual a função social do Ifes - *Campus* de Alegre enquanto instituição de ensino, formação, pesquisa e extensão no contexto das demandas socioeconômicas, políticas e culturais da terceira microrregião mais pobre do Espírito Santo?

**Palavras-chave:** Espaço social. Estado. Educação rural. Modernização conservadora. Planejamento estratégico.

## ABSTRACT

CARVALHO, Angela Maria do Amaral Abreu. **The role of Ifes - Alegre Campus in context of socio-economic dynamics of the micro Caparaó: Unit Planning of the Espírito Santo.** 2015, 153p. Dissertation. (Master Science in Agricultural Education). Instituto de Agronomia, Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro, Seropédica, RJ. 2015.

The main objective of this research was to evaluate the role of Ifes – Alegre Campus on the socioeconomic dynamics of the Caparaó micro-region as a planning unit, according to the guidelines and strategies outlined by the Espírito Santo Development Plan 2025 established by the state government. The reflection proposal was based on the discussion of the (re) production of the geographical space as a social relation's product, seeking to understand the historicity of the organizational processes and structure, in particular on the subspace called Caparaó micro-region. It sought to highlight, in a timely manner, the performance intentions of the main agents of (re) production and consumption of space in its social totality, especially the State. In discussing the State actions, the approaches are related to the public policy strategies of education and strategic planning, emphasizing the proposal for rural education in the bias of the Human Capital Theory related to the conservative modernization of the Brazilian agriculture. While an exploratory, descriptive, qualitative and quantitative-based research, it was carried out using three complementary methods: bibliographic and virtual research: scientific articles, books and other publications related to the theme and correspondent topics; documentary research: Espírito Santo Development Plan 2025 focusing on the Caparaó micro-region, Institutional Development Plan - PDI/Ifes and related legislation; application of questionnaires to graduating students of technical courses and higher education (2014), head of education, course coordinators, head of research and post-graduation and coordinator of community outreach of the Ifes –Alegre Campus, rural labor union representatives and Incaper of the 11 municipalities that make up the Caparaó micro-region. After the treatment and effort of data and information analyzes, another question has come out: what is the social function of Ifes - Alegre Campus as an education, training, research and community outreach institution in the context of socio-economic, political and cultural demands of the third poorest micro-region of Espírito Santo?

**Keywords:** Social space. State. Rural education. Conservative modernization. Strategic planning.

## **LISTA DE FIGURAS**

Figura 1 – Mapa das mesorregiões geográficas do Espírito Santo .....	75
Figura 2 – Mapa das macrorregiões de planejamento do Espírito Santo.....	76
Figura 3 – Mapa das microrregiões e gestão administrativa do Espírito Santo .....	77
Figura 4 – Mapa da microrregião do Caparaó.....	78

## LISTA DE QUADROS

Quadro 01 – O planejamento nos três níveis organizacionais .....	62
Quadro 02 – Investimentos previstos para 2009-2014 (microrregião Caparaó).....	93
Quadro 03 – Cursos técnicos ofertados por ano: ingressantes e concluintes.....	97
Quadro 04 – Cursos técnicos, modalidade Proeja, ofertados por ano: ingressantes e concluintes .....	102
Quadro 05 – Motivação para fazer o curso superior .....	103
Quadro 06 – Expectativa profissional ao concluir o curso superior.....	104
Quadro 07 – Respostas dos gestores do Ifes – <i>Campus</i> de Alegre.....	105
Quadro 08 – Respostas dos gestores dos sindicatos dos trabalhadores rurais .....	106
Quadro 09 – Respostas dos gestores do Incaper .....	106

## LISTA DE TABELAS

Tabela 01 – Período e área de cultivo do Café no ES 1960 a 1970.....	44
Tabela 02 – Evolução da população dos municípios da microrregião do Caparaó.....	82
Tabela 03 – Valor adicionado por setores econômicos por município (%).....	84
Tabela 04 – Participação da administração pública no valor adicionado por municípios – 2006 a 2011 (%) .....	85
Tabela 05 – Participação dos municípios no PIB estadual – 2006 a 2011 .....	87
Tabela 06 – PIB municipal – posição dos municípios no ranking estadual – 2006 a 2011 .....	88
Tabela 07 – Participação das microrregiões no PIB estadual 2006 a 2011 (%).....	90
Tabela 08 – IDH – municipal do Espírito Santo 1991, 2000 e 2010.....	91

## LISTA DE GRÁFICOS

Gráfico 01 – Motivação para fazer o Curso - Técnico em Agroindústria integrado ao Ensino Médio .....	99
Gráfico 02 – Motivação para fazer o Curso - Técnico em Agropecuária integrado ao Ensino Médio .....	100
Gráfico 03 – Perspectiva de atuação profissional - Técnico em Agroindústria integrado ao Ensino Médio .....	101
Gráfico 04 – Perspectiva de atuação profissional - Técnico em Agropecuária integrado ao Ensino Médio .....	101

## LISTA DE SIGLAS

<b>COAGRI</b>	Coordenação Nacional de Ensino Agrícola
<b>COOP</b>	Cooperativa Agrícola
<b>EAF</b>	Escola Agrotécnica Federal
<b>EAFA</b>	Escola Agrotécnica Federal de Alegre
<b>ENEM</b>	Exame Nacional do Ensino Médio
<b>ES</b>	Espírito Santo
<b>FMI</b>	Fundo Monetário Internacional
<b>IBGE</b>	Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística
<b>IDH</b>	Índice de Desenvolvimento Humano
<b>IEMA</b>	Instituto Estadual de Meio Ambiente
<b>Ifes</b>	Instituto Federal do Espírito Santo
<b>IJSN</b>	Instituto Jones dos Santos Neves
<b>INCAPER</b>	Instituto Capixaba de Pesquisa, Assistência Técnica e Extensão Rural
<b>LDB</b>	Lei de Diretrizes e Bases da Educação
<b>LPP</b>	Laboratório de Práticas e Produção
<b>PAO</b>	Programa Agrícola Orientado
<b>PD</b>	Plano de Desenvolvimento
<b>PDI</b>	Plano de Desenvolvimento Institucional
<b>PDU</b>	Plano Diretor Urbano
<b>PE</b>	Planejamento Estratégico
<b>PEDEAG</b>	Plano Estratégico de Desenvolvimento da Agricultura Capixaba
<b>PIB</b>	Produto Interno Bruto
<b>PND</b>	Plano Nacional de Desenvolvimento
<b>PPA</b>	Plano Plurianual
<b>PPC</b>	Projeto Pedagógico de Curso
<b>PROEJA</b>	Programa de Educação de Jovens e Adultos
<b>PRONATEC</b>	Programa Nacional de Acesso ao Ensino Técnico e Emprego
<b>PTDRSS</b>	Plano Territorial de Desenvolvimento Rural Sustentável e Solidário
<b>SECAD</b>	Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização e Diversidade
<b>SENTE</b>	Secretaria Nacional de Educação Tecnológica
<b>UFES</b>	Universidade Federal do Espírito Santo

## SUMÁRIO

<b>INTRODUÇÃO .....</b>	<b>1</b>
<b>CAPÍTULO I - A PRODUÇÃO DO ESPAÇO EM SUA TOTALIDADE SOCIAL: REFLEXÕES TEÓRICO-METODOLÓGICAS.....</b>	<b>5</b>
1.1 Estruturação e Organização do Espaço: enquanto totalidade social.....	15
1.2 O Estado e as Estratégias de Planejamento Sócio Espacial .....	23
<b>CAPÍTULO II - ASPECTOS PONTUAIS SOBRE O ESTADO E POLÍTICAS PÚBLICAS DE EDUCAÇÃO NO ÂMBITO DA MODERNIZAÇÃO CONSERVADORA DA AGRICULTURA BRASILEIRA .....</b>	<b>29</b>
2.1 Educação e Trabalho no Contexto das Políticas Públicas no Brasil.....	31
2.2 Educação Rural no Contexto da Modernização da Agricultura .....	36
2.3 Considerações Sobre a Modernização da Agricultura e Educação Rural no Espírito Santo .....	43
2.4 Da Escola Agrotécnica Federal de Alegre - EAFA, ao Instituto Federal do Espírito Santo - Campus de Alegre.....	47
<b>CAPÍTULO III - PLANEJAMENTO: DEFINIÇÕES, PRINCÍPIOS E FORMAS DE IMPLEMENTAÇÃO .....</b>	<b>56</b>
3.1 Considerações sobre o Planejamento enquanto Estratégia de Intervenção.....	60
3.2 Planejamento na Perspectiva da Organização e Estruturação do Espaço Geográfico .....	67
3.3 Planejamento Estratégico na Microrregião do Caparaó.....	69
3.4 Microrregião do Caparaó: aspectos gerais .....	77
3.4.1 Localização.....	78
3.4.2 Dos municípios integrados à Microrregião do Caparaó .....	79
3.4.3 Evolução da população .....	81
3.4.4 Aspectos econômicos: 2006 a 2011.....	83
3.4.5 Administração pública no contexto da economia local .....	86
3.4.6 Posição dos Municípios em relação ao PIB Estadual.....	87
3.4.7 PIB dos Municípios no Ranking Estadual .....	88
3.4.8 PIB das Microrregiões de 1999 a 2011 .....	89
3.4.9 IDH dos Municípios do Estado do Espírito Santo.....	90
3.5 Diretrizes do Plano de Desenvolvimento para a Microrregião do Caparaó.....	91
<b>CAPÍTULO IV - ANÁLISE SOBRE O PAPEL DO IFES - CAMPUS DE ALEGRE NO CONTEXTO DA DINÂMICA SÓCIOECONÔMICA DA MICRORREGIÃO DO CAPARAÓ.....</b>	<b>95</b>
4.1 Quanto aos cursos oferecidos pelo Ifes - Campus de Alegre e sua relação com os dados e informações socioeconômicos da microrregião do Caparaó .....	96
4.1.1 Dos Cursos Técnicos: estruturação.....	96
4.1.2 Dos Cursos Superiores .....	103
4.2 Dos Gestores do Ifes - Campus de Alegre .....	104
4.3 Dos Gestores dos Sindicatos dos Trabalhadores Rurais e INCAPER.....	105
4.4 Sobre a relação dos cursos ofertados, das atividades de pesquisa e extensão com o contexto socioeconômico da microrregião do Caparaó .....	107
<b>CONSIDERAÇÕES.....</b>	<b>112</b>
<b>REFERÊNCIAS.....</b>	<b>117</b>



## ANEXOS

Anexo 1 – Histórico: fundação, reestruturação e oferta de cursos do Ifes – <i>Campus de Alegre</i> .....	124
Anexo 2 – Escopo - Projeto Pedagógico dos cursos ofertados pelo Ifes – <i>Campus de Alegre</i> .....	125
Anexo 3 – Histórico dos Municípios componentes da microrregião do Caparaó.....	135
Anexo 4 – Relação dos Projetos Estruturantes do Plano de Desenvolvimento Espírito Santo 2025 que contemplam a microrregião do Caparaó.....	140
Anexo 5 – Questionário I – Entrevista com os gestores do Ifes – <i>Campus de Alegre</i> .....	147
Anexo 6 – Questionário II – Entrevista com alunos dos 3º anos dos cursos técnicos do Ifes – <i>Campus de Alegre</i> .....	149
Anexo 7 – Questionário III – Entrevista com alunos formandos dos cursos superiores do Ifes – <i>Campus de Alegre</i> .....	151
Anexo 8 – Questionário IV – Entrevista com os gestores dos sindicatos dos trabalhadores rurais e das unidades do INCAPER. ....	153

## INTRODUÇÃO

A exemplo do Plano de Desenvolvimento Espírito Santo 2025, instituído pelo Governo Estadual, assim como do Plano Territorial de Desenvolvimento Rural Sustentável e Solidário - PTDRSS, Território do Caparaó/ES, instituído pelo Governo Federal, inúmeras são as iniciativas voltadas para o pensar e planejar a microrregião do Caparaó-ES com vistas a promover o seu desenvolvimento estratégico integrado e equilibrado.

A microrregião é composta por onze municípios: Alegre, Bom Jesus do Norte, Divino de São Lourenço, Dolores do Rio Preto, Guaçuí, Ibatiba, Ibitirama, Irupi, Iúna, Muniz Freire e São José do Calçado. De acordo com dados do IBGE (2011), numa área total de 3.840 m<sup>2</sup>, de relevo montanhoso, sua população foi estimada em 178.631 habitantes. Na região encontram-se o 3º e o 4º picos mais altos do Brasil.

Além da predominância da agricultura familiar com base no cultivo do café arábica e a pecuária, na microrregião do Caparaó, merece destaque as belas paisagens que sinalizam para o desenvolvimento da atividade turística. No entanto, contrapondo a esta possibilidade, é preciso registrar que na atualidade, a exploração de granito e seu beneficiamento, assim como o avanço do plantio do eucalipto, são iniciativas que têm acelerado o processo de degradação socioambiental em curso.

Nesse contexto, é considerável o número de analfabetos e semianalfabetos e que coaduna com o expressivo número de famílias com renda de até 01 salário mínimo, o que também contribui para afirmar a grave situação de desigualdade social historicamente marcada pela predominância da estrutura fundiária concentrada na microrregião do Caparaó.

É nessas circunstâncias que está inserido uma das instituições de ensino (antiga EAF-Alegre-ES), com a instituição da Lei nº 11.892 a partir do ano de 2008, denominada Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Espírito Santo – *Campus* de Alegre.

Na atualidade, a referida instituição de ensino oferece cursos de ensino médio integrado, educação superior, básica e profissional. Trata-se, portanto, de uma instituição de ensino pluricurricular, multicampi e descentralizada, especializada na oferta de educação profissional e tecnológica nas diferentes modalidades de ensino.

Diante do exposto, tem-se como objetivo principal, analisar o papel do Ifes - *Campus* de Alegre, no contexto da dinâmica socioeconômica da microrregião do Caparaó na condição de unidade de planejamento, conforme diretrizes e estratégias apontadas pelo Plano de Desenvolvimento Espírito Santo 2025, instituído pelo governo do Espírito Santo. Não se trata apenas do reconhecimento instrumental-funcional da instituição frente às demandas

socioeconômicas, políticas e culturais, o que implicaria em mero reducionismo e não reconhecimento da instituição enquanto importante agente face aos processos de organização e estruturação do espaço compreendido enquanto produto social em sua totalidade.

Com efeito, importa desvelar as estratégias de discussão para a definição de diretrizes e elaboração dos planos de desenvolvimento pretendidos para a microrregião, para então, se ter a compreensão do nível de envolvimento dos agentes sociais, a exemplo dos sindicatos rurais, dos profissionais do Ifes - *Campus* de Alegre, além de outros agentes diretamente relacionados com os processos políticos, socioeconômicos e culturais da microrregião do Caparaó.

Na perspectiva da contribuição parcial do método regressivo-progressivo de estudo e análise (Lefebvre, 1985), buscou-se alcançar o objetivo principal da presente pesquisa, a partir da identificação e reconhecimento sobre os principais aspectos histórico-geográficos e socioculturais da microrregião do Caparaó, na condição de subespaço em sua totalidade social. Importante se faz ressaltar a contribuição dos estudos do professor Milton Santos em suas discussões sobre o espaço enquanto produto social.

Com relação ao citado método regressivo-progressivo e uma vez considerada sua complexidade, neste trabalho sua utilização de forma parcial, abre a possibilidade de contextualização dos processos socioeconômicos, políticos, culturais e ideológicos enfeixados e intrinsecamente relacionados à historicidade da relação espaço-tempo por sua vez capaz de revelar as singularidades dos contextos da microrregião do Caparaó.

Mesmo que de forma parcial, o movimento reflexivo pretendido se entrelaça aos recursos metodológicos de desenvolvimento da pesquisa, através de instrumentos específicos relativos à coleta de dados e ao levantamento de informações, capazes, portanto, de contribuir com a expectativa de análise e apreensão sobre o tema proposto.

Contudo, além da pesquisa bibliográfica de base primária e secundária, foram utilizados questionários com perguntas estruturadas e semiestruturadas direcionados tanto ao público interno à instituição de ensino, qual seja: diretor de ensino e diretor de pesquisa, pós-graduação e extensão, alunos e coordenadores de cursos, como também agentes externos, a exemplo de representantes dos sindicatos rurais, Incaper, dentre outros agentes diretamente relacionados com a proposta de formação, pesquisa e extensão do Ifes - *Campus* de Alegre.

A presente pesquisa se insere na modalidade de estudo de caso, pois visa investigar o papel de uma instituição específica, ou seja, o Ifes - *Campus* de Alegre, no contexto da dinâmica socioeconômica da microrregião do Caparaó enquanto unidade de planejamento estratégico, instituído pelo governo Estadual.

Em se tratando de uma pesquisa quali-quantitativa, de base exploratória e descritiva, a mesma foi desenvolvida em três etapas que se complementam:

- pesquisa bibliográfica e virtual: artigos científicos, livros e demais publicações relacionados ao tema e temáticas correspondentes.
- pesquisa documental: Plano de Desenvolvimento Espírito Santo 2025, no que diz respeito a microrregião do Caparaó, Plano de Desenvolvimento Institucional – PDI/Ifes, além de legislações pertinentes.
- elaboração e aplicação de questionários aos alunos formandos, diretor de ensino, coordenadores de cursos, diretor de pesquisa, pós-graduação e extensão, coordenador de extensão do Ifes - *Campus* Alegre, representantes dos sindicatos rurais e Incaper dos 11 municípios que compõem a microrregião do Caparaó.

Essas foram algumas das estratégias adotadas na realização da presente dissertação que será apresentada em quatro capítulos:

O primeiro capítulo é dedicado ao referencial teórico-conceitual sobre o espaço geográfico, enquanto produto das relações sociais, buscando compreender a historicidade dos processos de organização e estruturação do espaço, em especial do subespaço denominado Microrregião do Caparaó.

A discussão parte do conceito de espaço social relacionado ao processo de transformação histórica da microrregião do Caparaó, enquanto unidade de planejamento, a partir das variáveis e intencionalidades presentes na atuação dos principais agentes de produção, reprodução e consumo do mesmo, em sua totalidade.

Esse capítulo foi estruturado em duas seções. Na primeira seção, busca-se qualificar os processos de organização e estruturação do espaço, enquanto totalidade social, destacando a indissociável ação dos agentes, em especial o Estado, tanto na (re)produção como no consumo do espaço. Compreendida a importância do papel do Estado, como um dos importantes agentes na (re)produção do espaço, a segunda seção traz a dissertação referente às estratégias de planejamento sócio espacial a partir das formas de atuação do Estado.

O segundo capítulo apresenta aspectos pontuais sobre a atuação do Estado no âmbito das políticas públicas de educação, por sua vez, relacionada ao propósito de modernização conservadora da agricultura brasileira. Esse capítulo está subdividido em quatro seções. De forma pontual, a primeira seção traz abordagens sobre o papel do Estado na formulação de políticas públicas da educação e sua relação com as dualidades estabelecidas em relação aos interesses de classe e setores produtivos da economia. Nesse ínterim, a segunda seção discorre sobre a educação rural no contexto da modernização da agricultura, seguido da terceira seção

que traz abordagens referentes à modernização da agricultura e educação rural no Espírito Santo. A quarta seção discorre sobre a fundação da Escola Agrotécnica Federal de Alegre, posteriormente denominada Ifes – *Campus* de Alegre.

O terceiro capítulo refere-se às discussões sobre o termo e o conceito de planejamento e suas formas, quando também serão feitas referências pontuais sobre o Plano de Desenvolvimento do Espírito Santo 2025, em especial, sobre a caracterização geral da microrregião do Caparaó, contemplando aspectos gerais dos onze municípios que a compõem. Nesse capítulo, merecem destaque os dados e informações socioeconômicas dos municípios integrantes da microrregião do Caparaó, oportunidade em que os microdados disponibilizados pelo Censo 2010-IBGE, iluminam o esforço de análise então pretendido.

O quarto capítulo traz o esforço de análise tendo como base os nexos estabelecidos no contexto da discussão teórica e conceitual realizada, assim como a leitura crítica dos dados e informações, de forma a responder a busca por compreender o papel do Ifes – *Campus* de Alegre no contexto da dinâmica socioeconômica da microrregião do Caparaó, enquanto unidade de planejamento do Espírito Santo.

## **CAPITULO I - A PRODUÇÃO DO ESPAÇO EM SUA TOTALIDADE SOCIAL: REFLEXÕES TEÓRICO-METODOLÓGICAS.**

Mediante o esforço de buscar reconhecer o papel do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Espírito Santo - *Campus* de Alegre no contexto da dinâmica socioeconômica da microrregião do Caparaó torna-se imprescindível recorrer a conceitos, teorias e abordagens de cunho inter e multidisciplinar, a começar pelo significado do termo “espaço”.

Desde já, importa considerar que são inúmeras as abordagens e considerações sobre o uso do referido termo, uma vez que, sendo ele polissêmico, o mesmo torna-se indutor de inúmeras possibilidades de referências, usos, leituras, interpretações, análises e apreensões.

Segundo o dicionário Aurélio, o espaço refere-se a uma “extensão indefinida que contém e envolve todos os objetos: o espaço é imaginado com três dimensões”, sendo elas referentes à extensão, distância e intervalo.

Na perspectiva genérica de busca à sua compreensão, ao espaço ainda podemos imputar outras acepções, como também dimensões que, em muitos casos, são endossadas por características peculiares à força de expressão das mais diversas e controvertidas cargas de significados. Em grande parte, são referências pautadas pelo senso comum e que se esgotam no reducionismo da expressão, a exemplo de: espaço de vida, espaço verde, espaço aéreo, espaço de manobra, espaço público ou privado, além de outras categorias e referências também relacionadas a dimensões, escalas e extensão de área e de superfície.

Contudo, dentre as mais diversas formas de uso e referências sobre o termo espaço, importante se faz destacar o termo espaço na condição de “conceito”, assim como suas categorias passíveis de análises: espaço geográfico, espaço urbano, espaço rural, esquizoespaço (espaço caótico, campo de disputas ideológicas, lugar de intensificadas desigualdades sociais).

Nesse particular, no âmbito do presente trabalho, o espaço é entendido e apreendido enquanto objeto de estudo, sendo este dotado de complexos e contraditórios sentidos e significados engendrados pelas mais diversas teorias do campo do conhecimento científico, em muitos casos; um conceito estruturador e estruturante de categorias de análises de alcance interdisciplinar com vistas ao desafio de ser decupado para assim tornar iluminado os processos relacionados à sua organização e estruturação.

Contudo, sendo o “espaço” considerado como um dos mais interdisciplinares objetos concretos de estudo, o mesmo, historicamente afirmou-se enquanto base fértil para iniciativas

de estudos, análises e apreensões, tanto por parte de pesquisadores dos mais diversificados campos do conhecimento científico, como também por agentes planejadores, produtores e consumidores do mesmo.

Portanto, no contraponto ao sentido histórico e social, em muitos dos casos, para os mais diversos agentes envolvidos com pesquisas, proposições e estratégias de intervenções, o espaço se resume apenas à perspectiva estrutural-funcionalista, utilitário quanto às formas de uso e ocupação, voltadas principalmente para consolidação de interesses econômicos.

Em especial, nesta proposta de estudo, o espaço é qualificado na condição de principal objeto de estudo da ciência geográfica, sendo o mesmo resultado de ações antrópicas relacionadas à dinâmica dos processos históricos de transformação e artificialização da natureza. Trata-se, portanto, do espaço geográfico, ou seja, do espaço social: produto e produtor, que contém e é contido por outros subespaços: território, região, lugar e paisagem, assim como pelas recorrentes categorias derivadas dos mais diversos vieses e possibilidades de construção teórica e respectivos movimentos analíticos.

É nesse âmbito de compreensão que buscaremos desenvolver a presente proposta de estudos sobre o espaço, em especial sobre o subespaço denominado microrregião do Caparaó, enquanto unidade de planejamento, instituída pelo governo do estado do Espírito Santo.

Muito mais do que um recorte espacial, a microrregião do Caparaó se apresenta enquanto produto social, em sua totalidade intercambiável e integrado às dimensões e múltiplas escalas. Trata-se, portanto, do subespaço na condição de unidade de planejamento, passível de análise e apreensão dos movimentos de organização e de estruturação, sendo estes determinados por processos socioeconômicos, políticos, culturais e ideológicos engendrados por intencionalidades historicamente definidas.

Com efeito, importa apreender o espaço mediante a possibilidade de leitura, reflexão e releitura dialética na perspectiva do movimento de regressão e progressão histórica (LEFEBVRE, 1995), buscando assim, decupá-lo a partir da historicidade das relações estabelecidas e definidas entre homem-natureza, tempo, técnica e trabalho. A partir de então, tornar-se-á possível apreender os significados da vida que o anima: expoente de concretude das mais diversas cargas de intencionalidades no campo da ação política, econômica, cultural e ideológica. É nesta perspectiva que através das políticas públicas sociais, dentre elas a

política de educação, o espaço é produzido e reproduzido pela ação dos mais diversos agentes, materializadas em objetos presentes na paisagem em permanente metamorfose<sup>1</sup>.

Conforme apontado por Milton Santos, o conceito de espaço está diretamente relacionado ao um conjunto de sistemas indissociáveis de objetos e ações por sua vez correspondentes às formas e respectivas funções imbricados às estruturas estruturantes, no permanente devir da relação homem, natureza, trabalho e técnica. Em se tratando de um movimento histórico e social, importa ressaltar que:

[...] no princípio, tudo eram coisas, enquanto hoje tudo tende a ser objeto, já que as próprias coisas, dádivas da natureza, quando utilizadas pelos homens a partir de um conjunto de intenções sociais, passam também a serem objetos. Assim a natureza se transforma em um verdadeiro sistema de objetos e não mais de coisas e, ironicamente, é o próprio movimento ecológico que completa o processo de desnaturalização da natureza, dando a última um valor (SANTOS, 2009, p.65).

Com efeito, a partir da transformação da primeira natureza, através da técnica, o espaço se revelou na condição de geográfico: produto e produtor. Espaço geográfico, também reproduzido na concretude do movimento dinâmico de uso e constante aperfeiçoamento das técnicas incorporadas ao trabalho enquanto práxis socialmente determinada.

Nesse particular, cabe citar sobre o reconhecido movimento de transformação da primeira natureza, em especial a exuberância do ecossistema denominado Mata Atlântica (cobertura vegetal típica da microrregião do Caparaó) que, no curso dos processos de produção e reprodução do espaço, portanto, da sociedade, foi dando lugar à expressão de outras paisagens também resultadas de ações antrópicas, conformando o espaço progressivamente geografizado (historicamente produzido e instantaneamente reproduzido<sup>2</sup>).

Na esteira desse reconhecido movimento, no subespaço da região e microrregião do Caparaó, novas paisagens foram sendo reveladas possibilitando inúmeras e múltiplas análises e apreensões no contexto da dinâmica das transformações que historicamente corresponderam às mais diversas aspirações e necessidades dos grupos humanos.

---

<sup>1</sup> Na dinâmica da paisagem, ganham evidências as peculiaridades dos históricos e reconhecidos processos de transformações, materializados em configurações relacionadas ao conjunto indissociável de sistema de ações que resultam em sistemas de objetos, ou seja, formas, em suas múltiplas e correspondentes funções.

<sup>2</sup> “Na discussão do espaço como produto social e histórico se faz necessário articular dois processos: o de produção e o de reprodução. Enquanto o primeiro se refere aos processos específico, o segundo considera a acumulação do capital através de sua reprodução, permitindo apreender a divisão do trabalho em seu movimento. A perspectiva da reprodução coloca a possibilidade de compreensão do geral. É evidente que só pode ser reproduzido o que antes, foi produzido pelo trabalho humano; entretanto a reprodução que se constrói a partir de particularidades, pressupõe a totalidade(englobando processos de circulação, distribuição, troca, consumo e seu movimento de retorno à produção de modo interligado e ampliado como um processo que se cria e se reproduz). (CARLOS, 2008, p.34)”.



No campo das intencionalidades materializadas, importa levar em conta que não se trata apenas do espaço positivado, ou melhor, potencializado na condição palco da vida; ou mesmo, o espaço na visão reducionista de mero lócus de produção e consumo.

O espaço geográfico compreendido enquanto objeto de estudos e análises contém o espaço social, resultado da ação do homem sobre a primeira natureza, sendo, portanto produzido e reproduzido pelas relações sociais engendradas por processos políticos, econômicos, culturais e ideológicos.

Por sua vez, consideradas as dimensões do espaço anteriormente citadas, entendemos ser possível voltar ao passado para compreender o presente e assim, dar conta das especificidades da microrregião do Caparaó, enquanto unidade de planejamento, a partir das variáveis e intencionalidades presentes na atuação dos principais agentes de produção, reprodução e consumo do espaço em sua totalidade.

Para a devida análise e apreensão do espaço geográfico enquanto categoria analítica, outro nexos diz respeito à necessidade de qualificar o sentido do termo “produção”. Em especial, importa ressaltar que ao fazer uso da expressão “produção do espaço”, Lefebvre (1973), buscou transcender o aludido e único sentido do conceito de produção para além da simples compreensão do mesmo enquanto ato mecânico de produzir. O referido autor aponta que para a possibilidade de superação do significado árido e simples do ato de produzir - que segundo ele, parece mutilar a estrutura social, e, desta forma, reduzir o entendimento sobre a capacidade histórica de expressão da totalidade, por sua vez, contida no próprio ato de produção-reprodução do espaço, portanto da sociedade, em permanente devir.

Com base na releitura da obra de Marx, o filósofo Henri Lefebvre ressalta que “o espaço desempenha um papel ou uma função decisiva na estruturação de uma totalidade, de uma lógica, de um sistema”. Assim, o espaço geográfico afirma-se na condição de reflexo, condicionante e resultado engendrado nas e pelas relações sociais desse complexo; são, portanto, relações sociais historicamente definidas e redefinidas na esteira das intencionalidades relacionadas aos processos estruturantes do mesmo (LEFEBVRE, 1973, p.25).

No campo das ciências geográficas, é presente a influência do pensamento lefebvreviano no movimento reflexivo, em parte contido nas obras de Milton Santos, quando tece reflexões que dão conta de iluminar o conceito de “espaço geográfico”, numa elaboração sistemática a partir das seguintes considerações:

- Espaço como conjunto de fluxos e fixos que se interagem através de ações que redefinem o lugar sendo que, na atualidade, “os fixos são cada vez mais artificiais e

mais fixados no solo: os fluxos são cada vez mais diversos, mais amplos, mais numerosos, mais rápidos”. Nesta relação é possível apreender as dimensões e significados da espacialidade cada vez mais complexa e multiescalar.

- Outra proposta de apreensão do espaço geográfico é apresentada pelo citado autor, através da categoria configuração territorial, ou configuração geográfica, sendo sua existência material própria e sua existência social (real), dada pela categoria das relações sociais. Segundo o referido autor, trata-se da importância em reconhecer a historicidade do processo de humanização da natureza natural através da ação do homem na produção de objetos concretos: pontes, estradas, plantações, casas, escolas, portos, cidades, etc., ou seja, “verdadeiras próteses”, presentes na configuração territorial. Nesta perspectiva o espaço geográfico se configura e é configurado pela carga de intencionalidades dos mais diversos agentes, ora articulados, ora desarticulados.
- Na sequência das considerações apontadas, uma vez reconhecido o papel do meio técnico-científico e informacional, na dinâmica de transformação do espaço, cada vez mais o mesmo é considerado como um sistema de objetos artificiais (novos ou preexistentes) e, sistemas de ações que se interagem “imbuídos de artificialidade, e cada vez mais tendentes a fins estranhos ao lugar e a seus habitantes”.
- Outrossim, para Santos (2009), na busca da superação do insuficiente método de estudo do espaço geográfico e com base na relação dialética entre as categorias forças produtivas e relações de produção, com destaque para as condições históricas contemporâneas, o espaço se apresenta cada vez mais enquanto um “sistema indissociável de objetos e ações”, sendo possível “a um só tempo, trabalhar o resultado conjunto desta interação como processo e como resultado”. Contudo, torna-se relevante movimentar categorias de análises capazes de dar conta da “multiplicidade e da diversidade de situações e de processos” imbricados nos movimentos de produção-reprodução, organização-estruturação do espaço e seus respectivos subespaços (SANTOS, 2009, p.62-63).

Ainda, conforme Santos (2009), técnica, espaço e tempo, são alguns dos pilares estruturantes dos estudos e análises sobre a densidade histórica e a importância do espaço enquanto objeto de estudo na perspectiva de produto das relações sociais estabelecidas. Nesta perspectiva de compreensão teórica e conceitual sobre a formação socioeconômica do espaço, não se torna menos relevante ressaltar que,

“(…) produzir é produzir espaço. (...) a organização do espaço é definida pela tecnologia, pela cultura e pela organização social da sociedade, que a empreendem. Na sociedade capitalista, a organização social é imposta pelo ritmo da acumulação. Na verdade, esta representa uma dotação diferencial de instrumentos de trabalho, na superfície do planeta, uma fixação de capital no espaço, obedecendo a uma distribuição desigual e combinada” (SANTOS, 2009, p.67).

Com ênfase nas considerações apresentadas sobre os processos de organização e estruturação do espaço, cada vez mais, no âmbito da produção do conhecimento científico inter e multidisciplinar, o estudo pautado na leitura e apreensão sobre o conceito de espaço, se impõe enquanto tarefa árdua e complexa. Sair da abstração é buscar alcançar os movimentos de articulação dos processos e fenômenos presentes na concretude da organização e estruturação do espaço geográfico no âmbito do modo de produção capitalista em suas correspondentes etapas de evolução.

A complexidade da citada busca torna-se ainda mais expressiva tendo em vista o preterido método de abordagem, análise e apreensão sobre o objeto de estudo em questão. Contudo, intercalar, intercambiar e inter-relacionar a partir do movimento regressivo no âmbito da apreensão progressiva comprometida com a tentativa de identificação e reconhecimento dos processos estruturadores da dinâmica de produção-reprodução e organização-estruturação da microrregião do Caparaó é, na verdade, um desafio que se impõe.

O desafio pode ser considerado mediante a complexidade que ora se apresenta em buscar reconhecer o papel do Ifes - *Campus* Alegre, enquanto instituição de ensino no contexto da (re)produção do espaço, tendo em vista a intensidade e a dialética das relações estabelecidas pelos movimentos estruturantes em diferentes escalas e intensidades.

Contrapondo à reducionista compreensão sobre o espaço na condição de mero lócus: “espaço a-histórico”, de (re)produção e consumo, o mesmo se realiza enquanto lugar das relações sociais de produção e de reprodução da sociedade; lugar organizado e estruturado através da técnica e do trabalho; lugar de pulsão da vida, das trocas simbólicas, expressão das formas-conteúdos e correspondentes funções historicamente definidas.

Contrariando a condição de fragmentação e de a-historicidade dos processos de organização e estruturação, o espaço produzido, ou seja, a “segunda natureza”, é o espaço geográfico enquanto sistema de objetos e ações e, isso se dá no movimento da história. Trata-se, portanto, do espaço das relações sociais, produzido pela ação humana em formas e funções engendradas em estruturas dialeticamente estruturantes da vida em sociedade.

De forma sistematizada, podemos então considerar que:

[...] O espaço é formado por um conjunto indissociável, solidário e também contraditório de objetos e sistemas de ações, não considerados isoladamente, mas como o quadro único no qual a história se dá. No começo era a natureza selvagem,

formada por objetos naturais, que ao longo da história vão sendo substituídos por objetos fabricados, objetos técnicos, mecanizados e, depois, cibernéticos, fazendo com que a natureza artificial tenda a funcionar como uma máquina. Através da presença desses objetos técnicos: hidrelétricas, fábricas, fazendas modernas, portos, estradas de rodagem, estradas de ferro, cidades, o espaço é marcado por esses acréscimos, que lhe dão um conteúdo extremamente técnico (SANTOS, 2009, p.63).

Como anteriormente exposto, os homens ao se apropriarem da natureza e transformá-la, criam ou produzem o espaço geográfico utilizando as técnicas de que dispõem, segundo o momento histórico, e de acordo com suas crenças, valores, normas (direito) e interesses políticos e econômicos.

As técnicas estão presentes nos processos de (re)produção do espaço geográfico atendendo a necessidade do homem, reveladoras dos movimentos de avanços, conflitos, rupturas e mesmo as rugosidades como expressão de momentos históricos que ora se contrapõem, ora se interagem ou se complementam.

De acordo com Milton Santos (2009, p.29), as técnicas são a principal forma de relação entre o homem e a natureza, sendo elas “um conjunto de meios instrumentais e sociais, com os quais o homem realiza sua vida, produz e, ao mesmo tempo, cria espaço”, expressando intencionalidades também reveladoras da relação espaço-tempo em movimento.

Ainda conforme Milton Santos, (1985, p.02), o espaço geográfico, enquanto produto resultado das ações, ou seja, das relações sociais estabelecidas, pode também ser compreendido como um conjunto de formas<sup>3</sup> associadas às mais diversificadas funções que se dão aos nossos olhos, percebido através da paisagem, mais a sociedade, o que dá vida a “esse conjunto indissociável de formas e funções por meio de todos os processos sociais representativos do movimento da sociedade”. Assim sendo, formas e funções resultam em objetos materializados e historicamente explicados no contexto da relação homem-natureza, técnica-tempo e progresso científico-tecnológico em permanente metamorfose.

A exemplo da historicidade dos processos de organização e estruturação da denominada microrregião do Caparaó, em síntese, o que temos é a natureza selvagem, ou seja, a primeira natureza, transformada em segunda natureza, pela ação do homem, pelo trabalho social também expresso nas formas de uso e ocupação do solo para fins diversos, articulados e contraditórios.

---

<sup>3</sup>“Forma, estrutura e função podem ser individualmente enunciados com o foco na organização espacial. Pode-se mesmo reduzir cada um desses conceitos até designar uma forma significante, uma estrutura dominante ou uma função prevalente. No entanto, só através de um ponto de vista holístico é que se pode compreender uma totalidade. Enquanto a compreensão de um aspecto é necessária à apreensão do todo, é inadmissível negligenciar qualquer uma das partes contribuintes” (SANTOS, 1985, p.52).

Assim considerada, é possível compreender que a microrregião do Caparaó, na condição de objeto de estudo, apresenta-se enquanto expressão das intencionalidades contidas nos projetos de organização e estruturação em muitos dos casos, verticalmente definidas e implementadas, com aval e/ou pela ação do poder público em consonância com os interesses hegemônicos, alinhavados pelos mais diversos agentes produtores e consumidores do espaço em sua totalidade social.

Contudo, conceber o espaço como totalidade é entender o espaço geográfico como um elemento híbrido, complexo, formado inseparavelmente, por “sistemas de objetos e sistemas de ações” (SANTOS, 2009, p.100-101). Ou seja, são objetos naturais e objetos sociais intrinsecamente relacionados. Objetos interdependentes no contexto da produção e reprodução do espaço, portanto, da sociedade, em permanente realização, vez que a “a totalidade está sempre em movimento, num incessante processo de totalização” (SANTOS, 2009, p.119).

Mediante as mais diversas possibilidades e recursos metodológicos de análise sobre o espaço enquanto produto social, a sua apreensão é possível também no contexto das partes que contém o todo. Interação que permite no final, reconstituir o todo, iluminando assim o sentido da totalidade da sociedade se realizando em permanente devir. Nessa perspectiva, de acordo com Milton Santos,

[...] O espaço deve ser considerado como uma totalidade, a exemplo da própria sociedade que lhe dá vida. Todavia, considerá-lo assim é uma regra de método cuja prática exige que se encontre, paralelamente, através da análise, a possibilidade de dividi-lo em partes. Ora, a análise é uma forma de fragmentação do todo e permite, ao seu término, a reconstituição desse todo. Quanto ao espaço, sua divisão em partes deve poder ser operada segundo uma variedade de critérios. (...) A escolha das variáveis não poder ser, todavia, aleatória, mas deve levar em conta o fenômeno estudado e a sua significação em um dado momento, de modo que as instâncias econômica, institucional, cultural e espacial sejam adequadamente consideradas (SANTOS, 1985, p.4-5).

É no âmbito dessas considerações que também a questão da escala geográfica se impõe na perspectiva do método de estudo e análise então pretendido. Na concretude do espaço enquanto totalidade social, a referência ao lugar, à região, à microrregião, assim como ao território, e à expressão das territorialidades contidas devem estrategicamente permitir a apreensão do todo reconstituído; expressão do espaço vivenciado, experienciado pela intrínseca relação sujeito/objeto<sup>4</sup>.

---

<sup>4</sup> “A região, que define, ao mesmo tempo, um espaço de pertencimento e de inclusão a uma comunidade dada, inscreve também a inteligibilidade do sentimento regional vivido pelos signos indeníveis. Assim, a compreensão de uma região é obrigatoriamente definida por uma relação de empatia entre o pesquisador e este espaço. É neste momento que aparece a ruptura no esquema clássico da ciência racionalista para a relação

Esta divisão, ou melhor, fragmentação pode e deve ser operada segundo uma variedade de critérios, sendo imprescindível levar em conta os elementos constituintes do espaço, quais sejam: os homens, as firmas, as instituições, o meio ecológico, as infraestruturas e a vida que o anima (SANTOS, 1985).

Por sua vez “... os homens são elementos de espaço, sejam na qualidade de fornecedores de trabalho, seja na de candidatos a isso” (SANTOS, 1985, p.5), e, na condição de integrados à sociedade, os mesmos possuem demandas que são respondidas em parte pelas firmas e em partes pelas instituições a exemplo do Estado, através das repartições públicas, órgãos planejadores, escolas, dentre outros.

Assim considerado, “as firmas têm como função essencial a produção de bens, serviços e idéias. As instituições por seu turno produzem normas, ordens e legitimações” (SANTOS, 1985, p.5). São atribuições que confirmam processos que, balizados por intencionalidades, são reveladores dos processos de organização e estruturação do espaço, portanto da sociedade.

A enumeração das funções que compete a cada elemento do espaço, “mostra que eles são, de certa forma, intercambiáveis e redutíveis uns aos outros”. Na medida em que aumenta esta intercambialidade e redutibilidade dos elementos do espaço, o movimento da história se realiza enquanto resultado dessa “complexidade crescente em todos os níveis da vida”, permitindo revelar a noção de espaço enquanto totalidade social (SANTOS, 1985, p.7).

A partir do momento em que a função é ação, a interação entre os elementos do espaço apresenta suas funcionalidades de forma independente. Isto possibilita recuperar a compreensão do espaço e da sociedade como um todo, visto que, a cada ação não se constitui um dado independente, desconectado, mas sim, um resultado do próprio processo social em permanente totalização (SANTOS, 1985).

Nesse sentido, Santos (1985), expõe que “os elementos do espaço estão submetidos a variações quantitativas e qualitativas”, (1985, p.10). Na condição de variáveis a serem analisadas, cada elemento muda a sua posição e o seu papel no sistema temporal e no sistema espacial a cada momento histórico, e o valor de cada um deve ser tomado pela sua relação indissociável com os demais elementos conforme o movimento da história.

---

sujeito/objeto. Com efeito, na perspectiva do espaço vivido, o sentimento de proximidade e de identidade está na base da comunicação entre dois sujeitos: o pesquisador e a região. A consciência do primeiro sujeito é sensível e compreensiva à do segundo sujeito, definida pela vida regional, suas representações, valores e ritos, e só poderá ser inteligível se for vivida também pelo pesquisador. O espaço vivido deve, portanto, ser compreendido como um espaço de vida, construído e representado pelos atores sociais que circulam neste espaço...” (GOMES, 2007, p.319).

Por sua vez, considerado o movimento regressivo-progressivo de análise pretendido é que cabe ressaltar a pergunta de pesquisa motivadora da realização do presente trabalho, quando busca analisar e apreender através de elementos e variáveis específicas a relação entre o papel da instituição de ensino quando de sua criação e na atualidade, sem perder de vista a totalidade do movimento reflexivo pretendido.

Com efeito, em cada momento histórico os elementos ou variáveis são conduzidas por um conjunto de intencionalidade articulada por uma determinada combinação de componentes do capital e do trabalho, sendo que “a cada lugar geográfico concreto corresponde, em cada momento, um conjunto de técnicas e de instrumentos de trabalho, resultado de combinação específica, historicamente determinada” (SANTOS, 2009, pág.56).

Portanto, a cada momento histórico e em cada lugar, as intencionalidades aportam que técnicas aparecem e se mantêm por um período até que surge outro sistema de técnicas e a substituem, permitindo uma nova percepção do espaço-tempo e uma visão do movimento da história. Assim, a materialidade artificial por meio das técnicas de produção, do transporte, da comunicação, do dinheiro, do controle, da política e, também, técnicas da sociabilidade e da subjetividade, podem ser datadas e identificar o momento de sua criação (SANTOS, 2009).

O lugar é que atribui as técnicas e a realidade histórica que as redefinem; neste cômputo, são todas as técnicas (técnicas agrícolas, industriais, de transportes, comércio, marketing ou de vida, dentre outras) que dão ao lugar determinadas formas de organização e estruturas enfeixadas por processos diversos, possíveis de ser compreendidos e apreendidos no alcance da totalidade (SANTOS, 2009).

Com efeito, a compreensão e apreensão dos atributos relativos aos processos históricos de estruturação e de organização do “espaço geográfico”, nesse particular a microrregião do Caparaó traduz o sentido da totalidade também expresso nas relações políticas, econômicas, sociais e culturais historicamente constituídas.

Nessa perspectiva de compreensão sobre os processos históricos relacionados ao modo de organização e estruturação do espaço, tornar-se-á possível realizar o movimento reflexivo capaz de revelar o sentido das intencionalidades também relacionadas à implantação, conformação, bem como o papel da Escola Agrotécnica de Alegre - EAFA posteriormente denominada Instituto Federal do Espírito Santo - *Campus* de Alegre no contexto socioeconômico da microrregião do Caparaó-ES, enquanto unidade de planejamento estratégico.

Contudo, a análise e apreensão sobre os processos relacionados à forma de estruturação e organização do espaço sinalizam para a possibilidade de captura do mesmo em

sua totalidade social que, mesmo inalcançável, afirma-se enquanto regra de método capaz de iluminar a articulação de elementos e variáveis em permanente mutação: afirmação, negação, complementariedade e rupturas. Assim, a totalidade se realiza enquanto expressão do movimento de organização e estruturação da sociedade em suas singularidades e complexidades da relação espaço-tempo.

### **1.1 Estruturação e Organização do Espaço: Enquanto Totalidade Social**

“Consideramos o espaço como uma instância da sociedade, ao mesmo título que a instância econômica e a instância cultural-ideológica. Isso significa que, como instância, ele contém e é contido pelas demais instâncias, assim como cada uma delas o contém e é por ele contida. A economia está no espaço, assim como o espaço está na economia. O mesmo se dá com o político-institucional e com o cultural-ideológico. Isso quer dizer que a essência do espaço é social. Nesse caso, o espaço não pode ser apenas formado pelas coisas, os objetos geográficos, naturais e artificiais, cujo conjunto nos dá a Natureza. O espaço é tudo isto, mais a sociedade: cada fração da natureza abriga uma fração da sociedade atual. Assim, temos paralelamente, de um lado, um conjunto de objetos geográficos distribuídos sobre o território, sua configuração geográfica ou sua configuração espacial e a maneira como esses objetos se dão aos nossos olhos, na sua continuidade visível, isto é, a paisagem; de outro lado, o que dá vida a esses objetos, seu princípio ativo, isto é, todos os processos sociais representativos de uma sociedade em um dado momento” (SANTOS, 1985, p.1-2).

Considerando ser social a essência do espaço, a complexidade dos processos sócioespaciais acabam por revelar o dinamismo da paisagem transformada a cada fração do tempo. Na paisagem estão contidos os movimentos que expressam o sentido das mais diversas e contraditórias instâncias de poder e decisão materializados em visíveis intervenções. Desta forma, historicamente o espaço social se estrutura e se organiza.

Com efeito, trata-se de movimentos dinâmicos que abrem possibilidades de leituras e releituras sobre a historicidade do sistema de elementos constituintes do espaço, quais sejam: os homens, as firmas, as instituições, o suporte ecológico e as infraestruturas (elementos também reveladores da dinâmica relação espaço-tempo, de forma sistematizada).

Nessa perspectiva, é da relação interdependente entre os citados elementos é que identificamos e reconhecemos as relações, as intencionalidades e o papel dos principais agentes<sup>5</sup> envolvidos na produção e consumo do espaço. São elementos que enfeixados por

---

<sup>5</sup> As Ciências Sociais em geral, e a Geografia em específico, descobriram e tentaram sistematizar os agentes sociais da produção do espaço e suas práticas espaciais, a exemplo de Form (1971 [1954]), Capel (1972) e Bahiana (1978), este último entre os geógrafos brasileiros, sumariando a contribuição de inúmeros autores que abordaram esta temática. Os agentes sociais da produção do espaço estão inseridos na temporalidade de cada formação sócio espacial capitalista. Refletem, assim, necessidades e possibilidades sociais, criadas por processos e mecanismos que muitos deles criaram (CORRÊA, 2011, p.43-44).



processos sociais, econômicos, culturais e políticos historicamente definidos, desvelam a estrutura<sup>6</sup> e a organização da sociedade, ou seja, do espaço em permanente movimento.

Uma vez consideradas as ações dos principais agentes e sendo elas carregadas de intencionalidades, neste particular, a organização é entendida “como um conjunto de normas que regem as relações de cada variável com as demais, dentro e fora de uma área”. Por sua vez, tendo em vista os destacados elementos constituintes do espaço, tais “normas” são materializadas, significadas e ressignificadas através de “instrumentos compensatórios que, em face da evolução própria dos conjuntos locais de variáveis, exercem um papel de regulador, de modo a privilegiar um certo número de agentes sociais” (SANTOS, 1985, p.14).

[...] A organização, por conseguinte, tem um papel de estruturação compulsória, que frequentemente contrataria as tendências do dinamismo próprio. Se a organização seguisse imediatamente a evolução propriamente estrutural, ele seria uma espécie de cimento moldável, desfazendo-se ao impacto de uma variável nova ou importante, para se realizar cada vez que uma nova combinação se completasse. Na medida em que a organização se torna uma norma, imposta ao funcionamento das variáveis, esse cimento se torna rígido”. (Idem).

Assim considerado, em escalas e instâncias diferenciadas, as relações intercambiáveis e de dependência dos elementos constituintes são variáveis presentes e explicativas dos processos enfeixados na organização e estruturação do espaço geográfico. Nas relações das partes com o todo e vice-versa, acabam por revelar o “verdadeiro sistema”, em movimentos que ora se afirmam, ora se negam, ora se completam, em muitos casos, confirmando contradições entre organização e estrutura enquanto norma.

Contudo, este sistema resultado e resultante do conjunto indissociável de objetos e de ações envolve e contempla direta ou indiretamente as mais diferentes escalas<sup>7</sup> que vão do local ao global, sendo possível também considerar as mais diversas composições de forças e jogos de interesses dos principais agentes presentes na organização e (re)produção do espaço e seus respectivos subespaços (território, região, lugar).

---

<sup>6</sup> As estruturas do espaço são formadas de elementos homólogos e de elementos não homólogos. Entre as primeiras estão as estruturas demográficas, econômicas, financeiras, isto é, estruturas da mesma classe e que, de um ponto de vista analítico, podem-se considerar como estruturas simples, as estruturas não homólogas, isto é, formada de diferentes classes, interagem para formar estruturas complexas. A estrutura espacial é algo assim uma combinação localizada de uma estrutura demográfica específica de uma estrutura de produção específica, de uma estrutura de renda específica, de uma estrutura de consumo específica, de uma estrutura de classe específica e de um arranjo específico de técnicas produtivas e organizativas utilizadas por aquelas estruturas e que definem as relações entre os recursos presentes (SANTOS, 1985, p.17).

<sup>7</sup> O conceito de escala envolve quatro acepções: escala enquanto tamanho (economias de escala). Escala cartográfica (1:2.000, ou grande escala em um mapa geográfico); escala espacial, ou área de abrangência de um processo ou fenômeno (local, regional, nacional, global); e escala conceitual, ou as relações entre um objeto de pesquisa, os questionamentos e teorias pertinentes e sua representação cartográfica. Sobre este polêmico tema, consulte-se, entre outros, Castro (1995), Corrêa (2003), Sheppard e McMaster (2004) e Paasi (2004) (CORRÊA, 2011, p.41).

Por sua vez, destacadas as peculiaridades do método de interpretação e análise do espaço geográfico na condição de produto social em sua totalidade, e, tendo em vista principalmente a carga de importância da ação dos principais agentes sociais e suas respectivas intencionalidades, necessário se torna apreender as peculiaridades do contexto histórico de estruturação e organização do espaço.

Nesse particular, impõe-se o desafio da compreensão sobre a implantação de uma instituição de ensino, em um determinado contexto, denominada Escola Agrotécnica Federal de Alegre - EAFA e posteriormente, em outro contexto histórico, reconhecida como Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Espírito Santo - Ifes - *Campus* de Alegre.

Conforme apontado por Carnoy (1984, p.19), nos mais diversas propostas de estudo sobre a organização do espaço é preciso considerar que [...] “o sistema educacional não pode ser separado de alguma análise implícita ou explícita dos propósitos e do funcionamento do setor governamental”, tendo em vista o relevante papel do Estado enquanto agente articulador dos processos políticos, econômicos e socioculturais.

No campo das contradições entre organização e estrutura historicamente definidas, a referida Instituição de Ensino público torna-se, portanto, um “instrumento compensatório” (SANTOS, 1985, p.14), marco regulatório de intencionalidades orientadas pelo “Estado” na condição de agente principal; agente balizador do jogo de forças e interesses presentes na organização e estruturação do espaço: o município de Alegre - ES e adjacências (posteriormente denominada microrregião do Caparaó). Nessa perspectiva, de acordo com Santos,

[...] em cada sociedade, a educação deve ser concebida para atender, ao mesmo tempo, ao interesse social e ao interesse dos indivíduos. É da combinação desses interesses que emergem os seus princípios fundamentais e são estes que devem nortear a elaboração dos conteúdos do ensino, as práticas pedagógicas e a relação da escola com a comunidade e com o mundo (SANTOS, 2002, p.149)

Através do reconhecido e dinâmico movimento de (re)produção do espaço em sua estruturação balizada por múltiplas variáveis e intencionalidades, o exercício de análise do atual papel da citada Instituição de Ensino (Ifes - *Campus* de Alegre), induz à necessária compreensão dos processos em sua complexidade, imbricados ao contexto histórico da microrregião do Caparaó, enquanto unidade de planejamento e suas relações em diferentes escalas de análise e apreensão.

Todavia, reconhecer a complexidade da (re)produção do espaço enquanto totalidade social é um recurso indispensável à tentativa de análise e apreensão sobre as contradições entre organização e estrutura, uma vez que “todo sistema e toda estrutura devem ser descritos

como realidades “mistas” e contraditórias de objetos e de relações que não podem existir separadamente”, ou seja, “de tal modo que sua contradição exclua a sua unidade” (GODELIER, 1966, *op cit* SANTOS, 1985, p.17-18).

Este recurso de método analítico sobre a estruturação e organização do espaço a partir dos elementos constituintes do mesmo, aponta para “uma forma de ver o sistema ou a estrutura espacial, a partir da qual os elementos são considerados como estruturas”, sendo assim, tal recurso permite admitir que “que cada lugar não é mais do que uma fração do espaço total”<sup>8</sup> (SANTOS, 1985, p.18).

Assim considerado, importa destacar que a implantação de uma instituição de ensino em um determinado local, a exemplo da Escola Agrotécnica Federal de Alegre - EAFA, posteriormente denominada Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Espírito Santo – Ifes - *Campus* de Alegre, ilumina a(s) intencionalidade(s) da ação concreta de agentes interventores, como também reitera a compreensão sobre a relação direta e intercambiável entre as mais diversas estruturas definidas a partir das forças externas e internas<sup>9</sup>: variáveis de diferentes escalas atuando sobre o lugar.

Desta forma, é importante considerar que na ação materializada com a implantação da citada instituição de ensino, bem como na pretendida reflexão sobre o contexto histórico relacionado aos movimentos de organização e estruturação da microrregião do Caparaó-ES, contêm e estão contidos contraditórios processos socioespaciais que envolvem as mais diferentes escalas. Todavia, foram e continuam sendo processos, imbricados às ações definidas, articuladas, planejadas e implementadas pelos mais diversos agentes e variáveis presentes no dinâmico movimento de produção, reprodução e consumo do espaço.

Historicamente, a atuação destes respectivos agentes (Estado, Município, Instituições diversas, investidores, firmas, produtores, consumidores, dentre outros), por sua vez carregados de intencionalidades, são reveladores dos movimentos de dinamização das forças produtivas conforme os jogos de interesses, internos e externos à região, conformados no e

---

<sup>8</sup> A realidade social, tanto quanto o espaço, resultam da interação entre todas essas estruturas. Pode-se dizer também que as estruturas de elementos homólogos mantêm entre elas laços hierárquicos, enquanto as estruturas de elementos heterógenos mantêm laços relacionais. A totalidade social é formada da união desses dados contraditórios, da mesma maneira que o espaço total (SANTOS, 1985, p.17).

<sup>9</sup> As estruturas e os sistemas espaciais, da mesma forma que todas as demais estruturas e sistemas, evoluem segundo três princípios: 1. O princípio da ação externa, responsável pela evolução exógena do sistema; 2. O intercâmbio entre sistemas (ou subestruturas), que permite falar de uma evolução interna do todo, uma evolução endógena, e 3. Uma evolução particular a cada parte ou elemento do sistema tomado isoladamente, evolução que é igualmente interna e endógena. Haveria, assim, um tipo de evolução por ação externa e dois outros por ação interna ao sistema, sendo que o último deles dever-se-ia ao movimento íntimo próprio de cada parte do sistema.

pelo rearranjo socioeconômico espacial, balizado em diferentes sistemas espaciais e correspondentes escalas.

Assim entendido, “à escala mundial, pode-se dizer que cada sistema temporal coincide com um período histórico. A sucessão dos sistemas coincide com o das modernizações” (SANTOS, 1985, p.22). Com relação à dimensão espaço-temporal, torna-se imprescindível reconhecer os processos correspondentes às motivações, ou melhor, intencionalidade dos agentes e respectivas variáveis (endógenas e exógenas) relacionadas à implantação da instituição de ensino (objeto deste estudo), para então ser possível identificar e reconhecer o seu papel na atualidade.

Contudo, a historicidade dos processos contidos nos movimentos de organização e estruturação em diferentes escalas, por sua vez balizadas pelo jogo de forças e interesses associados à propulsão do capitalismo internacional, sinaliza para a possibilidade de compreensão sobre as peculiaridades da dinâmica socioeconômica da microrregião do Caparaó-ES, para então reconhecer o papel da referida instituição de ensino.

Mediante as considerações apresentadas, tornar-se-á possível elucidar o papel e os resultados das ações dos mais diversos agentes na (re)produção do espaço e dos subespaços em suas respectivas formas e estratégias de apreensão, tendo em vista que, no dinamismo da relação espaço-tempo, também a paisagem, enquanto instantaneidade, torna-se reveladora do todo. O todo visível em permanente movimento: expressão das continuidades e descontinuidades que contém as partes e que dialeticamente expressam o todo em suas possibilidades de captura, decupagem para posterior análise e apreensão.

No exercício da abstração relacionada às considerações sobre os processos de (re)produção do espaço, em permanente devir, o novo já nasce velho e em cada parte do globo; a todo o momento, as mudanças dão conta de novas paisagens, em formas - conteúdos, sejam eles políticos, culturais, sociais ou econômicos. Tratam-se de movimentos que reiteram o dinamismo dos sistemas de estruturação e organização do espaço a partir do histórico papel dos agentes sociais, dentre eles os “subalternos”, passivos, alienados no contexto da (re)produção e consumo do espaço.

Cabe então reiterar que refletir sobre os agentes sociais e seus respectivos papéis (ativos ou passivos) na produção e consumo do espaço geográfico é reconhecê-los em suas múltiplas possibilidades de atuação na definição das formas-conteúdos e respectivas funções cada vez mais complexificados, também pela lógica dos conflitos e dos consensos articulados. Por sua vez, as intervenções circunscritas às intencionalidades não estão descoladas do destacado progresso das técnicas e, em seu conjunto, das tecnologias que, mesmo de forma

seletiva, coadunam com a “metamorfose do espaço habitado” em suas contradições estruturais (SANTOS, 1988).

Com efeito, sendo o espaço (re)produzido a partir do meio antes natural e em seguida manipulado numa teia de relações sociais por vezes conflitantes, na maioria das vezes, prevalecem os privilégios daqueles agentes, ou conjunto de agentes que estrategicamente exercem poder de controle e decisão política através do Estado.

Para melhor compreensão sobre os processos de organização e estruturação do espaço importante se faz identificar quem são os agentes responsáveis e reconhecer o papel de cada um, bem como as estratégias e suas formas de atuação, uma vez que a atuação de cada agente modelador do espaço, na maioria das vezes, acontece em conjunto, de forma articulada em diversas escalas e movida por interesses diversos.

A ação destes agentes sociais é demasiadamente complexa, tendo em vista principalmente a “dinâmica de acumulação de capital, das necessidades mutáveis de reprodução das relações de produção, e dos conflitos de classe que dela emergem”; relações que se realizam de forma regulada dentro de um marco jurídico. A complexidade da ação dos agentes sociais produtores do espaço inclui práticas que conduz a um processo constante de reorganização e reprodução espacial (CORRÊA, 1995, p.11).

Por se tratar de uma, dentre outras formas de (re)produção do espaço no contexto da sociedade, neste particular a partir da propriedade particular dos meios de produção, reconhecer o papel do Estado torna-se uma premissa de fundamental importância, tendo em vista ser o espaço capitalista estruturado a partir de um conjunto de diferentes usos da terra justapostos entre si. Assim vale também destacar as contradições estruturais decorrentes principalmente da dialética relação capitalXtrabalho e dos conflitos de classes historicamente estabelecidos.

Nessa perspectiva, quanto às formas de ocupação e usos da terra, são estas convergentes e/ou divergentes, sendo, portanto, determinantes da estruturação pautada em interesses múltiplos enfeixados no e pelo sistema de reprodução do capital. Trata-se, portanto, do capital materializado e objetivado na organização econômica através da estrutura dos setores produtivos relacionados às mais diversas atividades no campo do extrativismo, das práticas agropecuárias, agroindústrias, atividades industriais, comerciais e serviços, na maioria das vezes, deliberadas a partir das iniciativas de planejamento e de gestão do espaço para fins de (re)produção, consumo e acumulação.

Ainda nesta perspectiva, o espaço se apresenta fragmentado, por vezes hierarquizado, mas ao mesmo tempo, também articulado devido às relações entre cada uma das partes com o

todo, na totalidade definido pelo campo de forças e jogo de interesses de agentes internos e externos, presentes e atuantes na (re)produção do espaço e de seus subespaços correspondentes.

A realização dos processos de reorganização e reprodução espacial acontece na articulação de três níveis: o político, o econômico e o social, e se concretiza pela mediação do Estado, quando em diferentes escalas: local, regional, nacional e global, o mesmo enquanto agente disciplinador atua no ordenamento das relações sociais e de produção, reprodução e de consumo do espaço.

Em especial, o espaço urbano e rural capitalista é produzido, modelado, modificado, portanto reproduzido tendo em vista as intencionalidades materializadas através das ações dos mais diversos agentes, dentre eles os proprietários dos meios de produção, os proprietários fundiários, os promotores imobiliários, outros investidores, além do Estado como também os grupos sociais excluídos (CORRÊA, 1995).

Os proprietários dos meios de produção, sobretudo os grandes proprietários de terra (latifundiários), industriais, além de produtores, são também grandes consumidores do espaço. Quase sempre pautados por interesses especulativos, tais agentes procuram por espaços maiores, de menor custo, de fácil acessibilidade, dotados de amenidades e infraestrutura para fins de garantir os processos de reprodução e acumulação do capital (CORRÊA, 1995).

Não obstante, no sistema de funcionamento da sociedade capitalista, a relação entre proprietários dos meios de produção e as formas de uso e ocupação da terra são também muito contraditórias e complexas. No que tange à possibilidade de reprodução do capital, em muitos casos, a renda fundiária se vê comprometida pela exacerbada concentração e pelo desuso atrelado ao estoque de terra para fins exclusivos de especulação. Nesse ínterim, tal situação se contrapõe aos interesses de determinados agentes, principalmente quando se encontram impossibilitados de realizar investimentos, dinamizar a economia, ou seja, reproduzir capital.

Assim considerado, é destacado o papel Estado em suas mais diversas e possíveis esferas de atuação e regulação das relações e interesses em diferentes escalas, assim como na condição de regulador e de mediador dos conflitos entre classes.

Em especial, a proposta de planejamento estratégico definida pelo governo do Espírito Santo para a microrregião do Caparaó (2006-2025) permite reconhecer as contingências relacionadas ao papel do Estado enquanto ente revestido de intencionalidades no âmbito do jogo de forças e interesses engendrado pelas relações horizontais e verticais presentes no movimento de (re)produção e consumo deste subespaço.

Nesse contexto, o papel do Estado, afirma-se enquanto ente mediador e executor da proposta de planejamento do espaço e subespaços, articulado com base em diretrizes e estratégias de intervenções correspondentes aos interesses de agentes externos e internos, entrelaçados em diferentes escalas a partir do lugar.

Historicamente, o lugar, mesmo que inicialmente reconhecido em sua condição de mero fornecedor de matéria-prima, ao longo do processo histórico de organização e de estruturação socioeconômica, foi sendo integrado à complexidade do jogo de interesses dos mais diversos agentes ativos no sistema de reprodução e acumulação do capital articulado em escala global.

Todavia, em consideração ao papel dos principais agentes presentes na produção e consumo do espaço, torna-se preponderante reconhecer o alcance das intencionalidades voltadas para as intervenções pretendidas pelos mesmos, quando em muitos casos, respaldam formas e correspondentes funções em processos socioespaciais reveladores de profundas contradições.

Notadamente tais contradições são visíveis quando das disputas e conflitos pautados em interesses divergentes, os quais vão desde a luta pela posse e propriedade da terra, exploração do trabalho às atuais estratégias de planejamento estratégico definidas no âmbito de interesses seletivos na esteira da globalização econômica, mediados pelas forças do “mercado” com a intermediação do Estado.

No mundo contemporâneo, contrariando a propalada fragilidade do Estado em face à atuação do “mercado”, na verdade o Estado não se omite; ao contrário, se faz presente, articulando as forças produtivas na (re)produção do espaço, também através das mais diferentes estratégias de intervenções capazes de dinamizar a economia, de criar condições favoráveis à reprodução do capital produtivo e especulativo.

No entanto, são esses processos dinâmicos que parecem confirmar as contradições estruturais, não permitindo, em muitos casos, iluminar para tornar reconhecível o campo de forças e o jogo de interesses dos agentes envolvidos na (re)produção e consumo do espaço, ancorados e subsumidos no e pelo poder de comando e controle do Estado.

Nessa arena de conflitos entre os mais diversos agentes sociais, é através das constantes “guerras de poder” e na busca da “hegemonia”<sup>10</sup> possível, que ganha

---

<sup>10</sup> O conceito de hegemonia, finalmente, representa talvez a contribuição mais importante de Gramsci à teoria marxista. Hegemonia é o conjunto das funções de domínio e direção exercidos por uma classe social dominante, no decurso de um período histórico, sobre outra classe social e até sobre o conjunto das classes da sociedade. A hegemonia é composta de duas funções: função de domínio e função de direção intelectual e moral, ou função própria de hegemonia. Embora o conceito de hegemonia seja adequado a um trabalho profundo e rico de análise

expressividade o papel do Estado; um ente dinâmico e atuante no planejar, mediar, ordenar e definir normas e regras relacionadas às diversas formas de uso, ocupação e (re)produção do espaço e seus subespaços, atuação articulada e propulsora do sistema de circulação, distribuição e consumo, conforme interesses de classes, estabelecidos pelo campo de forças, nas mais diferentes escalas.

## 1.2 O Estado e as Estratégias de Planejamento Socioespacial

“O Estado capitalista desempenha múltiplos papéis em relação à produção do espaço. Essa multiplicidade decorre do fato de o Estado constituir uma arena na qual diferentes interesses e conflitos se enfrentam. Segundo Samson (1980), a atuação do Estado insere-se no contexto econômico, político e social de cada momento da dinâmica sócio espacial da região em que se situa” (CORRÊA, 2011, p.45).

Face ao exposto, cabe ressaltar que o Estado surge de uma necessidade, ou melhor, a partir do grau de desenvolvimento econômico ligado à divisão da sociedade em classes. Assim, o Estado é uma consequência dessa divisão que historicamente foi sendo definida no seio da luta de classes (GRUPPI, 1980).

Não obstante, tudo começa nas relações de produção, pautadas nas diferentes e desiguais condições socioeconômicas no âmbito das relações estabelecidas. Para exemplificar parte destas diferenças de classes, de um lado temos os proprietários de terra e do outro lado, os que nela trabalham subjugados pelo proprietário, sendo que, no âmbito das relações sociais de produção, tais diferenciações vão ganhando contornos mais complexos no campo da dominação política, cultural e ideológica.

Ainda sobre a gênese e o papel do Estado, para Hegel, na origem, o Estado conteria a sociedade civil (o reino da miséria material), não para resolvê-la, mas para conservá-la tal qual é; segundo ele, a sociedade civil se dissolve no Estado, posto que o Estado funda o povo e detém a soberania.

Contudo, Hegel e Marx compreendem a sociedade como expressão da sociedade civil (neste primeiro sentido, sob as relações de produção que nela se instalaram), tendo os mesmos afirmados que as relações sociais explicam o Estado, e não o inverso, como propôs Hegel.

Ainda, de acordo com Marx, o Estado não emana de uma racionalidade transcendente, superior à vida social, mas de um fragmento da sociedade, sendo o Estado o fruto de uma sociedade historicamente estruturada, caracterizada por suas determinações concretas. Para

---

da dominação na sociedade capitalista moderna, como propõe Williams, por exemplo, não se deve esquecer que Gramsci sempre pensa na perspectiva da transformação da sociedade, e não na reprodução. Portanto, a possibilidade de fragmentar a potência hegemônica do Estado burguês passa pela conquista da sociedade civil no campo superestrutural, graças à aliança com forças até então submetidas à dominação burguesa, aliança essa fundada em sua adesão à direção política, intelectual e moral da nova força hegemônica.



Marx, a sociedade apresenta uma aparência de universalidade, no entanto, preserva o antagonismo interno da sociedade civil, que exerce funções socialmente necessárias e permitidas pelo exercício do poder (GRAMSCI, 1968).

Também em Gramsci (1968), são destacados três elementos fundamentais da doutrina de Marx e Engels em relação ao Estado, sendo elas: a) o Estado como um aparato coercitivo, como violência concentrada e organizada pela sociedade, concepção instrumental em oposição à visão ideológica ou ética; b) o Estado como domínio da classe burguesa; c) o Estado como uma ordem segunda, sendo determinado pela sociedade civil. Não é o Estado que condiciona e regula a sociedade civil, mas a sociedade civil que condiciona e regula o Estado.

No curso do debate acerca da estruturação do Estado, por sua vez, Poulantzas, discípulo de Louis Althusser, destaca que o Estado embora classista, mostra-se relativamente independente da própria luta de classes, aparecendo como um Estado da totalidade.

Conforme apontado por Poulantzas, é precisamente no caráter moldador e em sua possibilidade de ser moldado nas relações de classe, em especial, nas relações sociais de produção que o Estado não somente reprime e legitima, senão que também organiza e educa (POULANTZAS, 1977).

Não obstante, no campo das pontuais abordagens teóricas e conceituais sobre o Estado, neste particular, em relação ao modo de produção capitalista, Marx e Engels (1952:44), apontam que “o Executivo do Estado moderno é apenas um comitê para gerenciar os negócios comuns do conjunto da burguesia”; desta forma, afirmado o caráter de classe, os referidos autores contrapõem a “asserção difundida e ilusória que o Estado expressa os interesses comuns de todos” (HARVEY, 2006, p.82).

É nessa perspectiva que o Estado se afirma enquanto instrumento de controle social intermediando as lutas de classe, nos conflitos estabelecidos no âmbito da propriedade privada dos meios de produção, sendo que o controle social exercido pelo Estado torna-se expresso também através das instâncias de dominação políticas, jurídicas, além das forças repressivas (GRUPPI, 1980).

Na perspectiva de compreensão sobre o debate relacionado à teoria do Estado, Althusser (1971) faz alusão ao poder político e ao aparelho político. Ainda em abordagens relacionadas à sociedade capitalista, as funções e natureza do Estado são destacadas por Clark e Dear (1981). Nesse ínterim, as relações de poder são amplamente discutidas por Poulantzas (1973), além do que, cabe ressaltar o apontamento de Milleband (1973), quando faz

referências e reitera o papel do Estado na condição de instrumento de poder da classe dirigente.

Então, na esteira das mais diversas e divergentes referências e abordagens teóricas, para muitos teóricos, o Estado consiste numa estrutura de dominação (poder) sobre a sociedade de forma complexa tanto na organização quanto na estruturação do espaço, oportunidade em que torna-se importante destacar a historicidade dos processos de expansão do capitalismo para compreender a dimensão e intensidade da relação entre Estado, produção e consumo do espaço; nesse particular, com base nos postulados da teoria marxista, sendo o espaço mercadoria, entendido na condição de força produtiva.

Conforme apontado por O' Connor (1973) e Habermas (1975) na relação entre Estado e produção do espaço é possível reconhecer os processos de acumulação e legitimação dos interesses das classes capitalistas. Para o geógrafo Harvey (2006, p.92):

[...] Depois de ler Marx, é muito difícil imaginar o nascimento do capitalismo sem o exercício do poder estatal e sem a criação de instituições estatais que preparam o terreno para a emergência das relações sociais capitalistas inteiramente desenvolvidas. Contudo, estamos muito seduzidos pela imagem de uma base econômica (e de uma superestrutura que, meramente, reflete a base), e tendemos a pensar a base do Estado num papel totalmente passivo em relação à história capitalista.

Na perspectiva de entendimento sobre o efetivo papel do Estado, para além da percepção do espaço enquanto mero receptáculo de intervenções, é reconhecível o papel do mesmo enquanto agente presente e atuante para além da mera capacidade de mediar conflitos e atenuar as crises cíclicas do capitalismo. Isso permite revelar a lógica de estruturação do sistema capitalista em suas correspondentes etapas de evolução: do capitalismo comercial à atual etapa correspondente ao desenvolvimento técnico-científico e informacional, também referenciado pelo fenômeno da globalização, por sua vez pautado na produção flexível e na força do mercado enquanto imperativos do processo de financeirização da economia.

Ainda sobre o papel do Estado, de acordo com Corrêa (2003, p.24), em determinados contextos históricos, o mesmo atua diretamente como “grande industrial, consumidor de espaço e de localizações específicas, proprietário fundiário e promotor imobiliário”, sendo também considerado um importante agente de regulação das formas de uso e de ocupação do solo urbano e rural, como também no âmbito da definição e implementação das políticas sociais.

A ação do Estado capitalista não acontece de forma socialmente neutra, pois dispõe de instrumentos de dominação materializados na organização do espaço sendo, portanto, marcado por conflitos de interesses dos mais diferentes agentes reveladores do perfil classista

da sociedade. Em algumas situações, tais conflitos dão lugar à estratégia dos consensos, revelando a hegemonia construída na aliança entre agentes a partir de seus interesses assegurados.

Conforme apontado por David Harvey (2006, p.80), o Estado “se origina da contradição entre os interesses particulares e os da comunidade”. Logo, o Estado nasce da sociedade, nasce das classes, porém se posicionando acima delas. Sendo assim, além dos reconhecidos instrumentos de dominação política e de controle social, a exemplo do poder de legislar, tributar e o poder de coerção, é possível considerar que também através do planejamento o Estado se faz presente de forma determinante na organização do espaço (HARVEY, 2006).

As intervenções do Estado nos processos de configuração do espaço são reveladoras do poder incisivo das forças produtivas em constantes movimentos comprometidos com os processos de reprodução do capital, em especial as articulações da instituição “mercado”, como também por força do capital produtivo. De acordo com Milton Santos (1985, p.75):

[...] Qualquer que seja o país de economia liberal, o sistema social pode, ao menos para fins de análise, ser subdividido em dois subsistemas: governamental e de mercado. Ainda que o Estado seja, precipuamente, representativo dos interesses dominantes, os governos levam em conta, às vezes sem discussão, as contingências da segurança nacional e, em escala bem menor, os interesses sociais, embora seja levado a minimizá-los, já que os recursos são, com prioridade, utilizados a serviço do capital.

Para o devido reconhecimento sobre o poder de articulação e atuação dos proprietários dos meios de produção, proprietários fundiários, promotores imobiliários, assim como do Estado importante agente na produção e consumo do espaço: urbano e ou rural, torna-se imprescindível levar em conta a historicidade dos processos políticos, socioeconômicos, culturais e ideológicos relacionados ao contexto de evolução do capitalismo em suas peculiaridades e correspondentes escalas geográficas.

Dos estudos sobre sua origem e atuação enquanto agente produtor, regulador, disciplinador e provedor de serviços públicos, o papel do Estado na organização do espaço urbano e rural têm merecido profundas reflexões de cunho interdisciplinar que perpassam por análises, por vezes contextualizadas, no campo da economia, da política, da sociedade, da cultura e da ideologia.

Ainda na esteira das considerações sobre o Estado abstrato e sua relação com a formação econômica e socioespacial capitalista, de acordo com Harvey (2006, p.85),

[...] o Estado capitalista também tem de funcionar como veículo pelo qual os interesses de classe dos capitalistas se expressam em todos os campos da produção, da circulação e da troca. Ele desempenha um papel importante na regulação da competição, na regulação da exploração do trabalho (por meio, por exemplo, da legislação do salário mínimo e da quantidade máxima de horas de trabalho) e,

geralmente estabelecendo um piso sob os processos de exploração e acumulação capitalista. *O Estado também deve desempenhar um papel importante no provimento de “bens públicos” e infraestruturas sociais e físicas; pré-requisitos necessários para a produção e troca capitalista* [...] Além disso, o Estado, inevitavelmente, envolve-se na administração de crises e age contra a tendência de queda da margem de lucro. Em todos esses aspectos, a intervenção do Estado é necessária, pois um sistema com base no interesse próprio e na competição não é capaz de expressar o interesse de classe coletivo. (Grifo nosso)

Na sequência das considerações relacionadas à teoria da produção, circulação, distribuição e consumo indispensáveis às relações sociais de (re)produção e acumulação capitalista, é preciso considerar a perspectiva dialética para o exercício de análise e compreensão sobre os processos de organização e estruturação e organização do espaço, urbano e ou rural.

Ainda no campo das abordagens e teorias, Santos (2008) realiza o movimento analítico sobre o papel e a atuação do Estado na perspectiva das mais diferentes escalas, para desta forma, contextualizar no nível de cada escala o fator dominante na produção do espaço considerado em sua dialética relação: do universal para o particular, das partes para o todo.

De acordo com o referido autor, “à escala do país, é sem dúvida o Estado, por sua natureza, sua concepção, sua organização, seu funcionamento, etc. Mas, e em uma escala menor?” A partir da questão apresentada, o referido autor prossegue com a seguinte consideração: “teríamos de levar em conta os subespaços nos quais é dada uma resposta às necessidades elementares dos homens, das firmas e das administrações presentes localmente?” (SANTOS, 2008, p.218).

Com feito, para o referido autor, é preciso considerar as relações entre “ação realizada pelo Estado como consequência da exigência de forças internas” e as intencionalidades presentes nas atividades do poder exercidas sobre o subespaço. Ainda de acordo com Santos (2008, p.218-220), dentre as citadas forças internas de ação e poder sobre o subespaço estão “a população tomada como um todo; a importância da população concentrada, o grau de urbanização, o nível de urbanização, o nível do consumo, o nível cultural etc.” Assim, é preciso reconhecer que o papel do Estado é cada vez mais ampliado, complexo e necessário ao funcionamento do sistema, tendo em vista que:

[...] a) ele torna-se o maior responsável pela penetração das inovações e pela criação de condições de sucesso dos investimentos porque, como instrumento de homogeneização do espaço e do equipamento de infraestrutura, ele torna-se o responsável pelo sucesso dos capitais investidos, sobretudo os grandes capitais; b) por seus próprios investimentos o Estado participa de uma divisão de atividades que atribui aos grandes capitais os benefícios maiores e os riscos menores. Trata-se de uma divisão de atividades em escala internacional e que assegura a continuidade e a reprodução da divisão desigual das riquezas. c) finalmente, e para poder prosseguir com essas funções, o Estado tem que assumir cada dia de maneira mais clara, seu

papel mistificador, como propagador ou mesmo criador de uma ideologia de modernização, de paz social e de falsas esperanças que ele está bem longe de transferir para os fatos. (SANTOS, 2008, p.218).

Considerados os processos relacionados à formação econômica e socioespacial no âmbito do capitalismo tardio (OLIVEIRA, 1978), especialmente no Brasil, em correspondentes escalas de alcance: regional e local, as forças produtivas cada vez mais passaram a corresponder à lógica dos processos de reprodução e acumulação do capital em nível estadual e nacional, por sua vez engendrada pelas estratégias definidas à luz da divisão territorial e social, internacional do trabalho.

No contexto do dinâmico rearranjo espacial das forças produtivas, também potencializado pelo avanço das ciências e técnicas aplicadas ao processo produtivo, o papel do Estado se fez preponderante na definição das diretrizes e ações estratégicas, em intervenções comprometidas com os processos articulados de reprodução e acumulação de capital entre a cidade e o campo.

Embora tardio, mais especificamente a partir do “Estado Novo”, o dinamismo da economia capitalista com vistas à substituição das importações através do desenvolvimento da atividade industrial, bem como a mecanização e uso de tecnologia no campo, permitem reconhecer as estratégias de atuação do Estado, principalmente no que diz respeito às intervenções planejadas através de políticas de estruturação e ordenamento do espaço, com destaque para as políticas públicas de educação, ora para fins de controle social e ou fomento aos processos produtivos.

Nesse contexto, é no âmbito das estratégias de planejamento econômico e socioespacial que as políticas públicas passaram a corresponder às novas perspectivas de desenvolvimento das forças produtivas na esteira da reprodução e acumulação capitalista. Para tanto, os investimentos voltados para o desenvolvimento da proposta de educação de base tecnicista passaram a ser implementados tanto nas áreas urbanas como também no campo, onde as escolas agrícolas, uma vez implantadas, estiveram voltadas para o propósito de promover a formação, capacitação e adequação da força de trabalho, cada vez mais especializada, em conformidade com as necessidades dos setores produtivos em expansão.

Uma vez reconhecido o papel de atuação do Estado enquanto importante agente presente na estruturação e organização do espaço e respectivos subespaços, no capítulo seguinte, os esforços estarão concentrados no sentido de dar visibilidade à relação Estado e políticas públicas de educação rural, no viés da historicidade dos processos relacionados ao movimento de modernização da agricultura brasileira para, na sequência, destacar a implantação, consolidação e o respectivo papel do Ifes - *Campus* de Alegre no contexto da dinâmica socioeconômica da microrregião do Caparó-ES.

## **CAPÍTULO II - ASPECTOS PONTUAIS SOBRE O ESTADO E POLÍTICAS PÚBLICAS DE EDUCAÇÃO NO ÂMBITO DA MODERNIZAÇÃO CONSERVADORA DA AGRICULTURA BRASILEIRA**

A atuação do Estado, de forma direta e indireta nas mais diferentes escalas, revela intencionalidades historicamente definidas e articuladas pelo jogo de forças e interesses de importantes agentes envolvidos na (re)produção do espaço geográfico e respectivos subespaços. Também através das políticas públicas e sociais, a atuação do Estado<sup>11</sup> se faz presente tanto na definição de diretrizes como na implementação de estratégias comprometidas com a organização e estruturação do espaço e seus subespaços.

Mediante o reconhecido poder articulador e fomentador do Estado, as ações dos mais diversos agentes plasmam na concretude das formas-conteúdo do espaço social que contém e está contido no espaço geográfico e seus subespaços, a exemplo do território, onde a expressão das mais diversas intencionalidades se materializa, em grande parte, de forma articulada, verticalizada e, por vezes, arbitrária. De acordo com Santos (2008, p.233),

[...] o território é imutável em seus limites, uma linha traçada de comum acordo ou pela força. Esse território não tem forçosamente a mesma extensão através da história. Mas em um dado momento ele representa um dado fixo. Ele se chama espaço logo que encarado segundo a sucessão histórica de situações de ocupação efetiva por um povo, inclusive a situação atual, como resultado da ação de um povo, do trabalho de um povo, resultado do trabalho realizado segundo as regras fundamentadas do modo de produção adotado e que o poder soberano torna em seguida coercitivas. É o uso deste poder que, de resto, determina os tipos de relações entre as classes sociais e as formas de ocupação do território.

Assim considerado, de forma verticalizada, as intervenções articuladas pelos mais diversos agentes, dentre eles o Estado, em muitos casos, não levam em conta o sentido da territorialidade, forçosamente corroída pela racionalidade arbitrada sobre a dimensão da área, enquanto forma ressignificando a dimensão política e cultural do conteúdo das ideias e do modo de vida do lugar.

---

<sup>11</sup> Existem três modalidades principais de ação do Estado: 1) Primeiramente ele intervém através da satisfação das necessidades locais cuja resposta é dada segundo níveis diferentes de qualidade e quantidade, isto é, com um volume ou uma expressão que nem sempre correspondem à escala local; 2) A ação do Estado pode referir-se à satisfação de necessidades de tipo regional, mas cuja resposta é dada em um ponto preciso desse espaço regional; 3) Enfim, existem necessidades nacionais cuja satisfação interfere na organização do espaço local, tais como as estradas, os impostos, as isenções fiscais, a política aduaneira ou a política comercial, os protecionismos, etc. Os diversos subespaços são afetados por influência de ordem local, regional, nacional e até mesmo internacional. As influências locais são consideradas aqui no nível das unidades agrícolas e urbana, das características da população, das características dos modelos de localização das atividades e dos homens. (SANTOS, 2008, p.228-229).

Uma vez considerados os tipos e dimensões inerentes ao espaço geográfico e subespaços, em especial o território, as estratégias de intervenções do Estado potencializam o movimento de compreensão sobre a historicidade das políticas públicas e sociais<sup>12</sup>, dentre elas as relacionadas à educação, tendo em vista as relações sociais serem construídas no território em sua multidimensionalidade, com a possibilidade de também ser transformado, inclusive pela força do capital. Aplicado nos setores produtivos.

Com efeito, a dimensão e o sentido das expressões<sup>13</sup>: “educação rural”<sup>14</sup> e “educação do campo”<sup>15</sup> revelam o contraditório do jogo de forças e interesses de classes, indispensáveis portanto para o alcance e compreensão sobre os processos políticos, socioeconômicos e ideológicos presentes no território enquanto espaço político de permanentes tensões e conflitos.

Antes mesmo de contextualizar as ações do Estado brasileiro no campo das políticas públicas de educação, em especial, relacionadas aos processos de expansão das Escolas Agrotécnicas e dos posteriores Institutos Federais, circunscritos no modelo de “educação rural”, portanto engendrados nos pressupostos da modernização<sup>16</sup> conservadora da agricultura

---

<sup>12</sup> Políticas públicas são entendidas na perspectiva do Estado quando [...] implantando um projeto de governo, através de programas, de ações voltadas para os setores específicos da sociedade. [...] E políticas sociais se referem a ações que determinam o padrão de proteção social implementado pelo Estado, voltadas, em princípio, para a redistribuição dos benefícios sociais visando a diminuição das desigualdades estruturais produzidas pelo desenvolvimento socioeconômico (HÖFLING, 2001, p.31).

<sup>13</sup> A referência a estas duas expressões será apresentada no curso das abordagens sobre a historicidade do papel do Estado enquanto agente principal na definição e implementação das políticas públicas de educação.

<sup>14</sup>[...] a escola enquanto instituição social tem desenvolvido uma educação para atender principalmente a exigências políticas e econômicas cujo objetivo em muitos dos casos não corresponde às demandas humanas e sociais dos sujeitos que a frequentam, particularmente a destinada à classe trabalhadora. Segundo Mézaros (2005), a educação institucionalizada no modo de produção capitalista, especialmente nos últimos 150 anos, esteve centrada nos propósitos de fornecer conhecimentos e pessoal necessários à máquina do capital em favor da expansão do sistema capitalista e ainda gerar e produzir um quadro de valores morais que validam os interesses dominantes, por meio da internalização ou da “dominação estrutural” implacavelmente imposta. Baseada nesses propósitos configurou-se a Educação Rural, destinada à classe trabalhadora do campo cuja origem “está na base do pensamento latifundialista empresarial do assistencialismo, do controle político sobre a terra e as pessoas que nela vivem. O debate a respeito da educação rural data das primeiras décadas do século XX” (FERNANDES; MOLINA, 2004, p.62 apud AZEVEDO, 2007, p.154).

<sup>15</sup> Conforme afirma Fernandes (2006), a Educação do Campo originou-se com as demandas dos movimentos camponeses na construção da política de educação para as áreas da reforma agrária. Assim, ele entende a educação na reforma agrária, como parte da Educação do Campo, “compreendida como um processo em construção que contempla em sua lógica a política que pensa a educação como parte essencial para o desenvolvimento do campo” (p. 28). Ainda com base no autor, o atual modelo de desenvolvimento econômico predominante no campo – o agronegócio – não concebe a educação como uma política pública, pois toma como base os princípios do paradigma do capitalismo agrário que vem desenvolvendo a Educação Rural por meio de diferentes instituições, enquanto a Educação do Campo fundamenta-se nos princípios postulados pelo paradigma da questão agrária, tendo os camponeses como protagonistas do processo. (FERNANDES 2006, apud SANTOS, 2010, p.05).

<sup>16</sup> O fenômeno da modernização da agricultura pode ser definido como sendo o processo através do qual ocorrem modificações na base técnica da produção. Assim, agricultura moderna (ou modernizada) é a fase agrícola que se caracteriza por uso intensivo, no nível das unidades produtoras, de máquinas e insumos modernos, bem como por uma maior racionalização do empreendimento e pela incorporação de inovações técnicas, quer dizer, a

brasileira, caberá de forma pontual, destacar a historicidade das referidas políticas públicas de educação definidas e implementadas pelo Estado brasileiro no âmbito da organização e estruturação do espaço geográfico e subespaços em suas múltiplas dimensões, forma-conteúdo e respectivas escalas geográficas de apreensão.

## **2.1 Educação e Trabalho no Contexto das Políticas Públicas no Brasil**

[...] É sabido que a educação praticamente coincide com a própria existência humana. Em outros termos, as origens da educação se confundem com as origens do próprio homem. A medida em que determinado ser natural se destaca da natureza e é obrigado, para existir, a produzir sua própria vida é que ele se constitui propriamente enquanto homem. Em outros termos, diferentemente dos animais, que se adaptam à natureza, os homens têm que fazer o contrário: eles adaptam a natureza a si. O ato de agir sobre a natureza, adaptando-se às necessidades humanas, é o que conhecemos pelo nome de trabalho. Por isto podemos dizer que o trabalho define a essência humana (SAVIANI, 2000).

Reconhecido o sentido ontológico do trabalho enquanto princípio educativo, são diversas as considerações e abordagens que por vezes, ou descolam o sentido do trabalho ao da educação e, ou afirmam a educação na perspectiva funcional, utilitarista sob a lógica da qualificação da força de trabalho em plena correspondência aos interesses exclusivos de reprodução e acumulação do capital.

Contudo, mesmo reconhecendo a importância do movimento histórico pertinente às discussões sobre educação e trabalho, neste particular, através do recorte para a reflexão pretendida, buscar-se-á de forma pontual, dar conta das abordagens sobre as políticas públicas de educação no Brasil, sem, no entanto, perder de vista sua relação com a conjuntura específica de cada momento histórico em seus correspondentes processos e dimensões.

Inicialmente a dimensão política será considerada nas abordagens que buscam caracterizar o papel do Estado na formulação das políticas públicas de educação nos períodos referentes ao Brasil-colônia, Brasil-império e Brasil-republicano, para em seguida buscar alcançar a contextualização dos processos inerentes às demais dimensões: socioeconômicas, culturais e ideológicas, sob influência e afirmação do modelo capitalista de organização e estruturação do espaço: da sociedade brasileira.

Ainda no Brasil-Colônia, por iniciativas dos padres da Companhia de Jesus foram implantadas as escolas-oficina destinadas à formação profissional de artesãos, além de outros ofícios voltados para o objetivo de suprir as necessidades de trabalho especializado da época.

---

utilização de métodos e técnicas de preparo e cultivo do solo, de tratos culturais e de processos de colheita mais sofisticados. Em outras palavras, modernização da agricultura é o processo de mecanização e tecnificação da lavoura. Neste sentido, o grau de modernização avalia-se pelo índice de máquinas, equipamentos, implementos e insumos modernos utilizados (BRUM, 1988, p.60).



[...] O ensino jesuíta então implantado, já que contava com incentivo da Coroa Portuguesa, constitui a nossa versão da “educação pública religiosa”. [...] Entretanto, se o ensino então ministrado pelos jesuítas podia ser considerado como público, por ser mantido com recursos públicos e pelo seu caráter de ensino coletivo, ele não preenchia os demais critérios, já que as condições tanto materiais como pedagógicas, isto é, os prédios assim como sua infraestrutura, os agentes, as diretrizes pedagógicas, os componentes curriculares, as normas disciplinares e os mecanismos de avaliação se encontravam sob controle da ordem dos jesuítas, portanto, sob domínio privado” (SAVIANI, *et all*, 2004, p.16).

O fechamento dos colégios jesuítas (1759) introduziu as “Aulas Régias”, mantidas pela Metrópole através da instituição do “subsídio literário” (1772). A influência das ideias laicas fundadas nos princípios do pensamento Iluminista foi adotada por Pombal. Todavia, a responsabilidade do Estado estava apenas em manter o pagamento dos “mestres” e apontar as diretrizes curriculares dos conteúdos a serem ministrados na própria moradia dos professores, também responsáveis por arcar com os recursos materiais necessários ao processo de aprendizagem dos alunos.

Por iniciativa dos governantes, após a proclamação da independência política da Colônia em relação a Portugal (1822), surgiram as primeiras instituições públicas de ensino no país. Somadas às iniciativas de associações civis, tais instituições priorizaram a formação de mão-de-obra especializada para fins de suprir as demandas do incipiente processo produtivo da época.

[...] o Ato Adicional de 1834 colocou as escolas primárias e secundárias sob a responsabilidade das províncias, renunciando, assim, a um projeto de escola pública nacional. Ao longo do Século XIX, o poder público foi normatizando, pela via legal, os mecanismos de criação, organização e funcionamento de escolas que, por esse aspecto, adquiriram o caráter de instituição pública. Mas, de fato, essas escolas continuavam funcionando em espaços privados, a saber, as próprias casas dos professores (SAVIANI, *et all*, 2004, p.17).

Em muitos casos, concomitante à proposta de educação para formação propedêutica, tanto nos educandários de artífices como nos denominados liceus de artes e ofícios, a vinculação entre educação e trabalho teve como princípio a natureza compensatória e assistencialista, alicerçados na retórica dos discursos de legitimação da dignidade dos pobres. Durante o 1º e 2º Reinados e parte do período republicano, de forma geral, foram estas algumas das iniciativas de cunho político e ideológico relacionado às políticas públicas de educação, voltadas para a garantia do controle social, no sentido de conter prováveis ameaças à ordem então estabelecida sobre o controle do Estado e dos grupos dominantes que foram se estruturando (MANFREDI, 2002).

Mais especificamente no que tange à relação educação e produção agrícola, em 1875, na Bahia, foi criada a primeira escola profissionalizante de educação agrícola para a formação de agrônomos, então denominada “Imperial Escola Agrícola”. Na sequência outras três

escolas foram implantadas nas cidades de Lavras-MG, Pelotas-RS, e Piracicaba-SP, sendo estas mais tarde transformadas em Liceus de Agronomia e Veterinária (FRANCO, 1994).

Estas foram algumas das iniciativas que estiveram comprometidas com a educação para formação profissional e controle social, permitindo assim, reconhecer os sinais de influência da ideologia liberal defendida por setores da aristocracia rural brasileira sob a égide da modernização que paulatinamente se fez conservadora. Para alguns setores da aristocracia rural, a modernização da sociedade embora passasse pela necessidade de reformas políticas, econômicas e culturais, não foi capaz de romper com a dominação patrimonialista na esteira do Estado nacional corporativista.

O fim do tráfico de escravos no contexto do movimento abolicionista e a afirmação das novas relações sociais de produção em curso a partir das décadas finais do Segundo Reinado confirmam os sinais relativos à pretendida modernização conservadora da sociedade que ganha impulso com a Proclamação da República (1889) e o fortalecimento de determinados grupos de interesses políticos e econômicos, na essência de base rural.

Durante parte do período republicano, a educação enquanto política pública continuou sendo pensada enquanto mecanismo de controle social, através de práticas assistencialistas dirigidas aos pobres, para em seguida, em suas devidas especificidades, integrar-se à lógica dos novos processos relacionados aos rearranjos das forças produtivas e da acumulação capitalista. Conforme apontado por Souza (1998, p.17),

[...] foi somente com o advento da República, ainda que sob a égide dos estados federados, que a escola pública, entendida em sentido próprio, fez-se presente na história da educação brasileira. Com efeito, é a partir daí que o poder público assume a tarefa de organizar e manter integralmente escolas, tendo como objetivo a difusão do ensino a toda a população. Essa tarefa materializou-se na instituição da escola graduada a partir de 1890 no estado de São Paulo, de onde se irradiou para todo o país. (Souza, 1998, p.17 *op cit* SAVIANI, 2004, p.17).

Na esteira de implementação das políticas públicas de educação, as oficinas artesanais e manufatureiras foram gradativamente substituídas por uma rede de escolas de aprendizes artífices, criadas durante o governo de Nilo Peçanha (1909). Tal iniciativa pode ser concebida como a gênese da rede de escolas públicas técnicas que mais tarde resultaram na formação dos Centros Federais de Educação Tecnológica (MANFREDI, 2002).

Contudo, de acordo com Kuenzer (1999), inicialmente, a intenção de Nilo Peçanha em criar as escolas de aprendizes artífices esteve diretamente relacionada com o propósito assistencialista e de controle social sobre os “órfãos, pobres e desvalidos da sorte, retirando-os da rua” (PALASIOS, 2012, p.7).

No campo, a intervenção do Estado também se deu através do incentivo à criação de instituições educativas patronais com finalidade de profissionalizar crianças pobres, também com vistas a promover o povoamento e a fixação do homem ao campo. Conforme apontado por Boeira (2006, *op cit* Caderno do SECAD, 2007, p.14):

[...] O ensino prático agrícola e a criação de agências como os patronatos agrícolas serviam como um paliativo na relocação da pobreza dos centros urbanos na primeira República. Inicialmente rurais e agrícolas por necessidade e também por conveniência, os patronatos destinavam-se a prestar assistência à infância desvalida das cidades. Os patronatos estavam vinculados ao Serviço de Povoamento, este inserido no Ministério da Agricultura, Indústria e Comércio. O Patronato Agrícola assumiu o binômio: transformação e controle do espaço rural inseridos na colonização estatal.

As denominadas Escolas de Aprendizes e Artífices e os Patronatos Agrícolas, destinadas às crianças pobres desvalidas, primavam pela educação moral, cívica e física, além da formação profissional. Nos Patronatos Agrícolas Federais, mais tarde denominados Escolas Agrotécnicas Federais, a proposta educativa fundamentava-se no “trabalho agrícola, sem outro intuito que não o de utilizar sua ação educativa e regeneradora, com o fim de os dirigir e orientar, até incorporá-los no meio rural”. Tratava-se, portanto, de uma medida socioeducativa de controle social, vez que os desvalidos com idade entre 10 e 16 anos estavam sujeitos a se tornar “delinquentes, portadores de doença contagiosa ou deficiência orgânica”, inabilitados, portanto “para serviços agrícolas ou de indústria rurais”. (NAGLE, 2001, p.236).

As primeiras iniciativas relacionadas à proposta de “educação rural” estiveram fundamentadas tanto nos pressupostos da formação profissional, inicialmente de base assistencialista, como do controle social. Tratou-se, portanto, de “uma política de controle social, pela submissão resignada, pela força da necessidade, formando homens incapazes de rebelar-se contra o sistema e a ordem capitalista”. Em muitos casos, considerada como benefício social, tratava-se na verdade de uma proposta de educação profissionalizante comprometida com a promessa de tirar os pobres da condição de marginalidade, sendo os mesmos, “salvos pelo ensino profissionalizante” assegurando “os lucros dos donos dos meios de produção” (FERREIRA, 2002, p.50).

Através do Decreto 8.319 de 1910, o então presidente Nilo Peçanha, regulamentou o ensino agrícola de base científica, tendo por finalidade a “instrução técnica profissional relativa à agricultura e às indústrias correlativas”, compreendendo o “ensino agrícola, de medicina veterinária, zootecnia e indústrias rurais” (Art. 1º do Decreto Presidencial nº. 8.319 de 1910).

[...] Logo após a vitória da Revolução de 1930, foi criado o Ministério da Educação e Saúde Pública. A educação começava a ser reconhecida, inclusive no plano institucional, como uma questão nacional. Na sequência tivemos uma série de medidas relativas à educação, de alcance nacional: em 1931, a reforma do ministro Francisco de Campos; em 1932, O manifesto dos pioneiros da Educação Nova... [...] Constituição de 1934, que colocava a exigência de fixação das diretrizes da educação nacional e elaboração de um plano nacional de educação; as “leis orgânicas do ensino”, um conjunto de reformas promulgadas entre 1942 e 1946 por iniciativa de Gustavo Capanema, ministro da Educação do Estado Novo (SAVIANI, et all, 2004, p.9).

Enquanto estratégia voltada para a renovação do ensino, foi com base nos princípios do movimento da “Escola Nova”<sup>17</sup> que, tanto na Europa quanto nos EUA, e posteriormente no Brasil (1932), foi lançado o Manifesto dos Pioneiros da Escola Nova. Na ocasião, o citado manifesto propunha o repensar do papel da escola, no sentido de romper com o modelo de escola voltada exclusivamente para a transmissão do conhecimento e moldagem dos alunos.

No âmbito das propostas relacionadas às políticas públicas de educação durante o período republicano, mais precisamente após 1930, a oferta de ensino técnico profissionalizante<sup>18</sup> de base agrícola foi ampliada na proporção em que a necessidade de aumentar a produção para atender o consumo, passa a ser entendida na perspectiva da modernização dos processos produtivos.

Como exposto, o papel do Estado brasileiro efetivou-se, cada vez mais, no sentido de assegurar políticas públicas de educação capazes de corresponder aos interesses dos setores produtivos, conforme suas necessidades, confirmando as estratégias de separação entre projeto de educação para as elites e outro projeto destinado às classes populares.

Na tentativa de tornar compreensível o alcance das intencionalidades contidas na atuação do Estado através da formulação e implementação de políticas públicas de educação,

---

<sup>17</sup> [...] Escola Nova é um dos nomes dados a um movimento de renovação do ensino que foi especialmente forte na Europa, nos Estados Unidos e no Brasil, na primeira metade do Século XX. Os primeiros grandes inspiradores do movimento foram Jean Jacques Rousseau e pedagogo Heinrich Pestalozzi Froebel. No Brasil, as ideias da Escola Nova foram introduzidas já em 1882, por Rui Barbosa, e ganharam especial força com a divulgação do Manifesto dos Pioneiros da Educação Nova, em 1932, quando foi apresentada uma das ideias estruturais do movimento: as escolas deveriam deixar de ser meros locais de transmissão de conhecimentos e tornar-se pequenas comunidades, onde houvesse maior preocupação em entender e adaptar-se a cada criança do que encaixar todas no mesmo molde (BRASIL, 2007, Cadernos do SECAD, p.10).

<sup>18</sup> Coincidindo com o fenômeno da urbanização e a emergência de uma classe média, a indústria brasileira que acaba de nascer passa a demandar uma educação capaz de responder as novas necessidades do quadro de desenvolvimento. Na década de 1930, especialmente após a constituição de 1937, a educação profissional foi assumida como “primeiro dever do Estado”. Todo o ensino médio e superior tinha caráter profissional e organizava-se nas modalidades agrícola, industrial e comercial. Até 1944, o contexto era de falta de técnicos em várias áreas, inclusive na agrícola. Em sua proposta de reforma educacional, Capanema elaborou um plano-estatuto, com definição de responsabilidades de cada uma das entidades federadas, definindo duas grandes funções para a educação: homogeneizar, no sentido de oferecer um mínimo de cultura à população, e diferenciar, segundo as aptidões de cada um. É nessa função que o ensino agrícola era enquadrado, sob a denominação de ensino especial, ao lado das modalidades comercial, industrial, vocacional. É este o período – década de 1930-1940 – que podemos ter como referência para o ensino técnico no Brasil, mas, não para o ensino Técnico Agrícola (SILVA, 2012, p.2).

à primeira vista, o analfabetismo não se apresentou enquanto problema social para as classes<sup>19</sup> dominantes.

Conforme aponta Ciavatta (2012, p.87),

[...] No Brasil, o dualismo das classes sociais, a desigualdade no acesso aos bens e aos serviços produzidos pelo conjunto da sociedade, se enraíza no tecido social através de séculos de escravismo e de discriminação do trabalho manual. Na educação, apenas na metade do século XX, o analfabetismo se coloca como uma preocupação das elites intelectuais, e a educação do povo se torna objeto de políticas de Estado. Mas sua organicidade está em reservar a educação geral para as elites dirigentes e destinar a preparação para o trabalho para os órfãos, os desamparados. Esse dualismo toma um caráter estrutural especialmente a partir da década de 1940, quando a educação nacional foi organizada por leis orgânicas, segmentando a educação de acordo com os setores produtivos e as profissões, e separando os que deveriam ter o ensino secundário e a formação propedêutica para a universidade e os que deveriam ter formação profissional para a produção.

No que tange às abordagens sobre as iniciativas do Estado na definição e implementação de políticas educacionais no Brasil, neste particular, cabe destacar sua relação com o projeto de modernização conservadora da agricultura brasileira, haja vista as intencionalidades contidas nas propostas de “educação rural”<sup>20</sup>, totalmente comprometidas com a profissionalização para o mercado.

Ao buscar relacionar a “educação rural” com as estratégias de modernização da agricultura, pretende-se assim, destacar o sentido das políticas públicas de educação no Brasil em sua correspondência com a perspectiva funcional, instrumental e portanto, conservadora, historicamente alicerçada nos interesses econômicos para fins de (re)produção e acumulação capitalista em variadas dimensões e escalas.

## 2.2 Educação Rural no Contexto da Modernização da Agricultura

[...] A Educação Rural no Brasil, por motivos sócio-culturais, sempre foi relegada a planos inferiores, e teve por retaguarda ideológica o elitismo acentuado do processo educacional aqui instalado pelos jesuítas e a interpretação política ideológica da oligarquia agrária, conhecida popularmente na expressão: “gente da roça não carece de estudos. Isto é coisa de gente da cidade” (LEITE, 2002, p.14).

---

<sup>19</sup> O conceito de classes sociais envolve as classes fundamentais, proprietários e não proprietários dos meios de produção e os diversos grupos e frações de classes com suas vinculações políticas e culturais e seus interesses específicos. (Marx,1979; Hobsbawm,1987; Thompson,1987 e 1998), *op cit* Ciavatta, 2012, p. 87.

<sup>20</sup> A criação do Ministério de Educação e Saúde Pública, em 1930, apesar de apontar para a organização de um sistema nacional de ensino, não contemplou uma estrutura organizacional para a educação rural, a qual continuou subordinada ao Ministério da Agricultura, Indústria e Comércio. A partir daquele momento, população camponesa passou a ser alvo de campanhas educativas dispersas que tinham como objetivo fixar homens e mulheres no campo, sendo o ensino primário e o aprendizado agrícola de nível elementar incluídos nas estratégias dos projetos de colonização agrária.

Com vistas alcançar a compreensão, mesmo que pontual, sobre o movimento de modernização<sup>21</sup> conservadora da agricultura brasileira é preciso considerar a historicidade dos processos inerentes e explicativos das relações sociais de produção, na esteira da divisão social e territorial do trabalho. Tratam-se, portanto, de relações consubstanciadas ao conjunto do movimento geral de rearranjos das bases produtivas para fins de expansão e acumulação capitalista no campo. Sendo assim, é preciso levar em conta,

[...] o processo de modernização agrícola no Brasil, ocorrido a partir da Segunda Guerra Mundial: os interesses que o motivaram, as forças que o impulsionaram, como foi ele implementado, sua evolução e desdobramentos, a articulação da agricultura modernizada ao complexo agroindustrial comandado pelas corporações transnacionais e o aprofundamento da integração dependente da economia e da agricultura brasileira ao capitalismo internacional, bem como as repercussões econômicas e socioculturais decorrentes da modernização e, ainda, a política agrícola, as funções atribuídas à agropecuária brasileira nas últimas décadas e seus equívocos, a situação e as perspectivas da agricultura (regional) no presente quadro de dificuldades que o país atravessa na atual fase de transição. [...] A estratégia da modernização conservadora tem por objetivo o aumento da produção e da produtividade agropecuária, mediante a renovação tecnológica, isto é, a utilização de métodos, técnicas, equipamentos e insumos modernos, sem que seja tocada ou grandemente alterada a estrutura agrária. [...] A estratégia de modernização conservadora se enquadra perfeitamente no chamado “modelo econômico brasileiro” capitalista, associado, dependente, concentrador, exportador e excludente. (BRUM, 1988, p. 11, 54-55).

Conforme apontado por Brum (1988, p.60), mediante a integração do produtor e da produção, uma nova racionalidade se estabelece na medida em que “o objetivo principal da produção agrícola ou agropecuária, então, passa a ser o lucro, através do qual se dá a acumulação”. Neste contexto, cabe ressaltar que o mercado é o destino final da produção, além do que, “controla a comercialização”.

Por outro lado, em face do processo de modernização conservadora, a predominância da monocultura põe em risco a pequena propriedade rural, assim como os produtores independentes, autônomos na proporção em que fortalece e expande a média e grande empresa rural “onde se estabelecem as relações capitalistas de produção (terras, máquinas, etc) assumindo o papel de patrões e os trabalhadores diretos, destituídos os meios, assumindo a condição de assalariados rurais”.

[...] Assim, com o avanço do processo de modernização ocorre a chamada “industrialização da agricultura” ou “industrialização do campo”. Esse fenômeno se

---

<sup>21</sup> [...] O fenômeno da modernização da agricultura pode ser definido como sendo o processo através do qual ocorrem modificações na base técnica da produção. Assim, agricultura moderna (ou modernizada) é a fase agrícola que se caracteriza pelo uso intensivo, a nível das unidades produtoras, de máquinas e insumos modernos, bem como por maior racionalização do empreendimento e pela incorporação de inovações técnicas, quer dizer, a utilização de métodos e técnicas de preparo e cultivo do solo, de tratos culturais e de processos de colheita mais sofisticados. [...] o conceito de modernização pode ser definido ainda como sendo um processo de modificações nas relações sociais de produção. [...] o objetivo principal da produção agrícola ou agropecuária, então, passa a ser o lucro, através do qual se dá a acumulação. A produção destina-se antes de tudo ao mercado, no qual vai ter atuação privilegiada o segmento que controla a comercialização (BRUM, 1988, p. 60).

expressa no fato de a agricultura, enquanto setor produtivo, se tornar uma atividade crescentemente empresarial, ao mesmo tempo em que se transforma num importante mercado para máquinas e insumos modernos produzidos pela indústria. (BRUM, 1988, p.61).

No âmbito das referidas transformações das relações sociais de produção no campo, a atividade agropecuária, de forma paulatina vai deixando para trás as práticas tradicionais voltadas para o suprimento do autoconsumo ou mesmo do consumo imediato e limitado, para industrializar-se, enquanto setor produtivo alicerçado em bases empresariais com fins de exportação. Tais processos passam então a corresponder à nova lógica da divisão social e territorial do trabalho orientada para o dinamismo da produção, circulação, distribuição, troca, consumo e acumulação capitalista.

Por sua vez reconhecido o caráter peculiar dos desequilíbrios regionais e com a modernização pautada da industrialização da agricultura, a supremacia econômica da região centro-sul do país se consolida na articulação de setores diversos do capital, uma vez que também “na agricultura mercantil, por seu turno, a atividade agrícola está estreitamente relacionada com o comércio e o setor financeiro” (BRUM, 1988, p.61).

As referidas associações apresentadas pelo autor contribuem para o entendimento sobre as estratégias comprometidas com o ideal de modernização engendrado por amplos processos de transformação das relações sociais de produção no campo, aqui entendido como expressão das territorialidades em permanentes tensões e conflitos de interesses classistas.

Nessa perspectiva torna-se preponderante o destacado papel do Estado enquanto agente fomentador destes processos que se afirmam no campo das dimensões políticas, econômicas e socioculturais ancoradas na ideologia da modernização que se fez conservadora: isto porque também não foi capaz de transformar a estrutura econômica alicerçada no latifúndio, na monocultura para exportação, além de outras bases conformadoras da concentração de renda e de riqueza nas mãos de grupos sociais privilegiados.

Ainda sobre o sentido da modernização conservadora da agricultura brasileira associada às estratégias de políticas públicas de educação implementadas durante o primeiro quartel do século XX, Brum (1988, p.62-63), dentre outras razões, destaca a “elevação da produtividade do trabalho visando aumentar a apropriação da mais-valia”. Formar e capacitar a força de trabalho para assim corresponder ao “progresso técnico no modo de produção capitalista, no qual o Brasil se integra”. Outra razão diz respeito à “redução dos custos unitários de produção para vencer a concorrência e conseguir maior taxa de lucro” quando também se fez necessário a superação dos “conflitos entre o capital e o latifúndio, uma vez que a modernização acabou levantando a questão da renda da terra”.

Também é preciso destacar sobre “à realização dos interesses do complexo industrial, possibilitando sua implantação, consolidação do seu avanço no País, dentro da estratégia global de expansão do capital oligopolista internacional”. Ainda conforme o citado autor “a agropecuária é uma atividade periférica, subordinada ao complexo financeiro-industrial, e sua modernização visou centralmente ao fortalecimento e expansão do setor bancário, das indústrias de máquinas e insumos modernos”, impulsionando assim, toda a cadeia produtiva que envolveu as “agroindústrias de processamento e transformação da produção agropecuária” (BRUM, 1988, p.62-63).

Uma vez compreendida a modernização em sua relação direta com o aumento da produtividade agrícola, a introdução de máquinas e o uso de insumos estiveram articulados com a necessária formação e capacitação profissional dos trabalhadores, cabendo então, a elaboração e implementação de políticas públicas de educação rural, desta vez fundada em bases científicas, comprometidas com a reestruturação dos processos produtivos de base agroindustrial.

Assim considerado, conforme apontamento apresentado pelo Caderno do SECAD, 2007, p.16:

[...] A relação de submissão da educação às necessidades inerentes à industrialização foi afirmada na Constituição de 1937, a qual vinculou a educação ao mundo do trabalho, obrigando os sindicatos e empresas privadas, inclusive rurais, a ofertar o ensino técnico nas áreas a eles pertinentes, aos seus filiados, funcionários e filhos destes. Constava ainda a garantia de que o estado contribuiria para o cumprimento dessa obrigação. No entanto este dispositivo nunca foi regulamentado, conforme exigiu a Carta Constitucional e as ações não foram postas em prática. A Constituição de 1946, no que diz respeito à aprendizagem para o trabalho, estabeleceu a obrigatoriedade das empresas industriais e comerciais em ministrarem a aprendizagem aos seus trabalhadores menores, mas deixou de fora as empresas agrícolas.

Durante o período do “Estado Novo”, o projeto de educação profissional no campo esteve diretamente relacionado às diretrizes das políticas demográficas e de segurança nacional. Fixar o homem no campo, e evitar o “inchaço” dos centros urbanos, significava não somente assegurar mão-de-obra abundante no campo e de baixo custo, como também reduzir a possibilidade de problemas urbanos e conflitos sociais. Nesta perspectiva, as políticas públicas de educação passaram a dialogar com as políticas de planejamento territorial para fins econômicos e também de controle social.

Na sequência das considerações relacionadas ao movimento de modernização conservadora da agricultura brasileira, através do Decreto-Lei nº. 9613 de 1946, o Estado regulamentou o ensino agrícola, definindo e estabelecendo as bases da proposta de ensino referente ao nível de segundo grau voltado para a profissionalização dos trabalhadores na



agricultura. De acordo com o disposto no referido Decreto-Lei de regulamentação da modalidade de ensino agrícola no Brasil, em seu Artigo 2<sup>o</sup>, o ensino deverá atender:

[...]

- I. Aos interesses dos que trabalham nos serviços e misteres da vida rural, promovendo a sua preparação técnica e sua formação humana;
- II. Aos interesses das propriedades ou estabelecimentos agrícolas, proporcionando-lhes, de acordo com as suas necessidades crescentes e imutáveis, a suficiente e adequada mão de obra;
- III. Aos interesses da Nação, fazendo continuamente a mobilização de eficientes construtores de sua economia e cultura;

Ainda em referência ao exposto no citado Decreto-Lei, em seu Artigo 3<sup>o</sup>:

[...]

O ensino agrícola, no que respeita especialmente à preparação profissional do trabalhador agrícola, tem as finalidades seguintes:

- I. Formar profissionais aptos às diferentes modalidades de trabalhos agrícolas;
- II. Dar aos trabalhadores agrícolas jovens e adultos não diplomados uma qualificação profissional que lhes aumente a eficiência e produtividade;
- III. Aperfeiçoar os conhecimentos e capacidades técnicas de trabalhadores agrícolas diplomados (BRASIL, 1946).

De forma notória, a referida legislação fragmentou o ensino agrícola em três etapas: a primeira referiu-se à escola de iniciação agrícola (concedendo certificado de conclusão de operário agrícola), seguido das escolas agrícolas (diplomando os alunos em mestría agrícola) e cursos técnicos das escolas agrotécnicas (que ministravam quatro séries do primeiro ciclo, formando técnicos em agricultura, em horticultura, em zootecnia, em práticas veterinárias, em indústrias agrícolas, em laticínios e mecânica agrícola).

A conclusão de tais cursos possibilitava o ingresso do técnico em escolas de nível superior em curso diretamente equivalente.

[...] a partir da década de 50, a agricultura brasileira toma novos rumos, iniciando-se o processo de modernização conservadora, sem alterar a estrutura fundiária, que viu manifestar-se de forma intensa e ampla de 1956 em diante, após a ruptura político-institucional e o comando do regime autoritário militar implantado no país a partir do golpe de 1964. Dentro da nova ordem econômica, vinculada ao capital oligopolista internacional, o novo governo enfatiza a nova “ordem agrária” de modo a consolidar o processo de modernização conservadora: garantia à propriedade fundiária (latifúndio); agilização das políticas de crédito rural. De preços mínimos, de incentivos fiscais e de subsídios; estímulos à aquisição de indústrias de máquinas e implementos agrícolas, de fertilizantes, inseticidas e herbicidas, bem como a produção de sementes e rações (BRASIL, 1946).

Nesse contexto, o processo de industrialização<sup>22</sup> alavancado pela abertura do país ao capital internacional, acabou por consolidar as bases da nova divisão internacional e territorial

---

<sup>22</sup> O processo de transformação ocorrido na agricultura operou-se dentro do sistema econômico global e foi por ele decisivamente impulsionado. No sistema econômico global processou-se, principalmente após a Segunda Guerra Mundial, intensa concentração e centralização de capitais nas mãos de algumas centenas de poderosos grupos econômicos organizados em cartéis. Essa fase do capitalismo imperialista monopolista é liderada pelo complexo financeiro-industrial (grandes bancos e grandes indústrias geralmente de propriedade dos mesmos grupos). A agricultura foi forçada a integrar-se na economia monopolista, de forma subordinada e dependente,

do trabalho que a partir da região centro-sul do país, promoveu de forma paulatina, a integração dos circuitos produtivos, com destaque para a mecanização e industrialização da produção no campo através do uso seletivo de tecnologia e emprego de mão-de-obra cada vez mais especializada.

Com efeito, no segundo quartel do século XX, quando ocorreu o processo de abertura do país ao capital internacional, Newton Belleza, então Superintendente do Ensino Agrícola e Veterinário do Ministério da Agricultura, através de artigo divulgado na mesma ocasião, declarou que:

[...] muito acima e muito mais profunda do que a informação, a aprendizagem só se obtém pela incorporação de novas experiências aos próprios atos e, em graus mais avançados, à própria conduta. Devem, portanto, os alunos participar intimamente de todos os trabalhos agrícolas efetuados nas escolas, para que se tornem conhecedores do assunto cujos ensinamentos a eles pretendem ministrar. Não se pode também deixar de ter em mira que a agricultura é uma atividade econômica, requerendo métodos de natureza econômica para sua verdadeira aprendizagem (BRASIL, 1946, p.6).

Com foco na formação técnica para eficiência na produção, produtividade e comercialização, entre os anos de 1956-1958, estudos realizados pelo Escritório Técnico de Agricultura Brasil-Estados Unidos (ETA), confirmaram a expansão do número de colégios agrícolas federais (instituições de pedagogismo ruralista) que passaram de doze para cinquenta e três, presentes em dezoito unidades da federação.

No âmbito dos processos de expansão do capitalismo internacional associado aos interesses dos setores do capitalismo nacional, através das escolas agrotécnicas federais o projeto de educação rural prezou pela formação instrumental e utilitarista de força de trabalho voltadas para a excelência na produtividade.

Nessa mesma perspectiva, alicerçado às diretrizes e estratégias da Revolução Verde<sup>23</sup> e da Teoria do Capital Humano<sup>24</sup> um novo padrão de acumulação capitalista buscou articular processos voltados para a modernização conservadora da agricultura brasileira em sua

---

transformando-se em um mero apêndice dos poderosos monopólios ou oligopólios industriais (BRUM, 1988, p.104).

<sup>23</sup> A “Revolução Verde” promoveu a subordinação da agricultura dos países “em desenvolvimento” aos complexos agroindustriais multinacionais agravando e promovendo a despolitização da questão agrária. No contraponto ao aumento da produção agrícola, foram reduzidas as oportunidades de emprego no campo, além do que ficou assegurado a facilidade de crédito e subsídios para os grandes proprietários de determinadas regiões, envolvidos com determinados segmentos de produção. Os pequenos produtores foram prejudicados em nome das políticas que beneficiaram os médios e grandes produtores das regiões sudeste e sul do país cuja produção era voltada para exportação (SOBRAL, 2009, p. 77).

<sup>24</sup> Teoria que tem como seu principal formulador Theodore Schultz. Ao tentar-se explicar os ganhos de produtividade gerados pelo fator humano na produção, percebeu-se que o trabalho humano qualificado mediante a educação ampliava a produtividade econômica (PALÁSIOS, 2012, p.10).

correspondência com os princípios orientados pela nova ordem econômica pautada na produção flexível, ampla concorrência e competitividade entre lugares.

Conforme apontado por Brum (1988, p.66):

[...] A Revolução Verde foi o carro-chefe da modernização da agricultura no mundo e, conseqüentemente, também no Brasil. Os canais de sua implantação aqui foram os programas “Aliança para o Progresso” e “Alimentos para a Paz”, ambos patrocinados pelo governo norte-americano. Tais programas estavam em consonância com os interesses e objetivos das corporações transnacionais e, obviamente, faziam parte da estratégia global para criar as condições favoráveis à sua expansão, de que resultará a crescente internacionalização (integração dependente) da economia brasileira, particularmente da agricultura.

Na esteira do movimento de modernização conservadora da agricultura brasileira, a educação de base tecnicista passou a prevalecer enquanto pressuposto indispensável à formação profissional em correspondência com as estratégias de expansão da economia capitalista internacional para fins de produção, circulação, distribuição e do consumo, orientados pelos novos rearranjos da divisão internacional e territorial do trabalho.

[...] Por meio de uma diretriz condizente com a proposta de “Revolução Verde”, ou seja, da substituição dos “insumos tradicionais” por insumos apontados como “modernos”, é que a Rede Federal de Ensino Agrícola articula sua proposta de formação técnica. Essa discussão é importante para que possamos compreender que a estrutura curricular, pensada e organizada para esta modalidade de ensino, orientava-se no sentido de atender a preocupação de reproduzir a ordem econômica. **Em 04 de setembro de 1979, pelo Decreto nº. 83.935, as escolas Agrícolas passaram a ter a denominação de Escolas Agrotécnicas Federais**, acompanhadas do nome do município onde se encontram localizadas. A partir de então, num cenário de profundas e polêmicas mudanças ocorridas nos anos 80, as políticas de desenvolvimento são inteiramente condicionadas as exigências dos organismos financeiros internacionais. Nesse contexto, em 12 de Abril de 1990, o ensino agrotécnico passou a ser subordinado à SENETE (Secretaria Nacional de Educação Tecnológica) (SILVA; SILVA, 2012, p.3-4). (*grifo nosso*)

Com efeito, a relação educação-território historicamente se efetivou através das políticas públicas verticalizadas e comprometidas com a dinâmica de modernização dos processos produtivos da agroindústria e da agropecuária em diferentes escalas, sem, no entanto, romper com a histórica estrutura agrária e fundiária, fundada na concentração de terras e na preponderância dos financiamentos e subsídios destinados à produção, em grande parte, destinados à monocultura para exportação.

Sem perder de vista o projeto de educação rural em sua intrínseca relação com os pressupostos da Revolução Verde e da Teoria do Capital Humano, em especial, no caso do Espírito Santo, interessa destacar os aspectos pontuais dos processos de modernização da agricultura para melhor compreender o papel do Instituto Federal do Espírito Santo - *Campus* de Alegre (antiga EAFA), no contexto da dinâmica socioeconômica microrregião do Caparaó enquanto unidade de planejamento estratégico do governo do Espírito Santo.

### **2.3 Considerações Sobre a Modernização da Agricultura e Educação Rural no Espírito Santo**

No âmbito dos processos relacionados às iniciativas de modernização da agricultura, é importante destacar o papel secundário do Estado do Espírito Santo no contexto político e econômico da região centro-sul do país. Historicamente, em substituição a preponderância do cultivo da cana-de-açúcar, o desenvolvimento da cafeicultura para exportação ocorreu, com relativa expressividade na região sul do Estado, onde predominou a estrutura fundiária concentrada em extensas propriedades de terra.

Conforme apontado por Moreira e Perrone (2008, p.56-57), por volta do segundo quartel do século XIX:

[...] a cafeicultura proveniente do Vale do Paraíba (RJ) foi trazida por fluminenses, mineiros e em menos números pelos paulistas, atraídos pela baixa ocupação territorial (apenas 5% do Espírito Santo era povoado no período). Colonizaram o sul, inicialmente Itabapoana, Mimoso do Sul e imediações, Cachoeiro de Itapemirim, Muqui, Guaçuí (Veado), Alegre, Castelo. [...] Como prolongamento da economia cafeeira fluminense, o sistema comercial e financeiro manteve seus elos com esta região: o café era comprado por comissionárias do Rio (que financiavam e exportavam a produção, tendo como garantia a continuidade das relações comerciais, gerando uma constante dependência). [...] Sendo a carga transportada diretamente das unidades produtivas (fazendas), para o porto da capital do Império, nem os impostos eram recolhidos na província capixaba.

Mesmo através das práticas tradicionais e arcaicas de produção, e tendo como pilar a estrutura agrária fundada na concentração de terras (latifúndios), a cafeicultura ganhou importância econômica tendo em vista principalmente o “crescimento do mercado consumidor europeu e norte-americano, com aumento gradativo do valor do produto” (MOREIRA; PERRONE, 2008, p.57).

Após longo período de dependência em relação ao mercado exportador do Rio de Janeiro, os processos de modernização da agricultura associados à expansão do capital industrial dinamizou a economia capixaba, projetando o Espírito Santo a partir da nova ordem social e territorial orientada pela divisão do trabalho. Gradativamente, o Estado foi sendo integrado a outros circuitos produtivos e de incentivo a exportação, também fomentado pela formação do corredor centro-leste.

No entanto, até a década de 1950, a economia capixaba ainda se caracterizava de base agrária, com predominância para o plantio e cultivo do café, ocasião em que a insuficiência de energia elétrica, a precariedade do sistema de telecomunicações, apresentaram-se na condição de entraves à expansão de outros setores da economia à exemplo das atividades industriais.

Neste período, a população do Espírito Santo totalizava 861.562 habitantes, dos quais 77,4% localizavam-se na zona rural. A exceção da cidade de Vitória - com vocação portuária e com incipiente atividade industrial, a partir dos anos de 1940, em relação à distribuição da população total do Estado, era expressiva a densidade demográfica de alguns municípios do interior, a exemplo de São Mateus, Linhares e em especial o município de Cachoeiro do Itapemirim, localizado no sul do Estado: município diretamente relacionado ao dinamismo da economia cafeeira da região sul.

O embrionário desenvolvimento das atividades industriais no Espírito Santo ocorreu em concomitância ao programa de erradicação dos cafezais, executado pelo Instituto Brasileiro do Café (IBC) durante as décadas de 1950 e 1960, promovendo assim a redução de 45% das áreas plantadas, tendo como consequência imediata o desemprego de 50.000 trabalhadores rurais, com a liberação aproximada de 150.000 habitantes das áreas rurais para outras cidades de porte médio, além da capital do estado (SEPLAN, 1978, p.12).

Conforme Tabela 1, a modernização conservadora da agricultura capixaba abriu a possibilidade para revelar a redução da área cultivada entre os anos de 1960 a 1970, quando também ocorreu a intensificação do êxodo rural, impactando na configuração do espaço urbano de diversas cidades do sul e norte do Estado, além da capital.

**Tabela 1** Período e área de cultivo do Café no ES 1960 a 1970

Período (ano)	Área cultivada (em hectares)
1960	423.625
1965	354.180
1970	203.963

Fonte: SEPLAN, 1978, p.15

Concomitante à política de erradicação dos cafezais, consideráveis investimentos estatais foram realizados a exemplo do I , II e III Planos Nacionais de Desenvolvimento, por sua vez , articulados aos investimentos nas cidades e no campo sob orientação da nova divisão internacional do trabalho, em correspondência com os interesses de propulsão do capitalismo em sua fase monopolista.

No entanto, mesmo com as iniciativas voltadas para o desenvolvimento industrial associado à modernização dos setores agropecuário e agroindustrial, manteve-se a estrutura fundiária centrada na concentração de terras, fator determinante da ordem político-ideológica conservador de base agrofundiária exportadora. De acordo com SILVA (1987, p.34),

[...] A despeito da base fundamental de interesses constituídos, no Espírito Santo, ter sido expressa, predominantemente, pelas forças agrofundiárias e mercantil-exportadoras, os caminhos por que passou o desenvolvimento socioeconômico e político espírito-santense esteve permeado pela luta entre três conjuntos de forças políticas que visualizaram ritmo e sentido distinto para o desenvolvimento. A primeira constituía-se por aquela preconizada pelas forças agrofundiárias; (...) Para esse núcleo de forças, o desenvolvimento capitalista, que na década de 50 trazia por substrato as questões da industrialização, deveria se efetivar de forma moderada. (...) a segunda concepção, em linhas gerais, não diferia muito da primeira. Para essas forças políticas, o Espírito Santo detinha uma “vocalização agrária” que deveria ser preservada. (...) por fim, a terceira concepção, apesar de não possuir uma base real de interesses constituídos no Espírito Santo, expressava-se no plano político ideológico pelas forças políticas que se solidarizavam com as forças industrializantes presentes na arena política nacional.

Considerados esses aspectos de ordem geopolítica e socioeconômica, nota-se o tímido e lento processo de transformações estruturais do Espírito Santo em relação aos demais Estados da região sudeste do país; situação que se evidenciou até meados dos anos de 1960-1970 quando teve início a inserção do Espírito Santo no contexto da economia nacional e internacional, orientado pela nova divisão internacional do trabalho; tendo em vista principalmente a estratégia de desconcentração do parque industrial do sudeste e do estabelecimento de novos circuitos produtivos e exportadores (REZENDE, 2005).

No rearranjo das bases produtivas, a transformação da Companhia de Desenvolvimento Econômico do Espírito Santo - criada em 1967, em Banco de Desenvolvimento (1970) alavancou os processos relacionados à impulsão das atividades industriais associadas à modernização das atividades agropecuárias (produção agrícola, principalmente, o café, além da pecuária e da silvicultura).

Com a intensificação dos impactos socioambientais no campo e na cidade, a modernização conservadora se efetivou através dos investimentos na implantação de infraestruturas atreladas ao desenvolvimento das atividades industriais. Por sua vez, pautada na introdução das novas tecnologias produtivas estendidas ao campo, confirmaram-se os pressupostos da teoria do capital humano<sup>25</sup> com ênfase na proposta de educação tecnocrática

---

<sup>25</sup> Percebe-se que essa teoria se preocupa tão exclusivamente com a educação como formadora de força de trabalho, em uma maneira que esse investimento educacional traga retorno financeiro para o país, colaborando com seu desenvolvimento. É importante ter em mente que a Teoria do Capital Humano encontra-se totalmente articulada ao modelo capitalista. Seu caráter de teoria formadora de pensamento foi formulado com o objetivo de legitimar as desigualdades e as relações de força do sistema capitalista, pois como já postulavam Marx e Engels

para o trabalho, com ênfase na produtividade para o crescimento econômico e acumulação capitalista. De acordo com Cattani (2002, p.51):

[...] A Teoria do Capital Humano apresenta-se sob duas perspectivas articuladas. Na primeira, a melhor capacitação do trabalhador aparece como fator de aumento de produtividade. (...) Na segunda perspectiva, a Teoria do Capital Humano destaca as estratégias individuais com relação aos meios e fins. Cada trabalhador aplicaria um cálculo custo benefício no que diz respeito à constituição do seu “capital pessoal”, avaliando se o investimento e o esforço empregado na formação seriam compensados em termos de melhor remuneração pelo mercado. [...] é uma derivação da teoria econômica neoclássica e, ao mesmo tempo, uma atualização do axioma liberal do indivíduo livre, soberano e racional.

Além do interesse pautado na promoção dos interesses de expansão e acumulação capitalista, é possível reconhecer que através da Lei nº. 5692, de 1971, foi reestruturada a modalidade de ensino com base explícita nos princípios da educação para o trabalho. Desta vez, através do incentivo ao ensino técnico, foram também apontadas estratégias de controle social com pretensão de controlar ou mesmo reter o acesso de estudantes ao nível superior de ensino (TAVARES, 2007).

Não obstante, a referida legislação buscou então promover a despolitização do ensino médio com enfoque no “tecnicismo”, por ocasião do comprometido com a formação de mão-de-obra especializada, buscando assim corresponder aos interesses funcionais e operacionais engendrados na proposta de dinamização da economia, também relacionada às iniciativas da modernização conservadora das atividades agrícolas e agropecuárias. Conforme apontado por Tavares (2007):

[...] Em 1972, o Centro Nacional de Aperfeiçoamento de Pessoal para a Formação Profissional, com apoio do Departamento de Ensino do MEC, publicou um manual sobre Escola-Fazenda cujos objetivos assim foram dispostos: formar os educando de forma que vivenciem situações reais; despertar-lhes interesse pela agropecuária; convencê-los de que a agropecuária é indústria de produção; oferecer-lhes oportunidade de iniciarem e se estabelecerem em um negócio agropecuário; ampliar a abrangência da ação educativa do estabelecimento pela extensão rural aos agricultores circunvizinhos e jovens rurícolas proporcionando-lhes conhecimento das práticas agropecuárias recomendáveis; despertar nos educandos o espírito de cooperação e auxílio mútuo. Esse sistema expandiu-se por toda a rede de ensino agrícola. (*grifo nosso*)

Ainda conforme o mencionado autor, no âmbito da educação rural, através do Decreto Lei nº. 72.434, de 1973, foi criada a Coordenação Nacional de Ensino Agrícola - COAGRI, que em seu Artigo 1, enfatizou a relação educação e trabalho na perspectiva de buscar “garantir assistência técnica e financeira a estabelecimentos especializados em ensino agrícola”, resultando assim, na total reestruturação do ensino agropecuário, também através

---

(1987, p. 94), “as idéias dominantes de uma época sempre foram as idéias da classe dominante” (SILVA; PUZIOL, 2008, p.6).

da reforma, ampliação e da construção de novas instalações correspondentes ao modelo Escola-Fazenda<sup>26</sup> em todas as unidades de ensino agrícola do país.

#### **2.4 Da Escola Agrotécnica Federal de Alegre - EAFA ao Instituto Federal do Espírito Santo - *Campus de Alegre***

[...] você é treinado, mas não educado. [...] Se você só é treinado, você não está apto a discutir o seu lugar na sociedade, e esse é o debate central” (SANTOS, 2001, p.4)

Em correspondência com o modelo de educação rural tecnocrático pautado no movimento de modernização conservadora da agricultura capixaba, ainda no ano de 1953, “foi firmado um convênio entre o Governo do Estado do Espírito Santo e o Governo Federal, no qual ficou determinada a instalação de uma Escola Agrotécnica, que deveria funcionar em regime de internato” na cidade de Alegre, Espírito Santo (BRASIL, 1992, p.15).

Localizada na região sul do Estado, cuja importância econômica advém da predominância da cafeicultura desenvolvida em extensos latifúndios, a Escola Agrotécnica, inaugurada em 1959, funcionou inicialmente como Centro de Treinamento Rural. No ano de 1962, foram iniciadas as atividades escolares, quando por força da mencionada Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (Lei nº. 4.024, de 20 de dezembro de 1961), as escolas agrotécnicas foram denominadas “colégios agrícolas”, oferecendo as quatro séries do 1º ciclo e as três séries do 2º ciclo, oportunidade em que os concluintes recebiam o diploma de técnico agrícola.

[...] Em 1962, funcionou a 1ª série do Curso Ginásial Agrícola e, em 1966 o 1º Colegial Agrícola, sendo que a 1ª turma de Técnico Agrícola formou-se em 1968. O curso ginásial agrícola proporcionava um embasamento teórico-prático para maior aprofundamento no Curso Técnico Agrícola. Oferecia noções de Industrialização, Higiene Rural e Sociologia, Conservação dos Recursos Naturais Renováveis, além de ter iniciado o estudo de uma segunda língua estrangeira, fazendo parte da grade as disciplinas de Inglês e Espanhol. A partir de 1976, houve uma alteração do Curso, passando a ser denominado Técnico em Agropecuária (BRASIL, 1992, p.29).

Através da metodologia do sistema escola-fazenda fundada no princípio do “aprender a fazer e fazer para aprender”, somente após a criação da COAGRI é que foi definida a

---

<sup>26</sup> A metodologia do Sistema Escola-Fazenda teve sua origem no Colégio Agrícola Estadual de Presidente Prudente (estado de São Paulo), em 1961, cujo modelo organizacional se compunha de: a) uma escola-fazenda, uma área de terra da escola agrícola destinada à produção, Unidades Educativas de Produção, onde os alunos poderiam produzir os alimentos que consumiam e trabalhavam para aprender a produzir; b) programa agrícola orientado, constituído por projetos de responsabilidade dos alunos, desenvolvidos em áreas destinadas para esse fim; c) salas para aulas de educação geral e formação técnica; d) cooperativa, que era importante dispositivo do sistema destinado ao fornecimento de insumos de produção para os projetos da escola, dos alunos e comercialização de produtos agropecuários, funcionando dentro dos princípios de cooperação e auxílio mútuo.



proposta pedagógica global do curso, além do que, foram garantidas as condições de funcionamento através do sistema escola-fazenda, assim estruturado: salas de aulas; laboratórios de práticas e produção - LPP, programa agrícola orientado - PAO e cooperativa escolar agrícola - COOP (BRASIL, 1992, p.30).

Conforme indicadores educacionais divulgados na época, na medida em que a Escola Agrotécnica foi sendo estruturada, foi ficando reduzido o número de alunos de origem rural, como também a redução do número de matrículas no plano geral da oferta de vagas das instituições de ensino. Tal situação esteve diretamente relacionada ao movimento de:

[...] crescimento do número de alunos da área urbana em relação à área rural, visto que em 1975, por exemplo, 40% eram provenientes da área urbana e 60% da área rural. [...] Já em 1985, a relação passou a configurar-se assim: 66% provenientes da área urbana e 34% da área rural. No ano de 1990, essa relação amplia-se, sendo 72% dos alunos oriundos da área urbana (BRASIL, 1992, p.34).

Com efeito, torna-se preponderante considerar que o referido relatório institucional produzido pelos técnicos da Secretaria Nacional de Educação Tecnológica (1992), considera que a inversão da procura, antes com predominância para os alunos do meio rural seguido da preponderância de alunos residentes na área urbana, deve-se principalmente ao fenômeno do êxodo rural, além do que, também faz menção à redução da procura por vagas, assim explicitado:

[...] no início, a procura era muito alta em relação ao número de vagas oferecidas, mas, com o passar dos anos, o número de vagas foi aumentando e o número de candidatos decresceu. Isto é atribuído **à falta de uma política agrícola bem orientada, à falta de perspectiva de trabalho dos recém-formados e ao descaso com que os últimos governos têm tratado a agricultura** (BRASIL, 1992, p.38).  
(*grifo nosso*)

Com efeito, cabe ressaltar sobre a importância da perspectiva contextual de análise e apreensão sobre os processos relacionados à produção do espaço geográfico, bem como as intencionalidades dos agentes diretamente e indiretamente relacionados com tais processos sem, no entanto perder de vista a conjuntura macroeconômica na esteira da divisão internacional do trabalho, engendrada no e pelo movimento de rearranjo das bases produtivas. Trata-se, portanto, de movimentos orientados sob a égide de dominação do capitalismo enquanto sistema hegemônico, em suas respectivas etapas de evolução, crises e contradições<sup>27</sup>, com rebatimento direto sobre o território, região ou lugar, impondo novas relações.

---

<sup>27</sup> Existem três modalidades principais de ação do Estado: 1. Primeiramente ele intervém através da satisfação das necessidades locais cuja resposta é dada segundo níveis diferentes de qualidade e quantidade, isto é, com um volume ou uma expressão que nem sempre corresponde à escala local; 2. A ação do Estado pode referir-se à

Na esteira da relação educação e trabalho<sup>28</sup> orientada pelos interesses de (re)produção e acumulação do capital, é preciso considerar o papel determinante das variáveis que influenciam na definição das políticas públicas instituídas pelo Estado enquanto agente regulador e disciplinador dos processos de produção do espaço e seus subespaços: território, região e lugar.

Assim considerado, tornar-se-á possível apreender sobre o papel das instituições de ensino enquanto agentes efetivos atuantes na (re)produção do projeto de organização e estruturação do espaço, também a partir das estratégias político-pedagógicas instituídas, nesse particular, na perspectiva da relação integrada entre trabalho e educação, em suas mais diversas possibilidades de leitura e apreensão. Conforme apontado Ciavatta (2012, p. 92):

[...] Apenas enfocando o trabalho na sua particularidade histórica, nas mediações específicas que lhe dão forma e sentido no tempo e no espaço, podemos apreendê-lo ou apreender o mundo do trabalho na sua historicidade, seja como atividade criadora, que anima e enobrece o homem, ou como atividade histórica que pode ser aviltante, penosa ou que aliena o ser humano de si mesmo, dos outros e dos produtos de seu trabalho na forma de mercadoria. (Marx, 1980, p. 79 ss.). É a partir desta distinção básica que entendemos o trabalho como princípio educativo.

Retomando a reflexão sobre as argumentações referentes ao aumento do número de alunos oriundos das áreas urbanas em detrimento à redução do número de alunos residente no meio rural, assim como da pouca procura pelas vagas oferecidas, o “senso comum”, balizado por explicações reducionistas, é, portanto, incapaz de dar conta da complexidade que envolve a situação apresentada.

Contudo, para além da tentativa de análise reducionista em sua incapacidade de compreensão e alcance da totalidade, da complexidade da relação existente entre políticas públicas e sua preterida eficácia, destacam-se as intencionalidades, neste particular, relacionadas às políticas públicas de educação, na perspectiva da conjuntura constituída no âmbito dos pressupostos da Teoria do Capital Humano, seguido da sociedade do

---

satisfação de necessidades de tipo regional, mas cuja resposta é dada em um ponto preciso desse espaço regional; 3. Enfim, existem necessidades nacionais cuja satisfação interfere na organização do espaço local, tais como, as estradas, os impostos, as isenções fiscais, a política aduaneira ou a política comercial, os protecionismos, etc. Os diversos subespaços são afetados por influências de ordem local, regional, nacional e até mesmo internacional. [...] A questão consistiria em saber a partir de que nível o Estado deixa de confundir-se com um subespaço, para assumir uma escala de decisões que interessam a uma extensão mais vasta, quer dizer, o nível a partir do qual o Estado, por sua simples presença, preside a uma rede mais extensa de relações.

<sup>28</sup> Para pensar sobre o trabalho e sua relação com a educação, valemo-nos, também, do conceito de mundo de trabalho (Hobsbawm, 1987), que inclui tanto as atividades materiais, produtivas, como os processos de criação natural que se geram em torno da reprodução da vida. Evoca-se com isso o universo complexo que, às custas de enorme simplificação, reduzimos a uma das suas formas históricas aparentes, tais como a profissão, o produto do trabalho, as atividades laborais, fora da complexidade das relações sociais que estão na base dessas ações. (CIAVATTA, 2012, p. 92)

conhecimento e da pedagogia das competências focadas na empregabilidade que mantêm e tornam ainda mais acirradas as desigualdades sociais<sup>29</sup>.

Com efeito, é preciso também considerar que da escala macro para a microescala, o Estado articulado aos interesses de propulsão do capital industrial, viabilizou também a proposta de educação e trabalho para fins de (re)produção e acumulação. Ao alimentar a dicotomia educação básica e técnica, afirma-se a condição de “território usado” pela força do capital espoliativo, quando promove ainda mais as desigualdades sociais e descarta possibilidades de equidade social na proporção em que se transforma (SANTOS, 1999).

Não obstante, cabe ressaltar o Decreto Lei nº. 83.935 de 1979, que no âmbito das intencionalidades comprometidas com as propostas de educação para o trabalho, transformaram as Escolas Agrícolas em Escolas Agrotécnicas Federais: autarquias com autonomia administrativa, financeira, patrimonial e disciplinar, confirmando a dualidade entre ensino propedêutico e formação profissional utilitária.

Consustanciada às prerrogativas da Constituição Federal de 1988, a nova Lei de Diretrizes e Bases de Educação (Lei nº 9394/1996) passou a vigorar, sendo que, em seus Artigos 39, 40 e 42, foram apontadas as seguintes orientações para a educação profissional:

[...] Art. 39. A educação profissional, integrada às diferentes formas de educação, ao trabalho, à ciência e à tecnologia, conduz ao permanente desenvolvimento de aptidões para a vida produtiva.

Parágrafo único: O aluno matriculado ou egresso do ensino fundamental, médio e superior, bem como o trabalhador e, geral, jovem ou adulto, contará com a possibilidade de acesso à educação profissional.

Art. 40. A educação profissional será desenvolvida em articulação com o ensino regular ou por diferentes estratégias de educação continuada, em instituições especializadas ou no ambiente de trabalho.

Art. 42. As escolas técnicas e profissionais, além dos seus cursos regulares, oferecerão cursos especiais, abertos à comunidade, condicionada a matrícula, à capacidade de aproveitamento e não necessariamente ao nível de escolaridade (BRASIL, LDB, 1996, p.13-14).

A partir do exposto e considerando ainda o Parágrafo 2º, do Artigo 36, da Seção IV do Capítulo II, da LDB de 1996, as diretrizes apontadas para ao desenvolvimento da educação profissional além de esvaziar a proposta de ensino profissionalizante de 2º grau, descolou a educação profissional da estrutura de educação regular. Ainda conforme apontado por Mendes (2011, p.24):

---

<sup>29</sup> Em concepções e mudanças no mundo do trabalho e o ensino médio, Gaudêncio Frigotto busca evidenciar que, no interior da sociedade capitalista, a ideologia dominante tem efetivado conexões de forma linear ou invertida, na relação entre produção, consumo e educação, mascarando as relações assimétricas de poder e os movimentos estruturais que produzem e mantêm a desigualdade entre nações, regiões e entre grupos ou classes sociais. A noção de capital humano nas décadas de 1950 a 1980, em seguida à da sociedade do conhecimento e, atualmente, à de pedagogia das competências para a empregabilidade constituem-se no aparato ideológico justificador das desigualdades acima aludidas (FRIGOTTO, G.; CIAVATTA, M.; RAMOS, M., 2012, p.16).

[...] A década de 1990 marca o início do processo de reforma para se redefinir e se redirecionar a educação profissional e tecnológica no Brasil. As diretrizes do Banco Mundial foram adotadas pelo Ministério da Educação por meio do documento intitulado Planejamento Político-Estratégico, 1995-1998, apresentado pelo governo do Presidente Fernando Henrique Cardoso), 1995-1998 e 1992-2002. Depois de acirradas lutas com a sociedade civil organizada e de derrotas de projetos de lei apresentados ao Congresso Nacional, esse governo exarou o Decreto nº. 2.208, em 17 de abril de 1997. A partir de então, a concepção tecnicista da educação técnica profissionalizante passa a imperar. Os cursos técnicos profissionalizantes desvinculados do ensino médio provocaram uma reviravolta na concepção político-pedagógica conquistada nos anos de 1980.

No âmbito da reforma da educação profissional e da expansão da rede federal de ensino confirmaram tensões, de um lado, pelos interesses da sociedade civil organizada, de outro pelo Estado e pelos setores produtivos, que acabaram por afirmar a pauta da concepção tecnicista da formação educacional-profissional que ganhou concretude com a expansão da rede federal e a criação dos Institutos Federais<sup>30</sup>.

A Lei nº. 11.892, de 29 de dezembro de 2008, instituiu a Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica e criou 38 (trinta e oito) Institutos Federais no país. Os Institutos Federais são definidos como:

[...] instituições de educação superior, básica e profissional, pluricurricular, multicampi, especializadas na oferta de educação profissional e tecnológica nas diferentes modalidades de ensino com base na conjugação de conhecimentos técnicos e tecnológicos com as suas práticas pedagógicas.

Neste contexto, a partir do ano de 2009, a então Escola Agrotécnica Federal de Alegre – EAFA, assim como o Centro Federal de Educação Tecnológica do Espírito Santo e as Escolas Agrotécnicas Federais de Colatina e Santa Teresa, integraram-se em uma estrutura única denominada: Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Espírito Santo – Ifes. Integrado por diversos campi, a exemplo do Ifes – *Campus* de Alegre.

Conforme destacado em seu Estatuto e no Plano Diretor Institucional, o Instituto Federal do Espírito Santo – *Campus* de Alegre, passou a ter como finalidade:

[...] formar e qualificar profissionais. Além do Ensino, realiza pesquisa e extensão voltadas ao desenvolvimento tecnológico de novos processos, produtos e serviços, em articulação com os setores produtivos e a sociedade, com ênfase em produção, desenvolvimento e difusão de conhecimentos científicos e tecnológicos, objetivando o desenvolvimento socioeconômico local e regional.

---

<sup>30</sup> A rede federal de educação profissional, científica e tecnológica começou em 1909, quando o então Presidente da República Nilo Peçanha, criou 19 escolas de Aprendizes e Artífices. Essas escolas, no seu início, foram tidas como instrumento de política para classes desprovidas. De 1909 até 2002, fim do governo Fernando Henrique Cardoso, havia 140 escolas técnicas federais no Brasil. A expansão da rede federal no governo Luiz Inácio Lula da Silva, iniciada em 2005, previa mais 214. Em 2007, foram criadas escolas técnicas e agrotécnicas federais, por meio da Lei nº. 11.534, de 25 de outubro, (BRASIL, 2008), em localidades do território brasileiro onde não havia escolas federais (MENDES, 2011, p.28).

Conforme divulgado através do Plano de Desenvolvimento Institucional – PDI, a missão do Ifes foi definida na perspectiva de promover a educação profissional pública de excelência, integrando o ensino, pesquisa e extensão, para a construção de uma sociedade democrática, justa e sustentável.

A partir de então, Ifes – *Campus* de Alegre, além da oferta dos cursos Técnicos em Agropecuária e Agroindústria, ambos com formação concomitante interna e externa<sup>31</sup> ao ensino médio, do curso Técnico em Informática com formação integrada ao Ensino médio, na modalidade PROEJA, dos cursos Técnicos Subsequentes em Cafeicultura e Informática e do curso Superior em Tecnologia em Aquicultura, ampliou também a sua oferta de cursos superiores e técnicos, assim como a pós-graduação lato sensu em agroecologia.

Dessa forma, conforme especificados em seus respectivos projetos apresentados e detalhados no Quadro constante no Anexo II, o sistema de ensino do Ifes – *Campus* de Alegre se constituiu na seguinte sequência:

- Em 2009 o Ifes – *Campus* de Alegre deixa de ofertar o curso Técnico em Informática integrado ao Ensino Médio, na modalidade PROEJA, e passa a ofertar o curso Técnico em Agroindústria integrado ao ensino Médio, na modalidade PROEJA. Ainda nesse ano, o Ifes – *Campus* de Alegre passa a ofertar os cursos Técnicos em Agropecuária e Agroindústria com formação integrada<sup>32</sup> ao Ensino Médio, mantendo ainda o curso Técnico Agropecuária, na modalidade concomitância externa.
- No ano de 2010 o Ifes - *Campus* de Alegre passou a oferecer o curso Superior em Tecnologia em Cafeicultura, deixando, portanto, de ofertar o curso Técnico em Cafeicultura na modalidade subsequente, o curso de Licenciatura em Ciências Biológicas e a Pós-Graduação *Lato Sensu* em Agroecologia.
- No ano seguinte é ofertado o Curso Superior de Tecnologia em Análise e Desenvolvimento de Sistemas, e encerra a oferta do curso Técnico em Informática, na modalidade subsequente, e o Curso Técnico em Manutenção e

---

<sup>31</sup> Formação concomitante interna: o aluno faz o curso técnico e o ensino médio no Ifes – *Campus* de Alegre, portanto há duas matrículas (uma no curso técnico e uma no ensino médio). Formação concomitante externa: o aluno faz o curso técnico no Ifes – *Campus* de Alegre e o ensino médio em qualquer outra instituição de ensino.

<sup>32</sup> A discussão global por onde perpassa a reforma da educação profissional no Brasil, resume-se, basicamente aos decretos de nº 2208 de 1997 e o nº 5154 de 2004. O que é importante verificar é a questão de se ter uma educação profissional e um ensino médio integrados. Vale salientar que a “formação integrada sugere superar o ser humano dividido, historicamente, pela divisão social do trabalho entre a ação de executar e a ação de pensar, dirigir ou planejar” (BRASIL-MEC, 2007 *op cit* MENDES, 2011, p.30).

Suporte em Informática integrado ao Ensino Médio (PROEJA), que deixa de ser ofertado a partir de 2013.

- O Curso Superior de Tecnologia em Aquicultura é extinto em 2012 e no ano seguinte é autorizado a oferta do Curso Superior de Engenharia de Aquicultura, na modalidade de bacharelado. Em 2014 é ampliada a oferta de curso técnico integrado com a implantação do Curso Técnico em Informática com formação integrado ao Ensino Médio, e também o curso Superior de Bacharelado em Ciências Biológicas, ampliando, assim, a oferta de cursos superiores.
- A partir de 2015 há uma redução na oferta de cursos técnicos em nível médio, quando o curso Técnico em Agropecuária, na modalidade concomitância externa, e o curso Técnico em Agroindústria com formação integrada ao Ensino Médio, na modalidade PROEJA, deixam de serem ofertados.

Atualmente a oferta de cursos do Ifes – *Campus* de Alegre é:

- Técnicos com formação integrada ao Ensino Médio: em Agropecuária, em Agroindústria e Informática.
- Superiores: Tecnologia em Cafeicultura, Engenharia de Aquicultura (bacharel), Licenciatura em Ciências Biológicas, Bacharel em Ciências Biológicas e Tecnologia em Análise e Desenvolvimento de Sistemas.
- Pós-Graduação em Agroecologia.

Conforme apresentado no Anexo II, sobre a oferta de cursos do Instituto Federal do Espírito Santo - *Campus* de Alegre, em todas as modalidades prevalece o objetivo principal de formação profissional confirmando os pressupostos da Teoria do Capital Humano presentes nas políticas educacionais que se materializaram no sistema educacional por meio das ações do Estado, após os anos de 1970.

Tendo em vista os cursos ofertados, a compreensão sobre a formação integrada de jovens e adultos, também pressupõe considerações acerca da não superação da divisão social do trabalho e a alienação resultante deste processo. Compreende-se que não é possível superar tais entraves não se buscar a garantia de um projeto político pedagógico que leve em consideração a luta de classes, também em relação à desigualdade de acesso às condições materiais: bens e serviços produzidos pelo conjunto da sociedade.

Assim considerado, faz-se necessário destacar que a formação profissional e técnica precisam ser efetivadas no âmbito da universalização da educação regular, fundamental e

média, numa perspectiva de projeto político pedagógico integrado nas diferentes esferas de decisão e poder político: nacional, estadual e municipal (CIAVATTA, 1998).

Com efeito, é importante destacar as prerrogativas dos acordos econômicos e financeiros em geral com o Banco Mundial – BIRD, o Banco Interamericano de Desenvolvimento e o Fundo Monetário Internacional – FMI, firmados com os Estados nacionais que ao impor a redução do papel de atuação do Estado, reitera os pressupostos neoliberais de afirmação e correspondência aos processos de precarização das relações de trabalho e de financeirização da economia, por conseguinte, do sucateamento das escolas com o comprometimento da qualidade de ensino.

Uma vez considerados os projetos e respectivas ementas, assim como mediante ao exposto no Anexo II: sobre a oferta de cursos do Instituto Federal do Espírito Santo - *Campus* de Alegre, ficam endossadas as finalidades e características definidas pelo Artigo 6º da Lei nº 11.892 de 2008, assim como, o disposto em seu Artigo 7º sobre os objetivos dos Institutos Federais, quais sejam:

- [...] I. ministrar educação técnica de nível médio, prioritariamente na forma de cursos integrados, para os concluintes do ensino fundamental e para o público da educação de jovens e adultos;
- II. ministrar cursos de formação inicial e continuada de trabalhadores, objetivando a capacitação, o aperfeiçoamento, a especialização e a atualização de profissionais, em todos os níveis de escolaridade, nas áreas de educação profissional e tecnológica;
- III. realizar pesquisas aplicadas, estimulando o desenvolvimento de soluções técnicas e tecnológicas, estendendo seus benefícios à comunidade;
- IV. desenvolver atividades de extensão de acordo com os princípios e finalidades da educação profissional e tecnológica, em articulação com o mundo do trabalho e os segmentos sociais, e com ênfase na produção, desenvolvimento e difusão de conhecimentos científicos e tecnológicos;
- V. estimular e apoiar processos educativos que levem à geração de trabalho e renda e à emancipação do cidadão na perspectiva do desenvolvimento socioeconômico local e regional e;
- VI. ministrar em nível de educação superior: a) cursos superiores de tecnologia visando à formação de profissionais para os diferentes setores da economia; b) cursos de licenciatura, bem como programas especiais de formação pedagógica, com vistas na formação de professores para a educação básica, sobretudo nas áreas de ciências e matemática, e para a educação profissional; c) cursos de bacharelado e engenharia, visando à formação de profissionais para os diferentes setores da economia e áreas do conhecimento; d) cursos de pós-graduação lato sensu de aperfeiçoamento e especialização, visando à formação de especialistas nas diferentes áreas do conhecimento; e e) cursos de pós-graduação stricto sensu de mestrado e doutorado, que contribuam para promover o estabelecimento de bases sólidas em educação, ciência e tecnologia, com vistas no processo de geração e inovação tecnológica.

Neste contexto, tratam-se de prerrogativas também materializadas através dos Projetos Pedagógicos dos Cursos - PPC, em plena consonância e vinculação à realidade e necessidades dos setores produtivos, também entendidos na condição de agentes atuantes na organização e estruturação do espaço e seus subespaços, em diferentes escalas, a partir da microrregião do Caparaó, enquanto unidade de planejamento estratégico do governo do Espírito Santo.

Mediante o objetivo principal de analisar o papel do Ifes - *Campus* de Alegre no contexto da dinâmica socioeconômica da microrregião do Caparaó, no próximo capítulo buscaremos qualificar os processos relativos à discussão sobre planejamento em princípios e respectivas formas de implementação, também enquanto política de estado.



### CAPÍTULO III - PLANEJAMENTO: DEFINIÇÕES, PRINCÍPIOS E FORMAS DE IMPLEMENTAÇÃO

A flexibilidade, globalização e complexidade da nova economia do mundo exigem o desenvolvimento do planejamento estratégico, apto a introduzir uma metodologia coerente e adaptativa face à multiplicidade de sentidos e sinais da nova estrutura de produção e administração (CASTELLS, 1990, p.14).

Mesmo que intuitivo, o sentido<sup>33</sup> e as formas de intervenções do homem no espaço, sempre foram carregados de intencionalidades em decisões que seguidas de ações, são, portanto, reveladoras das peculiaridades e singularidade dos processos socioculturais, políticos e econômicos que por vezes expressam o sentido do pensar e do fazer, na lógica da racionalidade instrumental, por vezes pragmática no âmbito operacional.

Historicamente, quase todas as atividades produtivas, portanto sociais, foram marcadas pela crença no místico e pela tradição, sendo na maioria dos casos, pautadas pela influência dos fenômenos naturais, a exemplo do controle do tempo através da posição dos astros. Assim, os processos produtivos foram repetidos por centenas de anos, até que uma inovação resultasse em transformações, adaptações ou mesmo rupturas com a predominância de novos processos, formas de leitura, apreensão e de compreensão do real.

Tendo em vista a dinâmica destes processos também relacionados com o curso de evolução da sociedade no espaço e no tempo, a complexidade dos sistemas de ações e sistema de objetos indissociáveis acompanham o movimento de aprimoramento das técnicas, também presente na implementação de novas formas de intervenções que coadunam, quase sempre, com o imperativo de novos arranjos socioespaciais (SANTOS, 1999).

Em particular, a elaboração de planos de intervenções espaciais trazem consigo intencionalidades pertinentes a processos socioeconômicos, políticos e culturais reveladores da historicidade dos movimentos dinâmicos de transformação do meio natural em meio técnico, e seguidamente, em meio técnico-científico, informacional, cada vez mais artificializado (SANTOS, 1985).

Através do esvaziamento, reelaboração ou ressignificação das tradicionais formas de explicações pautadas em recursos intuitivos e místicos voltados para as tentativas de compreensão e apreensão do real, uma outra racionalidade progressivamente se efetivou pela

---

<sup>33</sup> Trata-se do *sentido* subjetivamente visado, intelectualmente compreendido e racionalmente evidente. Próprio da ação humana, passível de interpretação e compreensão (WEBER, 1999, p.4-7).

força da ciência e da técnica na esteira do processo de consolidação da sociedade, com distintos graus de modernização.

[...] Entendemos por modernización el proceso de mutación del orden social inducido por las transformaciones derivadas del desarrollo de la ciencia y la técnica. Por sua parte, la modernidade alud al proceso social de construcción de actores sociales liberados de la sacralización del mundo, o mejor, de actores provistos de una visión secular del mundo y, por consiguiente, con capacidad para actuar sobre el mismo.[...] El modernismo se refiere a la ideología que acompaña estos procesos y que, como tal, le otorga a los mismos, es decir, construye um imaginario (MARTINEZ,1997, p.51).

Com efeito, através do conhecimento científico, conformou-se uma nova racionalidade também consubstanciada em novas formas de compreender, pensar e intervir no espaço. Isto posto, cabe então destacar que a era moderna movida pela deflagrada “revolução social e cultural”, marcou de forma profunda e seletiva a transição do modo de produção feudal para o modo de produção capitalista.

O capitalismo “enquanto a força mais significadora de nossa vida moderna” (WEBER, 1999, p.4), pressupõe a compreensão sobre o sentido do planejamento enquanto estratégia intrínseca à nova racionalidade circunscrita aos processos de evolução com vistas à reprodução e acumulação do capital.

Com a mundialização do capital consubstanciada às novas estratégias de evolução do capitalismo em suas respectivas etapas, o papel político e econômico do Estado incorreu inicialmente em exacerbado protecionismo, tendo em seguida, contrariado interesses de setores dominantes ancorados na doutrina do liberalismo econômico, definindo assim, uma nova forma de relação do Estado com o território, na organização da vida econômica, política e sociocultural da sociedade.

Enquanto política de Estado, o planejamento em sua fundamentação científica, teórico-metodológica, inicialmente implementado em países socialistas<sup>34</sup>, somente passou a ser adotado pelos países do bloco capitalista a partir dos anos de 1930, mediante à necessidade de superação da grave crise econômica decorrente da superprodução e do consequente comprometimento da economia capitalista.

Contudo, superado o estereótipo do “comunismo”, o planejamento enquanto instrumento de poder passou a ser adotados pelos governos dos países do bloco capitalista conformando novas relações sociais de produção e reprodução, tendo o Estado como mediador do jogo de interesses econômicos e políticos de classes.

---

<sup>34</sup> Ainda no âmbito das transformações políticas e econômicas do mundo moderno, a Revolução Russa de 1917, emplacou na URSS, uma nova ordem pautada na estatização dos meio de produção somado a iniciativas de planejamento enquanto ferramenta estratégica de intervenção para organização e estruturação do espaço e subespaços para fins de implementação das políticas de interesse do Estado socialista (ELLMAN, 1980).

Nesse contexto, através do Estado, novos instrumentos de coerção e legitimação social passaram a ser definidos e implementados com vista à superação de crises e busca a promoção, expansão e fortalecimento do capitalismo. O planejamento além de instrumento de poder tornou-se uma prerrogativa do Estado articulador e atuante; mesmo que de forma contraditória, em diferentes níveis e escalas no âmbito das estruturas econômicas e políticas da sociedade.

Uma vez considerado o papel marcante do Estado capitalista enquanto centro do poder político dos agentes dominantes, de acordo com Oliveira:

[...] a possibilidade do planejamento é dada pelo caráter mesmo das relações de produção e, portanto, sociais que fundam esse sistema: o cálculo econômico, antes mesmo de ser reconhecido pela teoria econômica, é o fundamento das decisões dos agentes econômicos do capitalismo, a burguesia, no caso (1978, p.23).

É nessa perspectiva que o papel do Estado tornou-se imperativo para os interesses dos agentes dominantes: classes hegemônicas (Gramsci, 1991), na medida em que de forma dinâmica, o Estado define e implementa regras de poder (a exemplo da prerrogativa de planejar), cujas funções se efetivam no campo do controle: econômico, político, ideológico e/ou ou repressivo.

Conforme apontado por Poulantzas (1990, p.21) “o lugar do Estado em relação à economia nada mais é que a modalidade de uma presença constitutiva do Estado no seio das relações de produção e reprodução”, aí, afirmando-se enquanto agente mediador. De forma contraditória o Estado atua enquanto agente mediador dos interesses particulares e gerais, promovendo a coesão da sociedade em suas contradições e conflitos.

Nessa perspectiva, os interesses públicos e privados, contraditoriamente, estão presentes no campo de atuação do Estado enfeixado no e pelo movimento de expansão do capitalismo que, estrategicamente usa o planejamento principalmente para racionalizar, organizar e estruturar os processos de produção e sua plena expansão, também determinada pelos avanços das técnicas, da ciência e da tecnologia.

No curso de expansão para fins de acumulação capitalista, historicamente novos arranjos pautados em novas intencionalidades ganharam força no campo da produção, infraestrutura e financeirização da economia dinamizada pela fluidez dos processos relacionados à globalização enquanto fenômeno seletivo e multidimensional<sup>35</sup>.

---

<sup>35</sup> Hoje vivemos um mundo da rapidez e da fluidez. Trata-se de uma fluidez virtual, possível pela presença dos novos sistemas técnicos, sobretudo os sistemas da informação, e de uma fluidez efetiva, realizada quando essa fluidez potencial é utilizada no exercício da ação, pelas empresas e instituições hegemônicas. A fluidez potencial aparece no imaginário e na ideologia como se fosse um bem comum, uma fluidez para todos, quando, na verdade, apenas alguns agentes têm a possibilidade de utilizá-la, tornando-se, desse modo, os detentores efetivos

Com os progressos científicos e tecnológicos, sob o comando dos países desenvolvidos, a globalização, enquanto fenômeno seletivo, definiu uma nova ordem geopolítica pautada no rearranjo e subordinação de territórios, regiões e lugares, cada vez mais fragmentados, porém articulados através de intervenções devidamente planejadas para fins de eficiente competitividade.

Em correspondência com a terceira fase da divisão internacional do trabalho, o fenômeno da globalização resultou em um dinâmico rearranjo das forças produtivas e do mercado enquanto instituição de força singular. O fortalecimento do capital produtivo e em especial, o especulativo, em muitos casos, rompeu com as horizontalidades ao determinar novas relações verticalizadas em diferentes escalas. Do local para o global, novas relações passaram a ser estabelecidas revelando uma nova lógica de intervenções planejadas no âmbito da mais-valia sem fronteiras, conformada pelo avanço das ciências e das tecnologias presente nos progressos verificados principalmente nos meios de comunicações e transportes.

Enquanto política de Estado, o espaço e seus subespaços passaram a ser tratados na condição de unidades de planejamento; territórios e regiões articuladas e alienadas frente aos interesses de agentes de alcance nacional e internacional no contexto da globalização. Em muitos casos, de forma arbitrária, tais relações, cercadas e cerceadas por intencionalidades, foram e continuam sendo incapazes de promover o desenvolvimento econômico e a equidade social nos espaços e subespaços dominados pela lógica da competitividade e da extração da mais-valia para fins de (re)produção e acumulação do capital.

[...] Pode-se se dizer então que, em última análise, a competitividade acaba por destroçar as antigas solidariedades, frequentemente horizontais, e por impor uma solidariedade vertical, cujo epicentro é a empresa hegemônica, localmente obediente e a interesses globais mais poderosos e, desse modo, indiferente ao entorno. As solidariedades horizontais preexistentes refaziam-se historicamente a partir de um debate interno, levando a ajustes inspirados na vontade de reconstruir, em novos termos, a própria solidariedade horizontal. Já agora, a solidariedade vertical que se impõe exclui qualquer debate local eficaz, já que as empresas hegemônicas têm apenas dois caminhos para exercer plenamente seus objetivos individualistas ou retirar-se (SANTOS, 2006, p.85-86).

---

da velocidade. O exercício desta é, pois, o resultado das disponibilidades materiais e técnicas existentes e das possibilidades de ação. Assim, o mundo da rapidez e da fluidez somente se entende a partir de um processo conjunto no qual participam de um lado as técnicas atuais e, de outro, a política atual, sendo que esta é empreendida tanto pelas instituições públicas, nacionais, intranacionais e internacionais, como pelas empresas privadas. [...] Há, no entanto, sempre, uma seletividade dessa difusão, separando os espaços da presa daqueles outros propícios à lentidão, e dessa forma acrescentando ao processo de compartimentação nexos verticais que se sobrepõem à compartimentação horizontal, característica da história humana até data recente. [...] A literatura apologética da globalização fala de competitividade entre Estados, mas, na verdade, trata-se de competitividade entre empresas, que, às vezes, arrastam o Estado e sua força normativa na a produção de condições favoráveis àquelas dotadas de mais poder. É dessa forma que se potencializa a vocação de rapidez e de urgência de algumas empresas em detrimento de outras, uma competitividade que agrava as diferenças de força e a disparidades, enquanto o território, pela sua organização, constitui-se num instrumento do exercício dessas diferenças de poder (SANTOS, 2006, p.83-85)

O território usado pela força do capital emite sinais de aumento do grau de dependência dos países subdesenvolvidos e pobres reiterando o que Milton Santos denominou de “globalização perversa” (2006), tendo o Estado um papel conivente e determinante através de intervenções verticalizadas, resultadas de estratégias devidamente planejadas. São na verdade, instrumentos de intervenções e de poder que acabam por impor uma nova ordem-desordem na organização, estruturação e reestruturação do espaço e seus subespaços, a exemplo do território: usado, fragmentado e fragilizado. Assim compreendido, a ação do Estado,

[...] é exercida em todos os níveis e em todos os escalões do espaço, mas ela é única no nível da Nação, no sentido de que, para serem eficazes, todas as outras ações são obrigadas a se adaptar, a menos que estejam em condições de comandar a ação do próprio Estado. Entretanto, do ponto de vista institucional, o Estado constitui o nível superior da armadura. E o Espaço-Estado é o sistema que inclui, e do qual dependem, todos os outros (SANTOS, 2004, p.279).

Cada vez mais, para atender as demandas e impulsionar a globalização em suas mais diversas e interconectadas dimensões, o planejamento enquanto instrumento de poder em estratégias políticas de governo, endossa o papel do Estado enquanto agente ativo nos processos de organização e estruturação o Estado-espaço, também com vistas a assegurar vantagens competitivas e estratificadas no âmbito das diferentes escalas geográficas.

Contudo, antes mesmo de dar ênfase ao papel do Estado enquanto agente mediador e articulador, faz-se necessário reconhecer os processos de conformação do planejamento enquanto ferramenta dotada de cientificidade, principalmente em relação á racionalidade de intervenções pautadas em intencionalidades correspondentes à previa análise de cenários para definição de objetivos e metas preconcebidas. Estratégias que em muitos dos casos são definidas de forma arbitrária, suavizada pela tática do “pensamento único”, politicamente consensuado.

### **3.1 Considerações sobre o Planejamento enquanto Estratégia de Intervenção.**

Tendo como referência o uso do planejamento enquanto ferramenta aplicada no âmbito de administração das empresas, segundo Porto e Bandeira (2006, p.4) “o planejamento norteia a organização a seguir, o rumo traçado, de forma a buscar uma situação almejada, diferente da atual, empregando todo o seu potencial disponível”.

Mediante a complexidade das relações socioeconômicas e políticas capitalistas, tanto no âmbito das empresas como das demais instituições, o ato de planejar tornou-se,

imprescindível nas organizações, com ou sem fins lucrativos. Segundo Stoner (apud Tysler e Barbero, 2003), “sem planos, os administradores não podem organizar eficientemente as pessoas, controlar os resultados ou até mesmo dirigir de forma geral a instituição”. Da mesma forma, Chiavenato (2000, pág. 126) afirma que:

[...] O planejamento figura como a primeira função administrativa, por ser aquela que serve de base para as demais funções. (...) determina antecipadamente quais são os objetivos que devem ser atingidos e como se deve fazer para alcançá-los. (...) começa com a determinação dos objetivos e detalha os planos necessários para atingi-los da melhor maneira possível.

Portanto, pode-se afirmar que planejamento refere-se ao ato ou efeito de planejar, criar um plano, preparar, organizar e executar uma ação, ou mesmo, um conjunto de ações a serem adotadas para aperfeiçoar e atingir um determinado objetivo já delineado e delimitado. Tudo isto com a plena ou quase certeza de que estas ações acontecerão conforme os fatores determinados para o alcance dos resultados almejados (ALDAY, 2000).

Para diversos estudiosos, na perspectiva científica, o planejamento é um processo sistêmico, dinâmico e sem fim, o que o torna uma ferramenta eficaz e essencial na tarefa de gestão e administração das organizações, o que possibilita identificar e reconhecer a realidade, para assim, avaliar, reavaliar e projetar para o futuro. O ato de planejar permite aos gestores maximizar suas ações, tendo em vista principalmente a possibilidade de monitorar variáveis e resultados, tanto internos quanto externos (SOUZA, 2009).

Ainda de acordo com Chiavenato (2012, pg. 339), o planejamento trata-se de um processo constituído de seis passos sequenciais: definir os objetivos (para onde queremos ir?); verificar a situação atual em relação aos objetivos (Onde estamos agora?); desenvolver as premissas quanto às condições futuras (o que temos pela frente?); analisar as alternativas de ação (quais são os caminhos possíveis?); escolher um curso de ação entre as várias alternativas (quais são os caminhos possíveis?) e implementar o plano e avaliar os resultados (como iremos percorrê-lo?).

Na esteira dos interesses empresariais, durante a fase de elaboração do planejamento é vital que se conheça o contexto em que a organização está inserida, para assim, reconhecer e destacar os fatores-chave com vistas ao sucesso pretendido. A partir daí, pode-se começar a pensar em planejamento. Ainda conforme apontado por Chiavenato (2012, p. 341):

[...] Para que o planejamento seja bem-sucedido, torna-se necessário verificar quais são os fatores críticos de sucesso para atingir os objetivos propostos. Esses fatores são os elementos condicionantes no alcance dos objetivos da organização. Ou seja, são aspectos ligados diretamente ao sucesso da organização. Se eles não estiverem presentes, os objetivos não serão alcançados. Para identificar os fatores críticos de sucesso em qualquer negócio, deve-se fazer a seguinte pergunta: o que se deve fazer para ser bem-sucedido?

Conforme apontado, é preciso considerar a identificação dos fatores de riscos e de sucesso para que seja possível a realização dos objetivos. Esta identificação é possível e segundo Chiavenato (2012, p.341):

[...] são duas maneiras de identificá-los: primeira é dissecar os recursos organizacionais e o mercado de forma imaginativa para apontar os segmentos mais decisivos e importantes; a segunda é descobrir o que distingue as organizações bem-sucedidas das organizações mal-sucedidas e analisar as diferenças entre elas.

Com base na citação do referido autor, o planejamento traz vantagens para que as organizações possam superar as muitas pressões, externamente e internamente, a que estão expostas, a exemplo das regulamentações institucionais de governo, a tecnologia em sua complexidade dinâmica, a necessidade de otimizar resultados e reduzir custos operacionais, dentre outras (CHAVENATO, 2012).

Ainda de acordo com o citado autor, através do planejamento é possível aumentar o foco e a flexibilidade, melhorar a coordenação, o controle e a administração do tempo. O planejamento é elaborado por meio de planos, programas e projetos. Uma vez considerados os níveis hierárquicos das organizações, são definidos três tipos de planejamento: planejamento estratégico, planejamento tático e planejamento operacional (CHIAVENATO, 2004).

**Quadro 1 – O Planejamento nos três níveis organizacionais**

Nível Organizacional	Nível de planejamento	Conteúdo	Tempo	Amplitude
Institucional	Estratégico	Genético e sintético	Longo prazo	Macrorientado. Aborda a organização como um todo.
Intermediário	Tático	Menos genérico e mais detalhado	Médio Prazo	Aborda cada unidade organizacional separadamente.
Operacional	Operacional	Detalhado e analítico	Curto Prazo	Microrientado. Aborda cada operação separadamente.

Fonte: (CHIAVENATO, 2012, pg. 343)

Toda organização sempre está planejando, em todos os níveis hierárquicos organizacionais, cada um na sua área de competência, porém, em uníssono com os objetivos globais da organização. Desta forma, diferentemente do sentido meramente intuitivo, o planejamento em sua cientificidade de apreensão impõe racionalidade e proporciona direção às ações da organização. O planejamento científico estabelece coordenação e integração de várias unidades, o que oferece harmonia e sinergia à organização no caminho em direção aos objetivos preestabelecidos.

Para o citado autor, o planejamento operacional é aquele que é orientado e pensado em curto prazo, apresentando um conteúdo detalhado, analítico e específico, abarcando cada tarefa ou operações organizacionais de caráter rotineiro. O mesmo direciona-se para a otimização e maximização dos resultados, conforme métodos e processos determinados pela organização para atingir os objetivos delineados. É constituído de muitos outros planos operacionais que se multiplicam nas diversas áreas e funções dentro da organização.

Conforme apresentado no Quadro 1, o planejamento tático abrange apenas uma parte da organização, que pode ser um departamento ou uma divisão. É desenvolvido pelos níveis organizacionais intermediários. A sua atuação é separadamente em cada área funcional da empresa de forma detalhada, tais como “marketing”, contabilidade, finanças, pessoal e produção. Sua duração é de médio prazo, aproximadamente um ano.

Na sequência, em relação ao planejamento estratégico, tema central desse estudo, para uma melhor compreensão sobre o mesmo, torna-se indispensável ter o alcance do significado do que venha a ser estratégia. De acordo com Paixão (2013, p.11), estratégia refere-se “a organização dos elementos, recursos e forças disponíveis para atingir determinado objetivo”.

Antes mesmo de se tornar uma ferramenta empresarial e em seguida adequada aos princípios da administração pública, o termo estratégia teve sua gênese no campo das ações militares quando as tropas passaram a gerenciar os escassos recursos, a imprevisibilidade do adversário, a coordenar as ações a distância, dentro de um horizonte de tempo limitado.

Conforme destacado por Chiavenato e Sapiro (2003), a palavra estratégia é de origem grega – *strátegeos*, tendo por várias vezes seu significado aprimorado. Atualmente a referida palavra é muito utilizada no mundo corporativo para definição de ações a curto, médio e longo prazo, voltados para obtenção de vantagens competitivas.

Com o intuito de auxiliar as organizações quanto à competitividade nos mercados, o termo planejamento estratégico foi inserido no contexto da estruturação dos processos produtivos, de gestão e de administração de empresas cada vez mais envolvidas num cenário globalizado de declarada competitividade.

Pela necessidade de um pensar estratégico, surge o processo de planejamento estratégico<sup>36</sup> com a finalidade de possibilitar o delineamento de ações de médio e longo prazo, para assim atingir as metas traçadas, a fim de obter resultados otimizados.

---

<sup>36</sup> De acordo com Mintzberg (1994), as principais correntes de formação teórica do planejamento estratégico são: a “Design School”, cujo método, também conhecido como SWOT- Strengths, Weakness, Opportunities and Threats – foi desenvolvido na Harvard Business School, e baseia-se na contraposição entre organização interna e fatores externos; a Planning School, que se diferencia do grupo de Harvard apenas por propor a formalização do processo e repartição de responsabilidades entre os atores que dele participam; e a Positioning School, que



Superado o estereótipo do ato de planejar enquanto prerrogativa exclusiva dos países do bloco socialista, o planejamento tornou-se uma importante estratégia empresarial a partir dos anos de 1970, em face da necessidade de superação da crise do capitalismo que exigiu das indústrias estadunidenses, e dos demais países capitalistas, um novo comportamento com enfoque em ofensivas variáveis e com habilidades estratégicas.

Contudo, na efetivação da proposta de planejamento estratégico cada vez tornou-se indispensável considerar a organização como um todo em relação ao ambiente em que a mesma está inserida, sendo necessário a análise do ambiente para a devida utilização dos recursos disponíveis de forma eficiente. Desta forma, buscar-se-á o aumento da produtividade do lugar, de um indivíduo ou empresa através da definição da missão, visão e valores através de políticas norteadoras das estratégias de ação, com vista às metas a serem alcançadas.

Enquanto processo organizacional passível de adaptação através da aprovação, tomada de decisão e avaliação, o planejamento procura responder as seguintes indagações: como? porque a organização existe? o que ela faz? e como faz? (CHIAVENATO, 2004, p. 348).

Para o referido autor, o planejamento estratégico possui cinco características que lhes são essenciais:

[...]

- relaciona-se com a adaptação a um ambiente mutável: refere-se às relações entre a organização e seu ambiente e às suas incertezas. As decisões são fundamentais em suposição e não em fatos reais, como reações às pressões do seu ambiente externo;
- dirige-se para o futuro: o delineamento é dirigido para o longo prazo, sendo que as estimativas aos problemas presentes servem para estipular o quanto esses podem obstaculizar os resultados futuros;
- é compreensivo: esse abrange a organização de forma sistêmica, de modo a compreender todas as suas potencialidades e capacidades;
- processo de construção de consenso: em função dos interesses e necessidades dos envolvidos, o planejamento estratégico considera a todo de modo consensual;
- uma forma de aprendizagem organizacional: em função de dirigir a organização á adaptação ao ambiente, representa uma forma de aprendizagem constante ao moldar-se ao ambiente complexo, mutável e competitivo (CHIAVENATO, 2006, p. 348).

---

restringe o objetivo do planejamento estratégico à diversificação e expansão da organização, definindo como procedimentos básicos a escolha de novos produtos e mercados e a análise dos vetores de crescimento das “sinergias” e das vantagens competitivas (p.36-46, op cit COMPANS, 2005, p.110).

O planejamento estratégico, portanto, pode ser considerado um processo organizacional que compreende a adaptabilidade da organização ao ambiente em constante modificação; possui visão de futuro, abrange a organização de forma sistêmica e consensual, transformando-se em um despertar contínuo para a aprendizagem e inovação organizacional. Neste ínterim, a permanente prática da avaliação retroalimenta as estratégias.

Contudo, de acordo com Oliveira, 1996 (apud PORTO, BANDEIRA, 2006), para a organização desenvolver seu planejamento estratégico, é necessário definir aonde quer chegar; seguido do diagnóstico de como se encontra, para que seja possível determinar como alcançar a situação desejada.

Para que as ações resultantes de um planejamento tomem forma e se realizem, positivando a implementação das políticas públicas elaboradas, é necessário que cada integrante da equipe tenha consciência da missão institucional e pleno conhecimento dos resultados globais desejados, de forma que seja possível reconhecer qual é o espaço de sua contribuição individual para que esses resultados sejam alcançados (CHIAVENATO, 2012).

O empenho e o comprometimento de cada servidor não dependem somente da garantia de remuneração, mas também da valorização, compartilhamento das informações, qualidade de vida no trabalho, capacitações, disponibilidade de espaço de participação e conhecimento do processo de planejamento.

Depois de definidas as questões estratégicas (missão, visão de futuro e objetivos institucionais globais), pelo nível institucional, é imprescindível o compartilhamento dessas informações com os demais servidores, de forma que os integre e os faça conhecer o rumo a ser seguido. Os objetivos institucionais, “precisam ser traduzidos em metas para cada unidade administrativa da instituição, de forma que toda a organização participe dos resultados desejados” (CHIAVENATO, 2012, pg. 417).

Assim considerado, o referido autor aponta que no final, será possível a avaliação do desempenho institucional. Esta avaliação consiste na comparação dos resultados alcançados com o desempenho pretendido, servindo para uma análise do que foi programado e o que realmente foi realizado, e conseqüentemente, possibilitando aos gestores a opção de fazerem recomendações de mudanças e ou ações de correções.

No processo de avaliação, conforme apontado por Chiavenato (2012, pg. 417) “é fundamental a participação de todos, desde a alta direção até os níveis operacionais”, sendo assim possível que os dados do desempenho verificados sejam utilizados para a melhoria em direção ao desempenho desejado.

Para que o planejamento estratégico não seja em vão é necessária a presença da liderança e acompanhamento do gestor, proporcionando as pessoas a motivação necessária para a participação e execução do plano. Sobre o papel da liderança, conforme apontado por Bergamini, (1994, p.22):

Liderar é, antes de mais nada, ser capaz de administrar o sentido que as pessoas dão àquilo que estão fazendo...implica o conhecimento e domínio das características da cultura da organização, ao mesmo tempo em que liderar exige também o conhecimento do sentido que cada um dá à atividade que desempenha.

Sobre o papel da liderança e sua relação com os demais atores sociais envolvidos, em algum momento, todo o processo de planejamento se confrontará com a questão participativa.

Contudo, de acordo com apontamentos de Pedro Demo (1989, p. 130), na perspectiva do planejamento territorial para fins de elaboração de políticas públicas, é impossível ignorar a atuação dos diversos agentes como sindicatos, associações, cooperativas, entre outros, em específico em relação à organização e funcionamento das instituições assim como dos “serviços públicos destinados a instrumentar a cidadania popular, como educação, cultura, justiça, segurança pública, etc.”.

Logo, entende-se que participação é um processo emancipatório, fundamentado na capacidade dos desiguais de manejar as condições de acesso e conquista de um projeto de desenvolvimento, formulado e realizado pelos mais diversos agentes: sujeitos sociais capazes de pensar, produzir e participar. Todo planejamento é conduzido para que ninguém faça o que lhe for conveniente, pois a ação de conduzir está por trás de tudo o que se planeja. A participação na visão de Demo (1989, p.133-134) é um processo educativo, uma verdadeira conquista.

[...] Podemos tentar definir participação como processo de conquista e construção organizada da emancipação social. Pelo menos, quatro conceitos parecem aqui fundamentais: o de *processo*, denotando que se trata de fenômeno historicamente dinâmico e marcado pela profundidade qualitativa no espaço e no tempo; o de *conquista* e *construção*, significando que não pode ser obra de terceiros, mas dos reais interessados; o de *organização*, indicando que um dos signos principais de sua competência está na cidadania coletiva bem armada; e, finalmente, o de *emancipação social*, estabelecendo a centralidade do sujeito social, no espaço histórico-estrutural das desigualdades sociais.

Pensar o espaço e subespaços na lógica do planejamento participativo é assegurar a emancipação e o comprometimento dos agentes envolvidos em todas as fases: da elaboração à execução dos planos, programas e projetos que passam a ser de interesse social. Neste processo de participação é fundamental que o Estado cumpra as suas atribuições, quanto a

manutenção e oferta de serviços públicos básicos, de acesso universal com vistas a reduzir e ou eliminar as desigualdades.

### **3.2 Planejamento na Perspectiva da Organização e Estruturação do Espaço Geográfico**

“Pouco a pouco, planejamento e desenvolvimento econômico passaram a ser conceitos associados, tanto para governantes, empresários e técnicos, como para boa parte da opinião pública”  
(Otavio Ianni)

Uma vez considerada a globalização enquanto fenômeno multidimensional e seletivo, a competitividade entre lugares tornou-se acirrada, afirmando a importância do planejamento enquanto estratégia de políticas de Estado. Estrategicamente o planejamento governamental afirmou iniciativas comprometidas com a racionalização dos processos relacionados à organização e estruturação do espaço geográfico, em suas múltiplas dimensões e escalas: política, econômica, social, cultural, do local ao global.

Sobre as iniciativas voltadas para o campo do planejamento econômico, não se torna redundante considerar que, em um determinado momento histórico, enquanto instrumento de poder, o planejamento não foi adotado pelos países capitalistas. Tal situação reflete a contradição entre a centralização estatal das decisões, típicas dos países socialistas, e os interesses econômicos pautados na livre empresa e na liberdade de mercado. Somente após a crise capitalista de 1929 e com maior expressividade, após a 2ª Guerra Mundial, o planejamento econômico passou a ser adotado pelas empresas e governos nos países capitalistas.

Certamente, nos países capitalistas de economia liberal, o planejamento econômico tratou-se de uma iniciativa mais limitada em relação a prática estatal de centralização verificada no modelo de planejamento socialista. Em se tratando de dois modos diferentes de pensar e de produzir o espaço, necessário se faz considerar o campo de forças e interesses dos mais diversos agentes envolvidos nos processos de (re)produção do espaço capitalista na lógica da divisão internacional e territorial do trabalho.

Nessa perspectiva, em especial no Brasil, após a Revolução de 1930, no contexto da crise internacional capitalista, o Estado passou a intervir mais ostensivamente com vistas a reorientar o modelo agroexportador, a fomentar o projeto de substituição de importações, promovendo o desenvolvimento industrial, mesmo que incipiente, naquele momento histórico.

Com efeito, o planejamento é institucionalizado, após a Segunda Guerra Mundial, com a elaboração do Plano Salte, pelo governo Dutra, 1946 a 1950; desenhado em 1948, foi então implementado no orçamento de 1949 até 1951, com foco direcionado para investimentos relacionados ao desenvolvimento das atividades ligadas aos serviços de saúde, alimentação, transporte e energia.

No governo de Juscelino Kubitschek (1956-1960) houve a elaboração do Plano de Metas<sup>37</sup>, coordenação entre o setor público e privado, estímulo à industrialização, pontos de estrangulamento na infraestrutura e na demanda de vários setores da economia, formação de recursos humanos; financiamento público, empréstimos externos, investimentos privados, abertura ao capital estrangeiro; foram trinta objetivos em cinco grandes metas: energia, transportes alimentação, indústrias de base e educação (formação de pessoal técnico) (ALMEIDA, 2005).

A criação do Ministério do Planejamento, em 1961 não correspondeu às expectativas, tendo em vista a crise política instalada, por sua vez associada à redução de investimentos estrangeiros e dos empréstimos internacionais. Com o Plano Trienal de Desenvolvimento Econômico e Social, no governo de João Goulart, 1961-1964, houve uma tentativa de conter a inflação, que ultrapassava os 83%. Contudo, em 1963, porém, o governo não obteve os resultados esperados, o que contribuiu para a deposição do presidente em abril de 1964.

Com o golpe civil militar de 1964, planos estruturantes<sup>38</sup> estiveram relacionados com a nova ordem geopolítica internacional totalmente direcionada conforme interesses estadunidenses também relacionados à Teoria do Capital Humano e às diretrizes da Revolução Verde.

Ainda durante o regime militar, iniciativas de planejamento a exemplo do I, II, e III Planos de Desenvolvimento Nacional<sup>39</sup>, orientaram o desenvolvimento nacionalista associado ao projeto de regionalização, ocupação e de defesa à soberania nacional do país.

Com o fim do governo autoritário e a retomada do governo democrático, a nova Constituição de 1988, instituiu o Plano Pluri-Anual - PPA<sup>40</sup> com vistas a racionalizar e

---

<sup>37</sup> A conjuntura política favorável e os sinais de garantias para empréstimos externos com foco em investimentos estatais para fins de corresponder ao movimento de expansão das multinacionais fortaleceu o Plano de metas de JK. Tratou-se de um Plano de 31 metas que incluía investimentos em diversos setores estratégicos: indústria automobilística, energia elétrica, produção de petróleo, investimentos na formação de técnicos, investimentos no setor de transportes com implantação de rodovias, construção de Brasília, etc.)

<sup>38</sup> O Plano de Ação Econômica do Governo-PEAG, instituído por Castelo Branco(1964-67) visou combater a inflação; também foram criados o IPEA e a SUDAM, além do Plano Decenal.

<sup>39</sup> Os PND's (Planos Nacionais de Desenvolvimento instituídos em 1972-1974(I PND), pelo governo do general Médici: esteve relacionado à iniciava de implantação de grandes projetos de integração nacional (Transamazônica, Três Marias, Rio-Niterói, ...); em 1975(II PND) instituído pelo general Geisel, dando continuação ao anterior com investimentos no Proálcool, Itaipu, além de investimentos na Petrobrás.

equilibrar investimentos e receitas. Neste contexto foram instituídos mecanismos de planejamentos participativos que buscaram materializar os apontamentos contidos na Carta Constitucional de 1988. Em diversas áreas, orçamento público, educação, saúde, cultura, dentre outras, a participação popular tornou-se um importante recurso no sentido de buscar assegurar os interesses dos mais diversos atores sociais, principalmente nos processos de elaboração das políticas públicas (DEMO, 1989).

Ainda conforme apontado por Demo (1989, p.143), “a sociedade é o garante do Estado, e não o contrário”. A sobreposição do Estado leva a um processo centralizador e a inércia da sociedade, fica à mercê, aguardando ser conduzida por este, mesmo quando se trata da tentativa de defender seus próprios interesses. Assim, a sociedade serve ao Estado, enquanto deveria ser o contrário (DEMO, 1989).

O papel da sociedade, segundo Demo “é a construção histórica de sua cidadania organizada e produtiva. [...] é organizar-se adequadamente, para poder exercer pressão democrática no sentido de obrigar o Estado a cumprir com suas funções”. Contrariamente ao que se nota, o Estado deveria ser administrado como um espaço público, onde a participação da sociedade seja um instrumento básico de decisão sobre os rumos e prioridades do desenvolvimento (DEMO, 1989, p.144-145).

Nessa perspectiva, a participação popular na discussão e elaboração de planos, programas e projetos, assim como na definição de políticas públicas nas mais diversas áreas e controle das mesmas, através das mais diversas estratégias, a exemplo dos fóruns e dos conselhos populares, foram avanços assegurados a partir da Constituição de 1988. Trata-se, portanto, de uma nova racionalidade, também presente nas iniciativas de discussão e elaboração dos instrumentos de organização e estruturação do espaço, a exemplo dos Planos Diretores Municipais e dos Planos Estratégicos governamentais, que em muitos casos mascaram o sentido da participação ao diluir conflitos e fazer imperar a ideologia do consenso.

### **3.3 Planejamento Estratégico na Microrregião do Caparaó**

A exemplo de outros estados brasileiros, também no Espírito Santo, inicialmente a prática do planejamento esteve relacionada à política, planos e projetos de intervenções

---

<sup>40</sup> Durante o governo de FHC (1991-1996), o PPA foi elaborado, porém não executado; de 1996-1999 o PPA contemplou a definição de eixos estruturantes para investimentos nas áreas de tecnologia, transportes, energia e telecomunicações e no período de 2000-2003, o PPA esteve relacionado à Lei de Responsabilidade Fiscal com vistas ao controle das contas públicas. Por sua vez o Plano Brasil 2020 ficou apenas no papel.

lineares e pontuais, sem no entanto, apresentar uma racionalidade sistemática, subsequente e integrada de ações fundadas em objetivos e metas preestabelecidas a serem perseguidas.

Mais precisamente durante a década de 1960, no Espírito Santo, por ocasião do rearranjo das bases produtivas e do avanço do capitalismo sobre o campo, a política de erradicação dos cafezais esteve relacionada com os processos de organização e estruturação do espaço para fins de fomento à exportação e ao desenvolvimento das atividades industriais concentradas na capital do estado, na cidade de Vitória.

A partir dos anos de 1970, no âmbito do processo de desconcentração industrial do sudeste brasileiro, no Espírito Santo, as intervenções pontuais voltadas para a implantação do parque industrial e da infraestrutura necessária estiveram associadas aos grandes projetos de investimentos (GPIs) e os Planos Nacionais de Desenvolvimento PDN (I, II e III), instituídos pelo governo autoritário, de forma autocrática e verticalizada.

[...] é interessante, nesta rápida reflexão sobre os GPIs, lembrar a natureza dos processos decisórios que lhes dão origem. Ora, quase sempre se fazem nos corredores e gabinetes, à margem de qualquer exercício de planejamento compreensivo e distante de qualquer debate público. Antes de estruturar territórios e enclaves, o grande projeto estrutura e se estrutura através de grupo de interesses e lobbies, coalizões políticas que expressam, quase em mediações, articulações econômico-financeiras e políticas (VAINER, 2007, p.12).

Ainda durante o regime militar, embora os municípios já estivessem obrigados a elaborar seus próprios planos diretores urbanos (PDU), condição indispensável para garantir o repasse de recursos federais, na verdade, verificou-se uma atuação marcante da “indústria de planos diretores”, elaborados em série, à revelia do debate público e da participação popular, desconsiderando, portanto, a realidade e demandas concretas dos municípios (REZENDE, 2014).

Desta forma, a proposta do pensar e planejar de forma participativa para fins de organização e estruturação do espaço não se efetivou, conformando assim, o poder de decisão e controle político e social na esteira dos interesses de grupos econômicos e políticos privilegiados.

Após as décadas de 1980 e 1990 (décadas perdidas)<sup>41</sup>, no âmbito das iniciativas voltadas para a superação da crise capitalista internacional que imobilizou o modelo “desenvolvimentista” dos governos militares, no Estado do Espírito Santo, também a crise

---

<sup>41</sup> Tratou-se de um período marcante de estagnação econômica tendo sido agravado com a alta do preço do petróleo em 1973 e 1979 impondo sacrifícios aos países de economia dependente, a exemplo do Brasil. No Espírito Santo, mesmo com uma média de crescimento acima do PIB nacional, é preciso considerar o empoderamento de setores dominantes do capitalismo articulado em diferente escalas em suas significativas e ascendentes taxas de acumulação de renda e riquezas em detrimento à condição de pobreza de grande parte da população capixaba, tanto n campo, como principalmente na região metropolitana de Vitória.(REZENDE, 2005)

política e social foi marcada por elevados índices de desemprego, criminalidade, violência e êxodo rural<sup>42</sup>. Já no início do ano de 2000, com um total de 3,09 milhões de habitantes, 80% deste total, correspondia à população urbana, e aproximadamente 20% residente na área rural; tendência que se manteve, quando já no início do século XXI, mais de 2,4 milhões de capixabas passaram a residir em áreas urbanas, transformando abruptamente a paisagem das cidades de médio porte, além da capital do estado e municípios da região metropolitana.

Nesse contexto de esvaziamento do campo e de metamorfose da vida urbana, políticas, planos e projetos de intervenções ganharam força no sentido de enfrentamento às questões urbanas e regionais, com vistas ao rearranjo das bases produtivas, como também, e principalmente, ao ordenamento das formas de uso e ocupação do solo. Trataram-se de intervenções consubstanciadas à potencialização das atividades econômicas imbricadas à dinâmica dos processos de produção, circulação, distribuição e consumo de forma articulada aos interesses da economia em sua fase de globalização.

Com a globalização da economia, a disputa por investimentos e a necessidade de planejar torna-se cada vez mais indispensável no sentido de gerar divisas e fortalecer o poder político de estados e municípios, estrategicamente orientados pelas diretrizes da doutrina neoliberal, pautado em iniciativas de racionalização dos investimentos, garantia a reprodução e acumulação capitalista e redução de gastos públicos.

Tendo em vista o movimento de requalificação da ação do Estado interventor, o Plano Plurianual - PPA, instituído pela Constituição de 1988, serviu de parâmetro para a elaboração e implementação de políticas, planos e projetos de desenvolvimento setoriais para os Estados e municípios, buscando associar receitas e investimentos de forma “racional” e planejada. Os investimentos deixaram de seguir o modelo aleatório, em muitos casos, indicado por interesses corporativistas e eleitores, sendo então definidos à luz de estudos e levantamentos técnicos. A periodicidade dos investimentos passou também a ser instituída de forma planejada pelos órgãos públicos através de projetos pautados no detalhamento de programas com seus objetivos, ações e metas pré-estabelecidas, na maioria das vezes, sob o enfoque da regionalização, sem, no entanto, deixar de considerar os interesses dos grupos políticos e econômicos<sup>43</sup>.

---

<sup>42</sup> A precariedade das iniciativas de planejamento se deu tendo em vista do volume de dívida interna e externa acumulado, a carência de investimentos nos setores de tecnologia e produtivos afins, isto associado aos poucos investimentos na educação e formação de mão-de-obra qualificada e a exacerbada concentração de renda e riquezas. Nesta conjuntura, os planos estiveram relacionados às tentativas de conter a inflação, a exemplo do Plano Cruzado(1985), Plano Cruzado II(1987), Plano Bresser(1987), Plano Collor(1990) e Plano Real(1993).

<sup>43</sup> A regionalização de um país ou estado pode ser estabelecida a partir de aspectos naturais, econômicos, sociais, históricos, políticos, entre outros, firmando unidades territoriais com certo nível de homogeneidade geográfica.



[...] O local, o regional, o nacional e o global se entrelaçam e convergem, na constituição de consórcios empresariais e coalizões políticas. Projeto industrial, controle territorial, empreendimento econômico e empreendimento político se misturam nos meandros dos financiamentos públicos, das dotações orçamentárias, das trocas de favores e, como vem à tona uma vez ou outra, da corrupção institucional e individual. [...] o exame da economia política de cada grande projeto permitiria identificar de que forma atores políticos e empresas nacionais e internacionais se associam e mobilizam elites locais e regionais para exercer o controle do território, constituindo uma nova geografia física, econômica e política que decompõe o território nacional em novos fragmentos globalizados (VAINER, 2007, p.12).

Atrelado à nova dinâmica de fragmentação do espaço e subespaços, na esteira da mais-valia internacional, as iniciativas voltadas para o planejamento territorial e setorial, passaram então a corresponder ao movimento da deflagrada “guerra de lugares”. Lugares articulados em unidades de planejamento capazes de corresponder de forma competitiva, na perspectiva de interesses corporativos, na maioria das vezes, divorciados das demandas e necessidades da população local.

Neste contexto de rearranjo das bases produtivas circunscritas ao movimento da economia globalizada, a partir de 2006, também o governo do Espírito Santo promoveu a elaboração do Plano de Desenvolvimento Espírito Santo 2025, com a finalidade de alcançar um padrão elevado de desenvolvimento alicerçado em iniciativas de potencialização das atividades econômicas em todo o território estadual, dividido em unidades político-administrativas e de planejamento.

[...] O Plano de Desenvolvimento Espírito Santo 2025 resgata também um dos objetivos centrais das “Orientações Estratégicas de Governo 2003-2006”, que fixou como um dos eixos estratégicos “Estabelecer bases sólidas para a construção do futuro do Espírito Santo após a superação da crise”, através da ação específica de elaborar um plano estratégico de longo prazo para o Estado.

A elaboração do Plano Estratégico-PE em sua primeira etapa foi desenvolvido por consultores da empresa Macroplan e por técnicos da Secretaria de Estado de Economia e Planejamento, sob a liderança e participação de diferentes áreas do Governo do Estado. O trabalho foi realizado em um período de sete meses, contando com a participação de profissionais, lideranças e instituições da sociedade. Para a coleta de informações utilizou-se a metodologia de entrevistas, realização de seminários, audiências públicas e reuniões.

Na fase de elaboração do Plano Estratégico Estadual registrou-se a participação de duas instituições, sendo elas: Petrobrás, na forma de patrocínio do projeto e mobilização de seus profissionais; e do Movimento Espírito Santo em Ação<sup>44</sup>, por meio da parceria na gestão

---

<sup>44</sup> Contribuir para a construção de um Estado referência. Este foi o objetivo de um grupo de empresários ao se reunir e fundar, em 2003, o Espírito Santo em Ação. Com o compromisso de atuar na formação de uma sociedade melhor e mais justa, o trabalho desta Organização Não-Governamental capixaba visa a tornar as

do projeto e colaboração técnica (PD, 2006). Conforme destacado no Plano de Desenvolvimento Espírito Santo 2025, formam quatro as estratégias principais que formaram o núcleo propulsor do processo de transformação pretendido para todo o Estado, sendo elas:

[...]

1. Desenvolvimento do capital humano referenciado a padrões internacionais de excelência;
2. Erradicação da pobreza e das desigualdades para a ampla inclusão social;
3. Diversificação econômica, agregação de valor à produção e adensamento das cadeias produtivas;
4. Desenvolvimento do capital social e da qualidade e robustez das instituições capixabas;

Outras sete estratégias completam o núcleo das estratégias de desenvolvimento, sendo elas:

5. Redução drástica e definitiva da violência e da criminalidade no Estado;
6. Recuperação e conservação de recursos naturais;
7. Promoção de um desenvolvimento mais equilibrado entre região metropolitana, o litoral e o interior;
8. Alcance de níveis crescentes de eficiência, integração e acessibilidade do sistema logístico, reforçando o seu papel de fator de competitividade da economia capixaba;
9. Estabelecimento de alianças estratégicas regionais para desenvolver oportunidades de desenvolvimento integrado de interesse no Estado;
10. Desenvolvimento de uma rede equilibrada de cidades que favoreçam o dinamismo econômico e a qualidade e sustentabilidade no espaço urbano; e
11. Fortalecimento da identidade capixaba e imagem do Estado.

---

empresas ainda mais conscientes e participativas em seu papel econômico e social. No início o objetivo era contribuir para que o Estado retomasse suas características de destaque, revigorando a economia, fortalecendo os Arranjos Produtivos Locais e resgatando a autoestima dos capixabas e daqueles que escolheram o Espírito Santo como sua terra. O tempo passou e a realidade hoje é outra. Entretanto, o Espírito Santo em Ação mantém seu compromisso de colaborar para a melhoria contínua do Estado, sempre trilhando os caminhos focados em seus valores, enfrentando desafios e promovendo o diálogo e a parceria, pois a cooperação e o trabalho são essenciais para o sucesso. Com base nesses princípios, além de participar da elaboração do Plano de Desenvolvimento Espírito Santo 2025, a partir de 2009, o Espírito Santo em Ação passou a atuar integralmente voltado para o fortalecimento das propostas do Plano, por meio de ações que estejam alinhadas com as estratégias e metas do Espírito Santo 2025.

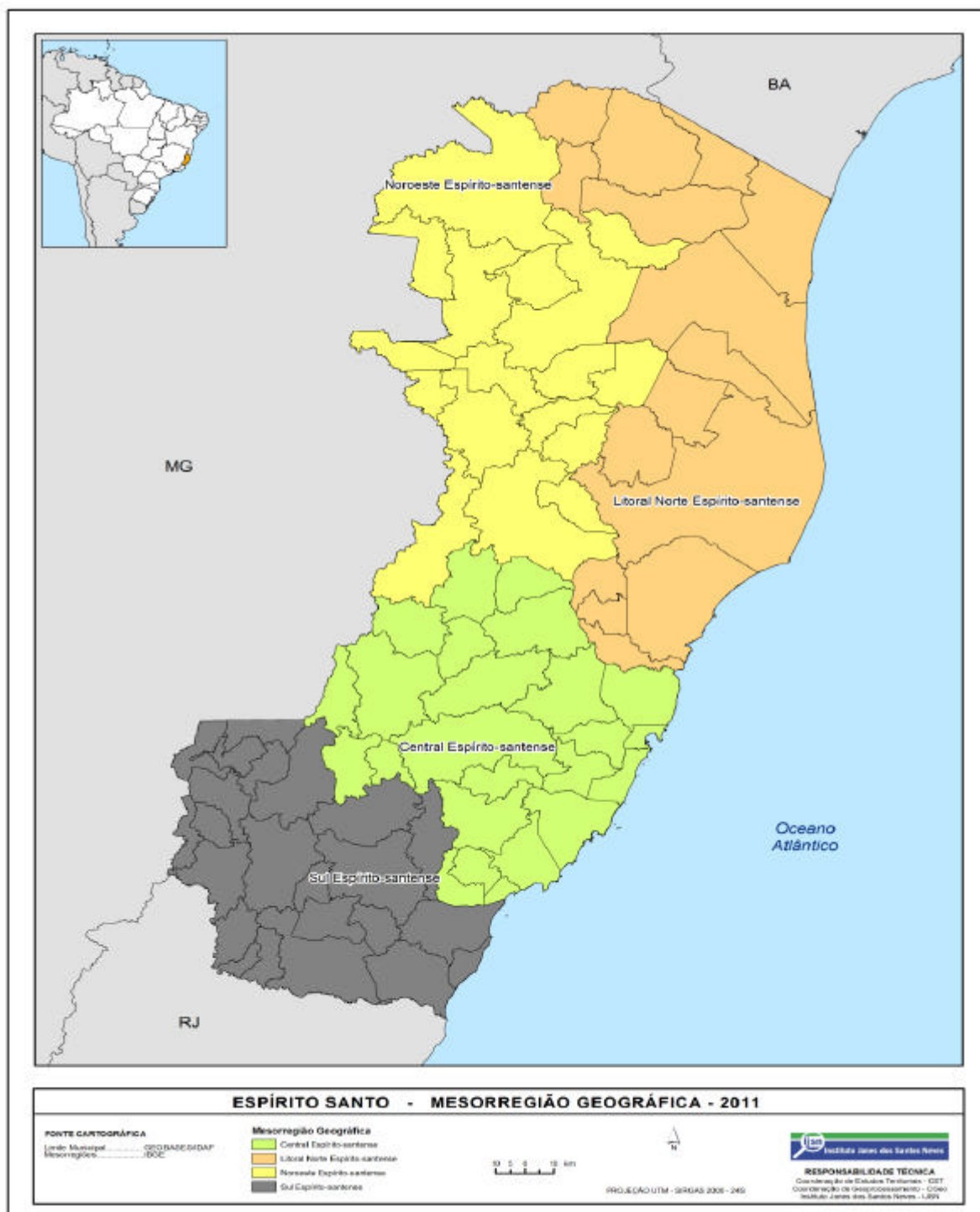
A partir do exposto, cabe ressaltar que as onze estratégias apresentadas estão relacionadas a um conjunto de 93 projetos estruturantes tidos como instrumentos definidos para a operacionalização das estratégias conforme singularidades das 10 (dez) microrregiões.

Torna-se relevante destacar que, seguindo a mesma abordagem do Plano de Desenvolvimento Espírito Santo 2025, foi também elaborado o Plano Estratégico de Desenvolvimento da Agricultura Capixaba (NOVO PEDEAG/2007-2025), avançando no detalhamento de metas e estratégias para as atividades da economia rural com vistas a assegurar o planejamento a médio e longo prazo, mesmo tendo em vista as incertezas que o cercam.

Para fins de elaboração e execução do Plano de Desenvolvimento o Estado foi dividido em quatro mesorregiões<sup>45</sup>, integradas por municípios com singularidades econômicas e sociais, sendo elas: Central Espírito-santense, Litoral Norte Espírito-santense, Noroeste Espírito-santense e Sul Espírito-santense, conforme divisão apresentada pelo IBGE (Figura 1):

---

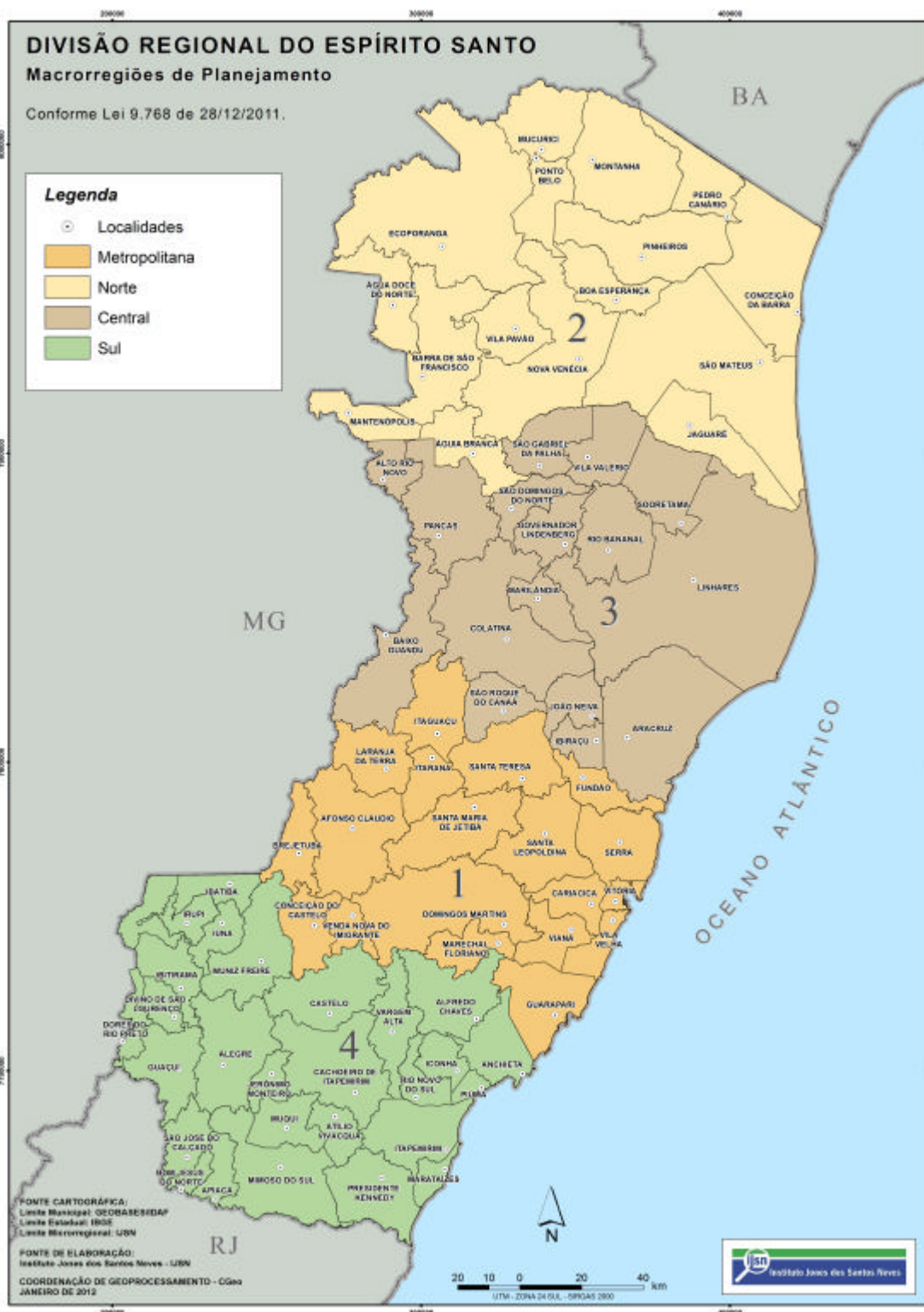
<sup>45</sup> Mesorregião : subdivisão dos [estados brasileiros](#) que congregam diversos [municípios](#) de uma área geográfica com similaridades econômicas e sociais, que por sua vez, são subdivididas em [microrregiões](#). O termo Mesorregião foi criado pelo [IBGE](#) e é utilizada para fins estatísticos e não constitui, portanto, uma entidade política ou administrativa.



**Figura 1** Mapa das mesorregiões geográficas do Espírito Santo- 2011

Fonte: IJSN/2011

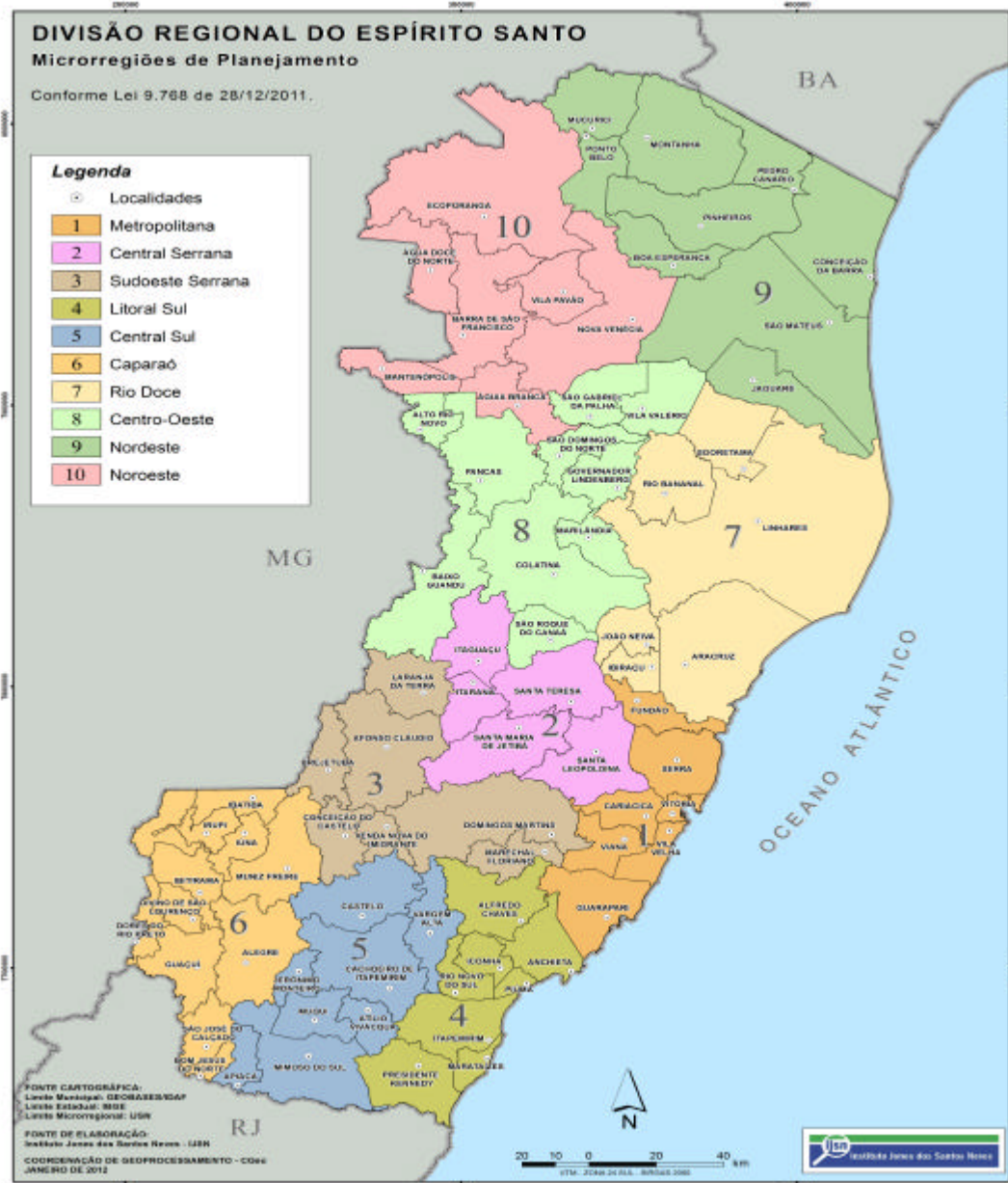
A partir das Mesorregiões do Espírito Santo, definidas pelo IBGE, foram também definidas quatro Macrorregiões de Planejamento (Figura 2), conforme Artigo 2º da Lei nº 9.768/2011:



**Figura 2** Mapa das macrorregiões de planejamento do Espírito Santo - 2011  
 Fonte: IJSN/2011

De acordo com o PE, com o objetivo de tornar equilibrado o crescimento de todas as regiões e de coordenar melhor os investimentos públicos, as dez microrregiões administrativas de gestão compreendem a atual Divisão Regional do Espírito Santo, e foram

instituídas pela Lei nº 5.120, de 30/11/1995 (DOE 01/12/1995), posteriormente alterada pelas Leis: Lei nº 5.469 de 22/09/97 (DOE 23/09/97), Lei 5.849 de 17/05/99 (DOE 18/05/99) e Lei 7.721 (DOE 14/01/04), e por último pela Lei nº 9.768, de 28/12/2011, conforme reagrupamento representado na Figura 3.



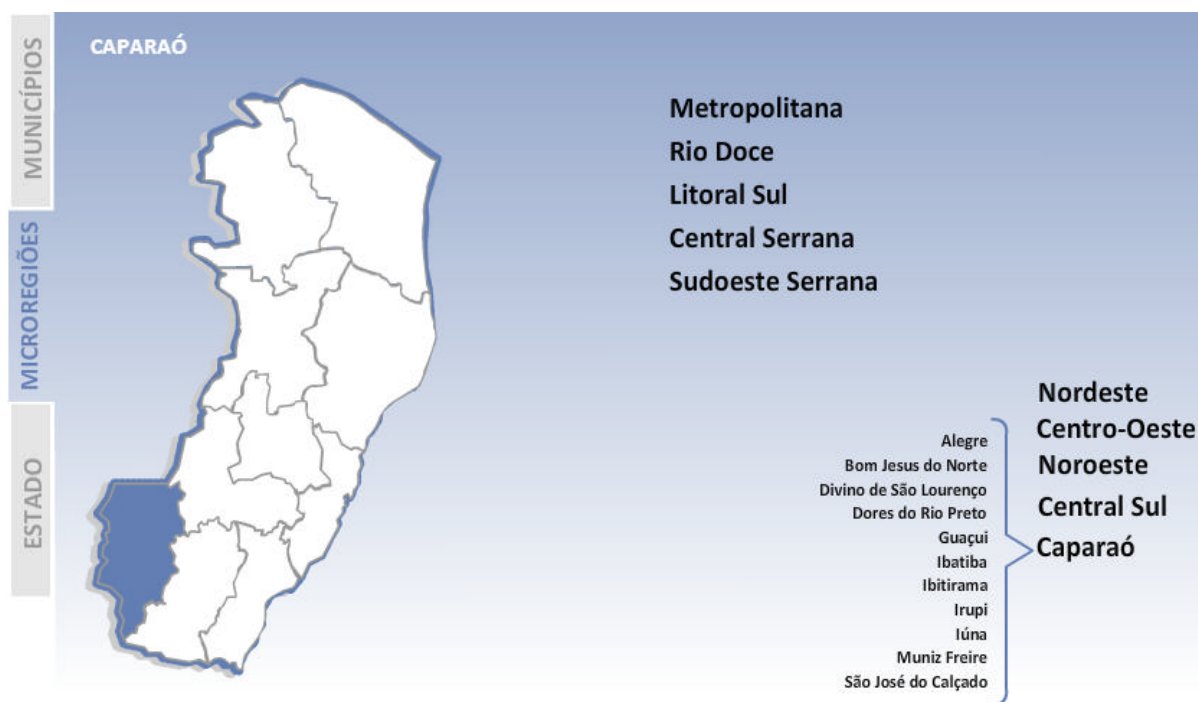
**Figura 3** Mapa das Microrregiões e gestão administrativa do Espírito Santo - 2011  
Fonte: IJSN/2011

Nesse sentido, tendo em vista o objeto principal do presente estudo, bem como os objetivos específicos preestabelecidos, no próximo tópico, serão destacadas considerações pontuais sobre os aspectos socioeconômicos dos municípios que compõem a Microrregião do Caparaó, enquanto unidade de planejamento administrativo instituída pelo governo estadual.

Sem perder de vista a estratégia da fragmentação do território para fins de maximizar resultados no âmbito do movimento da economia globalizada, a descrição dos aspectos socioeconômicos da microrregião do Caparaó são de grande importância para se ter uma melhor compreensão sobre o papel do Ifes - *Campus* de Alegre no contexto socioeconômico da referida microrregião tendo como parâmetro as diretrizes e estratégias apontadas pelo Planejamento Estratégico estadual.

### 3.4 Microrregião do Caparaó: Aspectos Gerais

#### 3.4.1 Localização:



**Figura 4** Mapa da Microrregião do Caparaó

Fonte: IJSN/2011

Correspondendo a uma área de 3.840 m<sup>2</sup>, a Microrregião do Caparaó (ES) é formada por onze municípios, sendo eles: Alegre, Bom Jesus do Norte, Divino de São Lourenço, Dolores do Rio Preto, Guaçuí, Ibatiba, Ibitirama, Irupí, Iúna, Muniz Freire e São José do Calçado.

Situada na região Sudoeste do Espírito Santo, a microrregião abrange a porção capixaba da Serra do Caparaó, que, além de lhe emprestar o nome, lhe confere também as

principais características físicas e ambientais presentes nos onze municípios que a compõem, sendo importante ressaltar que a maioria dos municípios situam-se no entorno do Parque Nacional do Caparaó<sup>46</sup>.

Para um melhor conhecimento sobre a Microrregião do Caparaó, em 1999, através de estudos ficou constatado que está em curso a redução do número de habitantes. Em alguns municípios foi confirmada a queda do número de habitantes, mesmo sendo essa microrregião a segunda maior em números de municípios e atualmente, a maior microrregião em extensão territorial.

Através dos levantamentos realizados foi possível também reconhecer o comprometimento dos setores agropecuário e agroindustrial em reconhecido declínio no contraponto do crescimento e importância do setor de serviços, responsável pela geração de trabalho, empregos e renda, correspondendo ao maior faturamento da microrregião.

Ainda sobre os dados e informações relativos à realidade socioeconômica dos municípios integrantes da Microrregião do Caparaó, serão apresentados dados e informações relacionados ao período compreendido entre os anos de 2006 a 2011, quando foi instituído o Plano de Desenvolvimento Espírito Santo 2025, realizado o recenseamento do IBGE e criados os Institutos Federais de Educação, Ciência e Tecnologia, em especial o Instituto Federal – *Campus* de Alegre, através da Lei nº 11.892, de 29/12/2008.

### **3.4.2 Dos municípios integrados à microrregião do Caparaó**

Para a melhor apreensão sobre a realidade socioeconômica da Microrregião do Caparaó, importa destacar que:

“O Território está situado na região conhecida pelo Governo do Estado do Espírito Santo como Caparaó Capixaba, incluindo a Serra do Caparaó, o que lhe confere as principais características físicas e ambientais. O Parque Nacional do Caparaó, criado em 1961 está localizado dentro do Território e abrange porções de 5 municípios (Íluna, Irupi, Ibitirama, Divino do São Lourenço e Dores do Rio Preto). O Território conta, ainda, com o Parque Estadual da Cachoeira da Fumaça, localizado no município de Alegre, criado em 1984. A Serra do Caparaó, que abriga o Pico da Bandeira, com um clima temperado e vegetação de Mata Atlântica, é um atrativo turístico muito visitado” (PTDRSS, Território do Caparaó: ES, novembro de 2009, p.16).

Ainda sobre os aspectos pontuais relacionados à configuração socioespacial, a microrregião do Caparaó é um recorte de uma região historicamente marcada pelos intensos e

---

<sup>46</sup> O Parque Nacional do Caparaó (Parna Caparaó), unidade de conservação criada em 24 de maio de 1961, pelo Decreto federal nº 50.646, assinado pelo então presidente da República Jânio Quadros, tem a função de delimitar as áreas de proteção dos ecossistemas da Serra do Caparaó, compreendendo floresta ombrófila densa e campos de altitude (ESPÍRITO SANTO, 2005, p.11).



contínuos desmatamentos iniciados a partir do segundo quartel do século XIX, tendo em vista a expansão do plantio e cultivo do café, juntamente com a extração de madeiras e o desenvolvimento da pecuária.

Na atualidade, além da expansão do cultivo do eucalipto, a exploração de granito e bauxita apresenta-se enquanto atividade predatória dos ecossistemas existentes, comprometendo inclusive o desenvolvimento da atividade turística, por alguns, pensado enquanto possível vetor de grande importância para investimentos e desenvolvimento socioeconômico da região.

De acordo com informações e dados constantes do documento intitulado Consórcio Caparaó/ Agenda 21-2006, no Diagnóstico Socioeconômico (BANDES, 2010), assim como, a partir dos dados divulgados pelo Instituto Capixaba de Pesquisa, Assistência Técnica e Extensão Rural (Incaper), a microrregião do Caparaó,

“tem pouca expressividade na economia do Estado do Espírito Santo, participando apenas com 2% no PIB e com renda per capita de R\$3.088,00, enquanto a do Estado é de R\$ 8.000,00. Contudo, quando se observa a participação na geração de renda do setor agrícola, verifica-se que ela é bem mais alta, girando em torno de 10%, o que confirma a especialidade da economia, predominantemente agrícola. (...) a participação da atividade cafeeira das propriedades rurais no Território do Caparaó está em torno de 75,6%, o que a coloca como a maior participação do Estado na geração de renda das propriedades rurais, no que se refere a esta cultura. A produção pecuária é a segunda maior atividade” (PTDRSS, Território do Caparaó: ES, novembro de 2009, p.16-17).

As informações e dados divulgados pelas instituições de pesquisa e planejamento territorial apontam para a predominância das atividades produtivas relacionadas à cafeicultura e à pecuária, como também destacam os impactos negativos de tais atividades no contexto da dimensão dos problemas ambientais e econômicos verificados.

O aumento indiscriminado do plantio de eucalipto, a ampliação dos campos produtivos irrigados e áreas de pastagens já apontam sinais de comprometimento do abastecimento de água para consumo em diversos municípios, a exemplo de Iúna, Irupi, Guaçuí, Alegre e Ibitirama, além do que, problemas relacionados à intensificação dos processos erosivos do solo com presença de voçorocas, assoreamento e contaminação de rios e córregos, assim como problemas relacionados à coleta, tratamento e destinação do lixo, dentre outros.

Ainda na perspectiva das considerações sobre a microrregião do Caparaó, importante se faz destacar aspectos pontuais do histórico de origem e emancipação dos municípios que a compõem (ver Anexo III). Esta iniciativa permitirá, mais à frente, uma melhor compreensão sobre os processos relacionados aos dados e informações socioeconômicas e suas contradições.

### **3.4.3 Evolução da população**

De acordo com os microdados do IBGE referentes ao Censo 2010/IJSN (Tabela 2), verifica-se que a maioria dos municípios apresentaram redução do quantitativo de população no período de 2006 a 2011. Apenas os municípios de Ibatiba e Irupi apresentaram um crescimento entre 3,19% e 7,94%, respectivamente. Além de outros, os municípios de Divino de São Lourenço e Ibitirama os que apresentaram considerável redução do número de habitantes. Em especial observa-se que no município de Alegre, constata-se um crescimento negativo de aproximadamente de 6,39% no período de 2006 a 2011, sendo importante destacar a variável referente à população flutuante formada por estudantes que migram de outros municípios e de outros estados para acessarem os cursos oferecidos pelas instituições federais: Universidade Federal do Espírito Santo e pelo Ifes – *Campus* de Alegre.

**Tabela 2:** Evolução da população dos municípios da microrregião do Caparaó

Municípios	2006	2007	2008	2009	2010	2011	% crescimento
Alegre	32.669	30.473	31.222	31.143	30.784	30.696	-6,39
Bom Jesus do Norte	10.159	9.318	9.638	9.672	9.479	9.496	-6,53
Divino de São Lourenço	5.354	4.837	4.997	5.011	4.515	4.493	-16,08
Dores do Rio Preto	6.870	6.106	6.288	6.293	6.399	6.414	-6,64
Guaçuí	28.100	25.761	26.648	26.743	27.853	28.033	-0,24
Ibatiba	21.909	19.649	20.370	20.471	22.346	22.609	3,19
Ibitirama	10.361	8.994	9.243	9.238	8.964	8.938	-13,73
Irupi	10.959	10.369	10.708	10.735	11.729	11.829	7,94
Iúna	28.433	25.533	26.248	26.239	27.340	27.422	-3,55
Muniz Freire	19.344	18.196	18.497	18.358	18.387	18.298	-5,41
São José do Calçado	10.683	10.570	10.929	10.965	10.417	10.403	-2,62
Total	184.841	169.806	174.788	174.868	178.213	178.631	-3,36

Fonte: IBGE

Nota: Para os dados provenientes do Censo; para 2007, provenientes da Contagem da população; e para os demais períodos, população estimada pelo IBGE para 2011.

#### **3.4.4 Aspectos econômicos: período de 2006 a 2011**

A base de qualificação e análise dos dados e informações referentes aos aspectos econômicos da microrregião do Caparaó se efetiva a partir da Tabela 3, a seguir apresentada. Na oportunidade serão destacados em percentual, a importância dos setores econômicos: agropecuária, indústria e serviços em todos os municípios integrantes da referida microrregião.

A leitura e análise dos referidos dados em cruzamento com outros dados permitirá uma leitura e compreensão mais apurada sobre o papel do Ifes - *Campus* de Alegre no contexto da dinâmica socioeconômica microrregião do Caparaó tendo como indicativos principais as considerações apontadas pela teoria do Capital Humano e sua relação com o projeto de desenvolvimento definido através do PE do Espírito Santo-2025, instituído pelo Governo do Estado.

**Tabela 3:** Valor adicionado por setores econômicos, por município (%)

Municípios	Ano 2006			Ano 2007			Ano 2008		
	Agropecuária	Indústria	Serviços	Agropecuária	Indústria	Serviços	Agropecuária	Indústria	Serviços
Alegre	23,28	10,02	66,69	19,28	13,26	67,46	18,30	14,12	67,58
Bom Jesus do Norte	4,61	23,57	71,81	4,67	21,57	73,75	5,57	20,35	74,09
Divino de São Lourenço	42,52	6,51	50,96	37,78	7,49	54,73	35,90	7,44	56,66
Dores do Rio Preto	35,69	14,20	50,11	33,83	14,25	51,92	31,13	14,33	54,54
Guaçuí	17,89	11,80	70,21	16,92	12,27	70,80	15,73	12,32	71,96
Ibatiba	30,42	7,45	62,14	25,64	8,70	65,65	25,64	7,98	66,37
Ibitirama	44,58	6,41	49,01	45,38	6,81	47,81	40,90	7,13	51,98
Irupi	47,76	6,49	45,75	41,91	7,49	50,60	36,74	7,60	55,66
Iúna	33,70	7,55	58,75	30,68	8,37	60,95	29,80	7,89	62,31
Muniz Freire	35,38	8,09	56,53	37,15	9,65	53,21	37,72	10,53	51,75
São José do Calçado	23,02	9,26	67,72	22,24	9,77	67,99	21,96	10,70	67,34

Fonte: IJSN - Coordenação de Economia e Desenvolvimento

**Tabela 3** Continua

Municípios	Ano 2009			Ano 2010			Ano 2011		
	Agropecuária	Indústria	Serviços	Agropecuária	Indústria	Serviços	Agropecuária	Indústria	Serviços
Alegre	17,26	13,25	69,49	17,28	11,84	70,89	17,07	8,82	74,12
Bom Jesus do Norte	4,77	17,27	77,95	4,62	17,73	77,65	5,00	15,87	79,13
Divino de São Lourenço	32,96	7,83	59,21	34,38	8,33	57,29	35,04	6,69	58,28
Dores do Rio Preto	26,78	14,70	58,51	24,08	15,41	60,51	25,68	11,48	62,85
Guaçuí	12,84	11,57	75,59	12,85	13,10	74,05	13,45	10,80	75,75
Ibatiba	20,32	8,11	71,57	16,96	9,46	73,58	22,68	7,21	70,11
Ibitirama	36,86	7,77	55,37	38,81	7,88	53,31	42,29	6,02	51,68
Irupi	37,99	7,31	54,70	32,10	8,17	59,73	37,07	5,28	57,65
Iúna	24,04	8,28	67,68	26,37	9,24	64,39	28,23	7,01	64,76
Muniz Freire	30,82	10,92	58,26	33,73	10,10	56,17	32,42	8,92	58,66
São José do Calçado	20,50	9,17	70,32	18,43	9,47	72,11	22,21	7,12	70,67

Fonte: IJSN - Coordenação de Economia e Desenvolvimento

Considerados os dados apresentados na Tabela 3, observou-se que entre os três setores prioritários da economia (agropecuária, indústria e serviços), o setor de serviços se tornou o de maior relevância para os municípios integrantes da microrregião do Caparaó, tendo apresentado um considerável crescimento no período de 2006 a 2011.

Verificou-se também que no período em questão o setor de serviços apresentou o maior volume de faturamento em todos os municípios, a exceção do município de Irupi, especificamente, no ano de 2006, quando a participação do setor agropecuário foi o mais expressivo em relação aos demais setores de atividades econômicas em estudo.

No referido período, cabe ressaltar que o município de Alegre apresentou um considerável crescimento do setor de serviços, evoluindo de 66,69% para 74,12%; em contrapartida apresentou também um reconhecido declínio em relação as atividades do setor agropecuário que de 23,28% no ano de 2006, passou a apresentar um percentual de 17,07% no ano de 2011. Acompanhando o movimento de retração, o setor relacionado às atividades industriais, no ano de 2006 foi de 10,0%, passando para 8,82% no ano de 2011.

O considerável crescimento do setor de serviços está diretamente relacionado à impulsão das atividades comerciais, rede de bancos, serviços de saúde pública e privada, eventos, além de outras atividades e serviços atrelados principalmente às demandas dos estudantes e servidores das instituições federais (Ifes e UFES), além das instituições públicas estaduais e municipais, em grande parte, responsáveis pela dinamização da economia dos municípios, em especial, no município de Alegre, conforme apontado na Tabela 3 sobre: Participação da Administração Pública no Valor Adicionado, por Municípios.

Nesse contexto, no município de Alegre, é possível reconhecer a intensa valorização do mercado imobiliário e de terras, com destaque para o enfoque especulativo do mercado rentista de imóveis para aluguéis residenciais, com práticas de preços abusivos em decorrência da pouca oferta e expressiva demanda.

### **3.4.5 Administração pública no contexto da economia local**

De acordo com dados da Tabela 4, em relação à Administração Pública, que abrange os serviços prestados pelas três esferas de governo, constata-se que sua participação no Valor Adicionado, durante o período de 2006-2011, cresceu na Microrregião do Caparaó, a uma média acima de 30%, exceto no município de Irupi e que ficou abaixo dos 30%.

**Tabela 4:** Participação da administração pública no valor adicionado, por municípios - 2006 a 2011 (%)

Nome do município	2006	2007	2008	2009	2010	2011
Alegre	31,57	32,72	32,69	33,40	36,72	38,11
Bom Jesus do Norte	34,03	36,68	34,71	37,30	39,05	39,24
Divino de São Lourenço	34,72	38,54	39,75	40,91	39,47	40,33
Dores do Rio Preto	27,08	31,64	33,52	33,45	36,08	30,24
Guaçuí	28,95	30,80	33,60	29,83	34,84	31,95
Ibatiba	30,98	35,33	32,40	30,16	34,54	32,91
Ibitirama	32,44	32,27	35,40	37,50	36,32	34,29
Irupi	24,65	28,86	30,12	31,52	34,67	22,87
Iúna	27,11	29,88	28,21	28,31	33,66	31,92
Muniz Freire	33,97	32,53	31,93	35,58	35,22	36,69
São José do Calçado	34,87	35,91	37,37	38,33	39,15	37,64

Fonte: IJSN - Coordenação de Economia e Desenvolvimento

### 3.4.6 Posição dos municípios em relação ao PIB estadual

A partir dos dados da Tabela 5, nota-se que a atividade econômica dos municípios é pouco expressiva no PIB estadual. Guaçuí aparece com a melhor participação da microrregião, com 0,29%. O município de Divino de São Lourenço apresenta o pior PIB da microrregião, com 0,4%, sendo o município com o PIB mais baixo em todo o Estado, sendo considerado o município mais pobre do Espírito Santo.

**Tabela 5:** Participação dos municípios no PIB estadual - 2006 a 2011

Nome do município	2006	2007	2008	2009	2010	2011
Alegre	0,34%	0,31%	0,30%	0,33%	0,30%	0,27%
Bom Jesus do Norte	0,10%	0,09%	0,09%	0,10%	0,09%	0,08%
Divino de São Lourenço	0,05%	0,05%	0,05%	0,05%	0,04%	0,04%
Dores do Rio Preto	0,09%	0,08%	0,07%	0,07%	0,07%	0,07%
Guaçuí	0,31%	0,29%	0,29%	0,35%	0,29%	0,29%
Ibatiba	0,23%	0,20%	0,22%	0,26%	0,23%	0,22%
Ibitirama	0,10%	0,10%	0,09%	0,10%	0,09%	0,09%
Irupi	0,15%	0,14%	0,13%	0,13%	0,13%	0,19%
Iúna	0,33%	0,30%	0,32%	0,35%	0,28%	0,28%
Muniz Freire	0,19%	0,20%	0,20%	0,21%	0,20%	0,17%
São José do Calçado	0,11%	0,10%	0,10%	0,11%	0,10%	0,10%

Fonte: IJSN - Coordenação de Economia e Desenvolvimento



### 3.4.7 PIB dos municípios no ranking estadual

O Estado é constituído por 78 municípios e os dados da Tabela 6 apresentam um ranking estadual do PIB por município; assim, constata-se que dos onze municípios que compõem a microrregião do Caparaó, cinco deles, Bom Jesus do Norte, Divino de São Lourenço, Dolores do Rio Preto, Ibitirama e São José do Calçado, estão entre os que apresentam a menor participação na composição do PIB estadual. Em especial, cabe destacar o município de Divino de São Lourenço, e em última posição, em todos os anos, no período de 2006 a 2011.

O município de Alegre se encontra o terceiro melhor PIB no ranking da microrregião, tendo, no entanto, apresentado um relativo declínio de 2006 a 2011, saindo da 30ª para a 37ª posição no respectivo período.

**Tabela 6:** PIB municipal – posição dos municípios no ranking estadual - 2006 a 2011

Nome do município	2006	2007	2008	2009	2010	2011
Alegre	30	32	31	32	32	37
Bom Jesus do Norte	70	72	72	71	72	72
Divino de São Lourenço	78	78	78	78	78	78
Dores do Rio Preto	73	75	76	77	76	74
Guaçuí	36	40	34	27	34	31
Ibatiba	45	48	44	43	45	42
Ibitirama	72	70	71	72	71	70
Irupi	58	62	60	62	59	49
Iúna	31	38	28	29	36	32
Muniz Freire	49	49	47	48	46	53
São José do Calçado	69	69	69	70	67	68

Fonte: IJSN - Coordenação de Economia e Desenvolvimento

Esse ranking corrobora com os dados apresentados na Tabela 7, apresentada a seguir, quando demonstra que a microrregião do Caparaó tem uma participação de apenas 1,8% no PIB estadual.

### **3.4.8 PIB das microrregiões de 1999 a 2011**

Em seu conjunto, a economia da microrregião do Caparaó ainda é pouco expressiva no Espírito Santo. Segundo a Agenda 21 (2006), “a dependência do setor primário e a pouca diversidade (basicamente café e pecuária) levam a uma maior instabilidade frente aos ciclos econômicos”, além do que se faz necessário considerar variáveis relacionadas “a quebras de safra e choques de oferta (redução/aumento no preço destes produtos)”.

Mesmo que de forma superficial, na análise e apreensão dos dados até então apresentados, o crescimento considerável do setor de serviços, com especial atenção para as atividades comerciais e do setor da administração pública dos municípios, está plenamente relacionados com o aumento da população urbana em detrimento ao declínio das atividades agropecuárias e agroindustriais, tendo em vista principalmente, a predominância da propriedade familiar e da pouca aderência à oferta de trabalho e empregos, a exemplo da cafeicultura e da pecuária.

Com efeito, é preciso considerar que a oferta de trabalho relacionado às atividades agropecuárias é sazonal, implicando diretamente o período de colheitas, sendo também importante considerar o crescimento do uso de máquina nesse processo de colheita, assim como a reduzida oferta de trabalho e emprego nas atividades relacionadas à pecuária e à silvicultura econômica, ou melhor, do eucalipto.

Apesar da população dessa microrregião representar 5% da população do Estado, a riqueza gerada nesta microrregião representa apenas 1,8% da riqueza total do PIB estadual. Através da Tabela 7, é possível verificar esses números, com dados comparativos entre a evolução do PIB das microrregiões estaduais, identificando o percentual de participação da microrregião do Caparaó em relação à economia do Estado.

**Tabela 7:** Participação das Microrregiões no PIB Estadual 2006 a 2011 (%)

Regiões	2006	2007	2008	2009	2010	2011
Metropolitana	63,5	64,7	64,5	64,7	63,2	59,4
Central Serrana	1,6	1,5	1,4	1,6	1,4	1,4
Sudoeste Serrana	1,8	1,8	1,7	1,8	1,7	1,6
Litoral Sul	4,2	5,1	7,0	6,3	9,4	13,7
Central Sul	5,5	5,0	4,6	5,1	4,7	4,4
<b>Caparaó</b>	<b>2,0</b>	<b>1,9</b>	<b>1,9</b>	<b>2,1</b>	<b>1,8</b>	<b>1,8</b>
Rio Doce	9,8	8,6	9,1	7,6	7,9	8,3
Centro-Oeste	4,2	4,3	4,0	4,4	3,9	4,0
Nordeste	5,3	4,8	3,8	4,1	4,0	3,5
Noroeste	2,2	2,3	2,0	2,2	2,0	1,9

Fonte: IJSN - Coordenação de Economia e Desenvolvimento

A economia da microrregião do Caparaó vem perdendo representatividade no PIB estadual, quando em 1999 a participação era de 3,01%, em 2003 passou para 2,04% e de acordo com os dados apresentados pela Tabela 7, o movimento de declínio prevaleceu, e em 2011, quando a microrregião apresentou um percentual de 1,8% no PIB estadual, sendo a terceira microrregião com o menor PIB do estado.

Conforme divulgado pela Agenda 21 (2006):

[...] o Caparaó Capixaba apresentou nos últimos anos um quadro de regressão devido à baixa diversificação e produtividade de sua base econômica somada à escassez de recursos humanos e infraestrutura. A superação deste quadro passa pelo adensamento das cadeias produtivas agropecuárias e urbanas e pelo desenvolvimento do capital humano regional.

Nesse contexto, cabe ressaltar a condição de bolsões de pobreza por estagnação econômica de quatro municípios da microrregião do Caparaó, a saber: Bom Jesus do Norte, Divino de São Lourenço, Dolores do Rio Preto e São José do Calçado. Tal situação confirma-se a partir dos dados apontados pelo Índice de Desenvolvimento Humano dos municípios.

### 3.4.9 IDH dos municípios da microrregião do Caparaó

Na década de 1990 quase todos os municípios da Microrregião do Caparaó estavam classificados na faixa de desenvolvimento como muito baixo. Apenas o município de Bom

Jesus do Norte esteve classificado como baixo. A partir dos dados da Tabela 8, o Índice de Desenvolvimento Humano Municipal na Microrregião do Caparaó vem apresentando um considerável aumento, permitindo reconhecer que em duas décadas, a maioria dos municípios ficaram classificados na posição de IDH médio.

Contudo, ressalta-se que os municípios de Alegre e Bom Jesus do Norte estão classificados como alto IDH, na faixa de desenvolvimento. Em especial, verifica-se a evolução do IDH município de Alegre que entre o período de 1991 e 2010, apresentou um considerável salto, sendo importante também considerar a predominância de estudantes universitários atraídos pelas instituições de ensino federal, além dos servidores públicos e terceirizados atuantes nestas instituições públicas.

**Tabela 8:** IDH - municipal do Espírito Santo 1991, 2000 e 2010

Município	IDHM 1991	IDHM 2000	IDHM 2010
Alegre	0,469	0,616	0,721
Bom Jesus do Norte	0,510	0,622	0,734
Divino de São Lourenço	0,352	0,470	0,632
Dores do Rio Preto	0,406	0,570	0,654
Guaçuí	0,487	0,599	0,703
Ibatiba	0,374	0,542	0,647
Ibitirama	0,356	0,483	0,622
Irupi	0,315	0,486	0,637
Iúna	0,371	0,531	0,666
Muniz Freire	0,399	0,540	0,645
São José do Calçado	0,461	0,608	0,688

Fonte: Atlas do Desenvolvimento Humano no Brasil  
Instituto Jones dos Santos Neves - IJSN

### 3.5 Diretrizes do Plano de Desenvolvimento para a Microrregião do Caparaó

Uma vez identificado o perfil socioeconômico dos municípios integrantes da Microrregião do Caparaó, para a compreensão dos processos relacionados à atuação dos mais diversos agentes responsáveis pela (re)produção do espaço, caberá reconhecer o histórico papel dos mesmos, em especial o do Ifes – *Campus* de Alegre, no contexto da elaboração e

implementação das diretrizes do atual Plano de Desenvolvimento para posterior análise e considerações finais.

Com efeito, dentre as estratégias enumeradas pelo Plano de Desenvolvimento, bem como, seus projetos estruturantes, necessário se faz destacar as peculiaridades e singularidades relacionadas à formação política, socioeconômico e cultural dos municípios integrantes da microrregião do Caparaó, para assim, tornar possível uma melhor apreensão sobre as diretrizes apontadas com vista a pretendida visão de futuro para 2025.

Conforme apontado no Plano de Desenvolvimento Espírito Santo 2025 (2006, p. 71) a visão de futuro para a Microrregião Caparaó consiste:

[...] a melhoria dos indicadores sociais e econômicos será decorrente da expansão do agroturismo, do desenvolvimento de atividades, como a floricultura e a aquicultura, e de uma política de maior integração econômica com o norte do Rio de Janeiro, em especial, com o sul de Minas Gerais. No bojo da melhoria do sistema logístico endógeno e da emergência de novos padrões de governança pública, que se dá em todo o Estado, a gestão ambiental mais orientada para resultados concretos tem como principais resultados a recuperação das áreas de conservação ambiental e o estancamento do processo de desertificação em toda a região.

Para o alcance do futuro desejado o Plano de Desenvolvimento Espírito Santo 2025, apresenta a estratégia de desenvolvimento por meio da implementação de uma Carteira de Projetos Estruturantes. Com relação aos 93 projetos estruturantes, mencionados anteriormente, importa ressaltar os objetivos e escopos daqueles que contemplam a Microrregião do Caparaó, conforme Anexo 2.

Seguindo a mesma metodologia do Plano de Desenvolvimento Espírito Santo 2025, também foi elaborado o Plano Estratégico de Desenvolvimento da Agricultura Capixaba (NOVO PEDEAG 2007/2025), contendo diretrizes e estratégias estritamente relacionadas ao seguinte diagnóstico:

[...]

1<sup>o</sup> Sob a ótica do desenvolvimento social, medido pelo Índice de Desenvolvimento Humano (IDH), verifica-se que essa região se apresenta com desempenho inferior à média do Estado, influenciado muito mais pela variável educação do que pelo nível de renda ou expectativa de vida. Deriva desta constatação preliminar, que investimentos em educação e qualificação para o trabalho nas próprias atividades regionais, particularmente na agropecuária, poderão melhorar significativamente o IDH regional (cálculo do IDH regional elaborado pelo Instituto Futura), com especial atenção para os municípios de Divino do São Lourenço, Dolores do Rio Preto, Ibatiba, Ibitirama e Irupi.

2º A pecuária bovina ocupa 43% do solo, o café 19%, outras culturas 4%, representadas pela olericultura, floricultura, fruticultura, culturas alimentares e criação de pequenos animais e, finalmente a silvicultura, representa predominantemente pelo plantio de eucalipto ocupa 2%. Verifica-se que 21% do solo do Caparaó não têm ocupação definida, o que incorpora as áreas com afloramentos rochosos, terras não utilizadas, estradas e leitos de rios e córregos da região.

3º A estrutura agrária e as características da população rural da região apresentam fortes traços da agricultura de base familiar, sendo que mais de 86% das propriedades possuem dimensões de até 50 hectares, das quais metade tem áreas de até 10 hectares.

4º A população rural da região, nas últimas décadas, vem sofrendo declínio em relação à população urbana, sendo que, a partir de 1980, apresentou percentuais menores do que a urbana.

5º Analisando os dados de produção da agricultura familiar da região, constata-se que 57,5% das propriedades de base familiar contribuem com um baixo percentual da produção, ou seja, 12,67%, o que reforça os indícios de um elevado percentual de pobreza e aponta para a necessidade de políticas públicas diferenciadas para este grupo de produtores, particularmente para os não integrados ao mercado e os beneficiários do crédito fundiário e da reforma agrária.

Quanto aos investimentos previstos para o período de 2009-2014, conforme Quadro 2 a seguir apresentado, a microrregião do Caparaó encontra-se na 9ª posição em relação à previsão de investimentos para o citado período, assim discriminado:

**Quadro 2** – Investimentos previstos para 2009-2014 (microrregião Caparaó)

CNAE	Classificação	Milhões R\$	Part %
40	Eletricidade, gás e água quente	307,2	56,8
45	Construção	138,7	25,6
80	Educação	76,5	14,1
41	Captação, tratamento e distribuição de água	11,5	2,1
85	Saúde e serviços sociais	3,5	0,7
15	Fabricação de produtos alimentícios e bebidas	2,6	0,5
21	Fabricação de celulose, papel e produtos de papel	1,3	0,2
Total		541,2	100,0

Fonte: Bandes, Invest-ES, Seama-IEMA, Sedes, Sedu, Sesa, Sedub, Setop, Aderes, Cesan, Siges, Iopes, Ifes-ES, Der-ES, Geres, Pac, Petrobrás, Jornais e revistas.

Elaboração: Rede de Estudos Macroeconômicos (MACROL)/CEE-IJSN.

Ainda conforme os referidos Estudos Macroeconômicos (IJSN), em relação aos investimentos previstos é preciso considerar que, na sua totalidade, são investimentos que não estão diretamente relacionados ao histórico da dinâmica econômica da microrregião do Caparaó, movimentada pela atividade agropecuária e agroindústria em visível decadência. A microrregião encontra-se na 9ª posição em relação aos investimentos previstos no âmbito estadual, sendo que entre as 10 microrregiões que dividem o Estado, a do Caparaó, absorve

“cerca de R\$541,2 milhões. Dentro dessa microrregião, 56,8% dos investimentos estão previstos para a atividade de eletricidade, gás e água quente, com a construção de duas PCHs e uma linha de transmissão de energia. Também são previstos investimentos em construção (25,6%), com a edificação de casas populares em vários municípios e a reabilitação de rodovias; na educação estão previstos R\$ 76,5 milhões em investimentos e R\$ 11,5 milhões na melhoria no sistema de abastecimento de água e coleta de esgoto. (Estudos econômicos, IJSN, 2010, p.58).

Neste contexto, uma vez destacados os principais aspectos socioeconômicos da microrregião do Caparaó, os referidos dados e informações serão relacionados com as informações e dados coletados e tratados a partir dos instrumentos de pesquisa aplicados junto a diversos agentes, por sua vez relacionados à dinâmica socioeconômica da microrregião do Caparaó.

A partir dos referidos dados e informações coletados, tratados e devidamente analisados, buscar-se-á reconhecer o papel do Ifes - *Campus* de Alegre no contexto da dinâmica socioeconômica da microrregião do Caparaó, também através das diretrizes apontadas no Plano de Desenvolvimento Espírito Santo 2025.

## **CAPITULO IV - ANÁLISES SOBRE O PAPEL DO IFES-CAMPUS DE ALEGRE NO CONTEXTO SOCIECONÔMICO DA MICRORREGIÃO DO CAPARAÓ.**

Tendo como objetivo principal: analisar o papel do Ifes - *Campus* de Alegre no contexto da dinâmica socioeconômico da microrregião do Caparaó na condição de unidade de planejamento, o esforço de análise, então pretendido, acompanha o movimento de estruturação do presente trabalho, que parte inicialmente da busca pela compreensão sobre o processo de (re)produção do espaço na perspectiva de sua organização e estruturação, neste particular, a microrregião do Caparaó, tendo o Estado enquanto principal agente de atuação.

Na sequência, destacou-se a importante atuação do Estado na definição e implantação das políticas públicas de educação com ênfase na proposta de educação rural, em sua relação com os setores produtivos pautados na teoria do capital humano consubstanciada aos pressupostos da Revolução Verde.

Assim articulado, a reflexão teórico conceitual sobre o planejamento enquanto instrumento de poder e os espaços e subespaços, neste particular, a microrregião do Caparaó-ES, enquanto unidade de planejamento, remete à compreensão sobre os aspectos socioeconômicos e sua relação com o movimento de organização e reestruturação do espaço em diferentes escalas.

Nessa perspectiva metodológica de estudo, o reconhecimento do papel do Ifes - *Campus* de Alegre tornar-se-á possível a partir dos dados e informações coletados através dos instrumentos de pesquisa. Os questionários com perguntas estruturadas e semiestruturadas foram respondidos pelos alunos formandos de 2014 e coordenadores de cursos do Ifes - *Campus* de Alegre, por representantes dos sindicatos rurais dos municípios integrantes da microrregião do Caparaó, por representante do Incaper, além de outros agentes.

Após a tabulação e tratamento dos referidos dados e informações coletados, os mesmos foram relacionados aos dados e informações sobre a dinâmica socioeconômica da microrregião do Caparaó, divulgados pelo Censo 2010-IBGE, como também às diretrizes apontadas pelo Plano de Desenvolvimento Espírito Santo 2025.

No curso do tratamento dos dados e informações, por sua vez, correlacionados, buscar-se-á dar visibilidade não apenas ao papel do Ifes - *Campus* de Alegre enquanto instituição de ensino na perspectiva utilitarista de formação de mão-de-obra para suprir as possíveis demandas do mercado de trabalho, mas, principalmente, à sua real capacidade de



formação de cidadãos capazes de se perceber enquanto agentes ativos, conscientes e sensibilizados para transformar a realidade em suas contradições.

Antes de expor os dados e informações coletados através dos instrumentos de pesquisas, serão destacadas algumas categorias especificamente definidas para uma melhor compreensão do movimento de análise e apreensão pretendidas através do presente trabalho.

#### **4.1 Quanto aos cursos oferecidos pelo Ifes – *Campus* de Alegre e sua relação com os dados e informações socioeconômicos da microrregião do Caparaó**

##### **4.1.1 Dos cursos técnicos: estruturação**

Em se tratando da Educação Básica e curso Técnico, no período de 2006 a 2008, o Ifes – *Campus* de Alegre ofertava os Cursos Técnicos em Agroindústria e Agropecuária de forma concomitante interna (Ensino Médio na própria escola) e concomitante externa (Ensino Médio em outra escola). Portanto, em ambos os casos, os alunos possuíam duas matrículas, uma no Ensino Médio e outra no Ensino Técnico.

A não vinculação do Ensino Médio aos Cursos Técnicos ofertados resultou no expressivo movimento de evasão verificada nos cursos técnicos no período de 2006 a 2008 (conforme verificado no Quadro 3 a seguir apresentado:

**Quadro 3** Cursos Técnicos ofertados por ano: ingressantes e concluintes

Ano	Curso	Ingressantes	Concluintes
2006	Agropecuária Concomitância interna*	108	82
	Agropecuária Concomitância externa*	47	26
	Agroindústria Concomitância interna	30	19
	Cafeicultura Subsequente	23	19
	Informática Subsequente	28	18
2007	Agropecuária Concomitância interna *	111	84
	Agropecuária Concomitância externa*	34	22
	Agroindústria Concomitância interna	35	28
	Informática Subsequente	28	19
	Informática Integrado ao Ens. Médio - Proeja	35	17
	Cafeicultura Subsequente	29	20
2008	Informática Integrado ao Ens. Médio - Proeja	35	17
	Agropecuária Concomitância interna*	110	76
	Agropecuária Concomitância externa*	35	22
	Agroindústria Concomitância interna	21	17
	Cafeicultura Subsequente	33	13
	Informática Subsequente	28	17
2009	Informática Subsequente	38	26
	Agroindústria Integrado ao Ens. Médio - Proeja	34	18
	Agropecuária Concomitante	35	11
	Cafeicultura Subsequente	30	18
	Agropecuária Integrado ao Ensino Médio	111	84
	Agroindústria Integrado ao Ensino Médio	35	29
2010	Agroindústria Integrado ao Ens. Médio - Proeja	35	11
	Agropecuária Integrado ao Ensino Médio	111	87
	Agropecuária Concomitante	32	18
	Agroindústria Integrado ao Ensino Médio	35	31
	Informática Subsequente	37	25
2011	Agroindústria Integrado ao Ens. Médio - Proeja	37	7
	Agropecuária Integrado ao Ensino Médio	120	98
	Agropecuária Concomitante	14	7
	Agroindústria Integrado ao Ensino Médio	40	22
	Suporte e Manutenção de Informática Integrado ao Ensino Médio- Proeja	34	9
2012	Suporte e Manutenção de Informática Integrado ao Ensino Médio - Proeja	40	14
	Agropecuária Integrado ao Ensino Médio	135	79
	Agropecuária Concomitante externa	19	11
	Agroindústria Integrado ao Ensino Médio	45	32

Fonte: Sistec e Arquivos da Coordenadoria de Registro Acadêmico dos Cursos Técnicos

A partir da situação de evasão constatada, os cursos técnicos em agropecuária e agroindústria passaram a ser ofertados na modalidade de técnico integrado ao ensino médio, de acordo com o estabelecido no Decreto nº 5154/2004, condição que não foi capaz de responder de forma efetiva aos pressupostos da politécnica.<sup>47</sup> No sentido de superação da visão reducionista da formação educacional descolada da profissionalizante na perspectiva instrumental e utilitarista.

Não correspondendo aos anseios esperados quanto à redução da evasão escolar, ainda conforme dados apontados no referido quadro, entre os anos de 2009 e 2012, manteve-se a média de 20% de alunos evadidos dos cursos técnicos integrados em agropecuária e agroindústria, sendo que, no ano de 2012, a taxa de evasão chegou a 38%.

Também se faz necessário considerar que, mesmo diante da citada modalidade implementada a partir de 2009, observou-se o progressivo esvaziamento do curso concomitante (externa) em agropecuária, ainda mantido, porém não mais ofertado a partir de 2015.

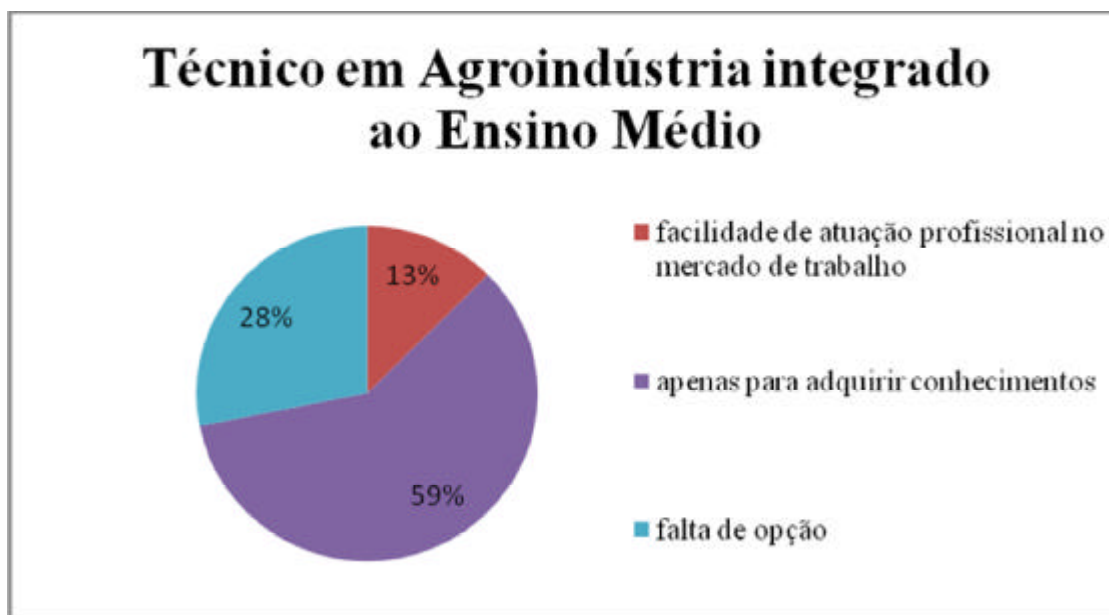
Sobre a importância dos cursos técnicos de nível médio ofertado pelo Ifes – *Campus* de Alegre, verificou-se que, através das informações coletadas na pesquisa realizada junto aos alunos das turmas de 3ª séries do ano de 2014, no que se refere à motivação para escolha dos cursos ofertados:

- do total de 32 alunos do curso técnico em agroindústria integrado ao ensino médio entrevistados, 59% , ou seja 19 alunos, afirmaram que o interesse principal foi de apenas adquirir conhecimentos;
- outros 28% , ou seja 9 alunos, disseram obrigados a matricular devido à falta de opção, e
- outros 13% , ou seja 4 alunos disseram ter matriculado nos cursos do ensino médio integrado devido à facilidade de atuação profissional, conforme demonstrado no Gráfico 1.

---

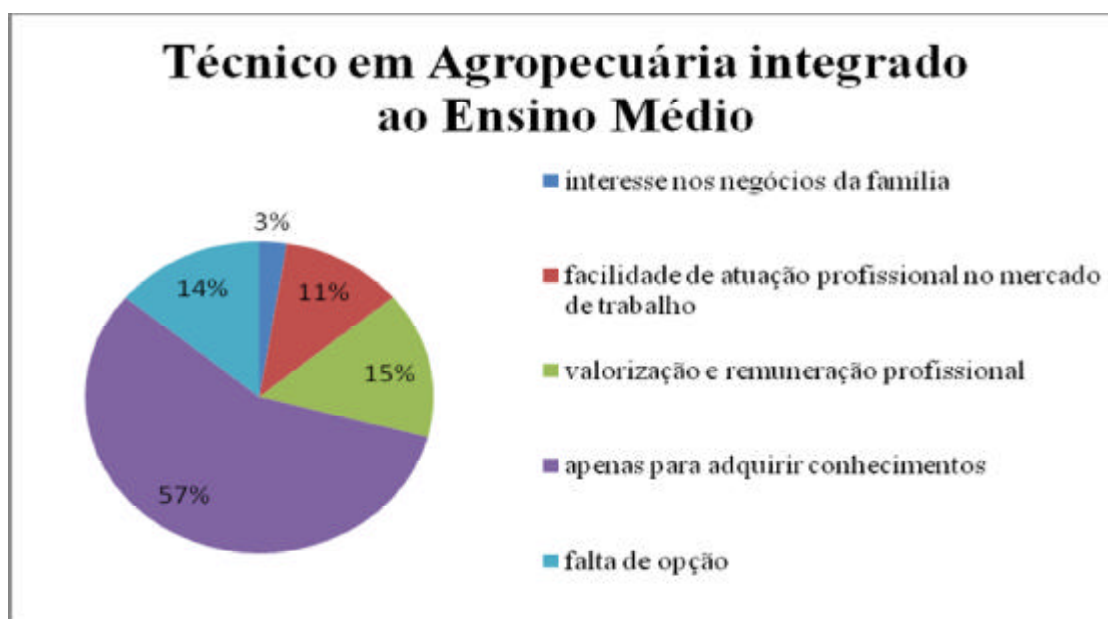
<sup>47</sup> O debate travado na década de 1980, sobre a possibilidade de uma formação básica que superasse a dualidade entre cultura geral e cultura técnica, introduziu na história da educação brasileira o conceito de politécnia. Ainda hoje, Saviani (2003) alerta que esse conceito não pode ser compreendido a partir de sem significado literal. Politécnia diz ele: [...] significaria múltiplas técnicas, multiplicidade de técnicas, e daí o risco de se entender esse conceito como a totalidade das diferentes técnicas, fragmentadas, autonomamente consideradas. A proposta da profissionalização do ensino de segundo grau da Lei n.5.69271, de certa forma, tendia a realizar um inventário das diferentes modalidades de trabalho, das diferentes habilitações, como a lei chama, ou das diferentes especialidades [...]. A noção de politécnica não tem nada a ver com este tipo de visão. Politécnia diz respeito ao domínio dos fundamentos científicos das diferentes técnicas que caracterizam o processo de trabalho produtivo moderno. Está relacionada aos fundamentos das diferentes modalidades de trabalho e tem como base determinados princípios, determinados fundamentos, que devem ser garantidos pela formação politécnica. (FRIGOTTO, G; CIAVATTA, M; RAMOS, M., 2012, p. 41-42)

**Gráfico 1** Motivação para fazer o Curso



- no curso técnico em agropecuária integrado ao ensino médio, do total de 79 entrevistados, 57% , ou seja 45 alunos afirmaram que o interesse principal foi de apenas adquirir conhecimentos;
- outros 15%, ou seja 12 alunos disseram fazer o curso devido à possibilidade de valorização e remuneração profissional, e
- outros 14% , ou seja 11 alunos responderam fazer o curso por falta de opção;
- outros 11%, ou seja 9 alunos disseram fazer o curso devido à facilidade de atuação profissional no mercado de trabalho e,
- outros 3%, ou seja 02 alunos disseram optar pelo curso devido ao interesse nos negócios da família, conforme demonstrado no Gráfico 2.

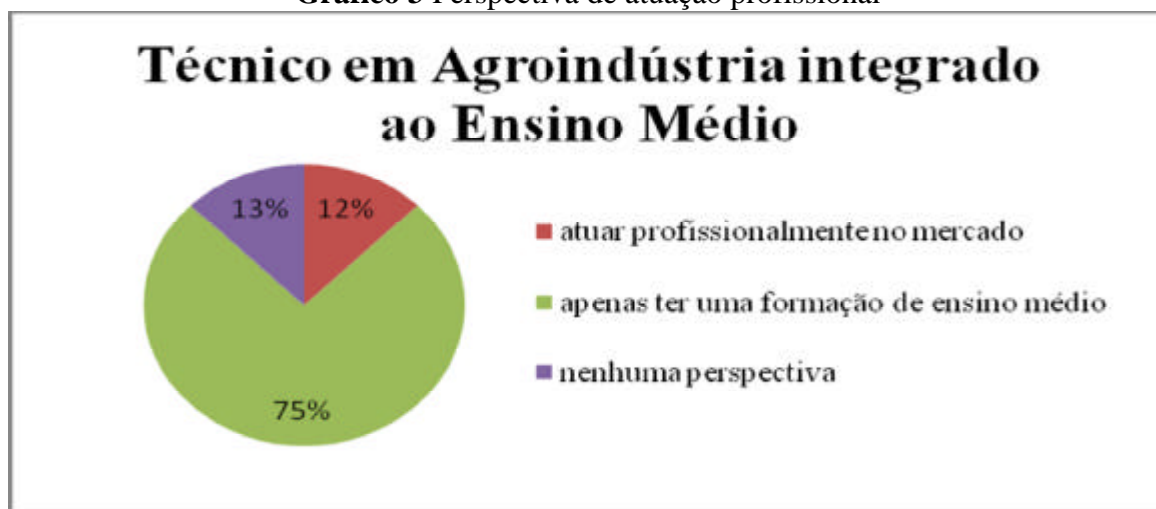
**Gráfico 2** Motivação para fazer o Curso



A partir dos dados e informações apresentados, verificou-se a preponderância do quantitativo (em percentual) de alunos da área urbana sobre a área rural, qual seja: 82% dos 79 alunos matriculados no curso técnico em agropecuária e 78% dos 32 alunos matriculados no curso técnico em agroindústria. Cabe ressaltar que esta tendência já foi verificada durante a década de 1990, quando do resultado dos estudos realizados pelo SENETE (apresentado na página 49 dessa dissertação).

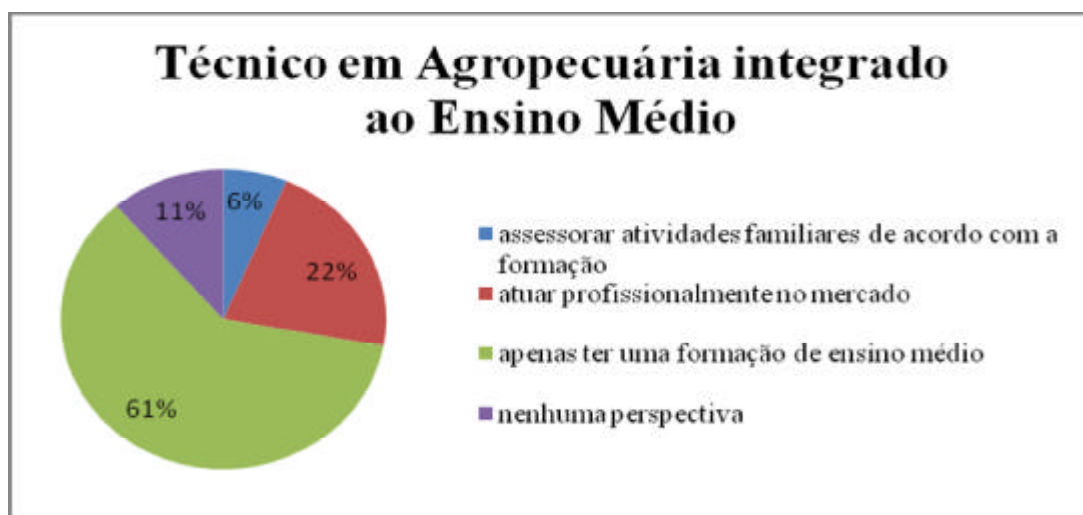
Tal afirmativa coaduna com a resposta referente à perspectiva de atuação profissional com a conclusão do curso, quando prevalece o interesse na formação do ensino médio e não nos cursos técnicos ofertados pelo Ifes – *Campus* de Alegre. Do total de 32 alunos da turma de 3ª série entrevistados (curso de agroindústria), 75%, ou seja 24 alunos declararam buscar apenas a formação de ensino médio; outros 12% , ou seja 4 dos alunos entrevistados, disseram buscar atuar profissionalmente no mercado e outros 13%, ou seja 4 dos alunos entrevistados disseram fazer o curso sem nenhuma perspectiva, conforme Gráfico 3, a seguir apresentado:

**Gráfico 3** Perspectiva de atuação profissional



Quanto aos alunos das turmas de 3ª série do curso de agropecuária, do total de 79 alunos respondentes, 61%, ou seja 48 alunos declararam buscar apenas a formação de ensino médio; outros 22%, ou seja 17 alunos disseram ter expectativas de atuação profissional no mercado de trabalho; outros 11% , ou seja 9 dos alunos entrevistados, disseram não ter nenhuma perspectiva e outros 6% , ou seja 5 dos alunos entrevistados disseram fazer o curso para assessorar atividades familiares, conforme apontado pelo Gráfico 4, a seguir apresentado:

**Gráfico 4** Perspectiva de atuação profissional



Em se tratando de projetos de pesquisa e extensão, do total de 79 alunos do curso Técnico de Agropecuária, apenas 11%, ou seja, 9 dos alunos disseram estar envolvidos com projetos de pesquisa. Já no curso Técnico em Agroindústria, do total de 32 entrevistados, 9%, ou seja 3 dos alunos disseram estar envolvidos em algum projeto. Tal situação revela o

excesso de carga horária de estudos nas disciplinas do curso técnico e do núcleo comum, inviabilizando maior envolvimento de alunos em atividades de pesquisa e de extensão.

Ainda sobre os cursos técnicos integrados, importante se faz destacar a considerada evasão registradas na modalidade PROEJA, conforme Quadro 4 a seguir apresentado.

**Quadro 4** Cursos Técnicos, modalidade Proeja, ofertados por ano: ingressantes e concluintes

<b>Ano</b>	<b>Curso</b>	<b>Ingressantes</b>	<b>Concluintes</b>
<b>2007</b>	Informática Integrado ao Ensino Médio - Proeja	35	17
<b>2008</b>	Informática Integrado ao Ensino Médio - Proeja	35	17
<b>2009</b>	Agroindústria Integrado ao Ensino Médio - Proeja	34	18
<b>2010</b>	Agroindústria Integrado ao Ensino Médio - Proeja	35	11
<b>2011</b>	Agroindústria Integrado ao Ensino Médio - Proeja	37	7
	Suporte e Manutenção de Informática Integrado ao Ensino Médio- Proeja	34	9
<b>2012</b>	Suporte e Manutenção de Informática Integrado ao Ensino Médio - Proeja	40	14
<b>2013</b>	Agroindústria Integrado ao Ensino Médio – Proeja	10	Em curso 5

Fonte: Sistec e Arquivos da Coordenadoria de Registro Acadêmico do Ensino Técnico

Além das consideráveis taxas de evasão e do reduzido número de concluintes, cabe ressaltar que, mesmo se tratando da 3ª microrregião mais pobre do Espírito Santo, o PROEJA deixou de ser ofertado a partir do ano de 2014, oportunidade em que muitos alunos deixaram de ter o curso como possibilidade de escolarização.

Também os cursos Técnicos subsequentes: Técnico em Cafeicultura, em 2006 apresentaram uma taxa de evasão correspondente a 17,39%, cabendo ressaltar que no ano de 2009 este percentual atingiu 60%. A partir de 2010, o referido curso deixou de ser oferecido com a implantação do Curso Superior de Tecnologia em Cafeicultura.

No ano de 2006, o Curso Técnico em Informática, na modalidade subsequente, apresentou taxa de evasão correspondente a 37,71%; já no ano de 2010, esse número foi reduzido para 32,43%; sendo que em 2011, passou a ser ofertado o Curso Superior de Tecnologia em Análise e Desenvolvimento de Sistemas.

No entanto, no ano de 2015, desconsiderando a demanda existente, o mencionado curso deixou de ser ofertado no noturno, horário destinado ao atendimento do público envolvido em atividades de trabalho durante o dia.

#### 4.1.2 Dos cursos superiores

A partir de 2006, com a não oferta do Curso Técnico de Aquicultura subsequente, o Ifes – *Campus* de Alegre, passou ofertar o Curso Superior de Tecnologia em Aquicultura sendo extinto em 2012; na sequência, já no ano de 2013, foi implantado o novo Curso de Engenharia em Aquicultura, na modalidade de bacharelado.

Tendo em vista que a primeira turma do Curso de Engenharia em Aquicultura irá concluir o curso apenas no final do ano de 2017, dos 40 alunos matriculados, os 13 alunos frequentes não foram entrevistados.

Quanto ao Curso Superior de Tecnologia em Aquicultura, extinto em 2012, foram entrevistados os últimos quatro alunos formandos em 2014, bem como os alunos concluintes dos Cursos Superiores de Tecnologia em Cafeicultura, Tecnologia em Análise e Desenvolvimento de Sistemas e Licenciatura em Ciências Biológicas, que apresentaram as seguintes respostas:

Sobre a motivação para fazer o curso:

**Quadro 5** Respostas dos alunos dos cursos superiores

O que levou você a fazer o curso?	Aquicultura	Cafeicultura	TADS	Ciências Biológicas	Total
Interesse nos negócios da família	0	01	01	01	03
Facilidade de atuação profissional no mercado de trabalho	0	05	07	13	25
Valorização e remuneração profissional	04	02	04	08	18
Apenas para adquirir conhecimentos	0	0	0	02	02
Falta de opção	0	02	01	04	07



Sobre a expectativa profissional ao concluir o curso:

**Quadro 6** Respostas dos alunos dos cursos superiores

Qual a sua expectativa profissional com a conclusão do curso?	Aquicultura	Cafeicultura	TADS	Ciências Biológicas	Total
Assessorar nas atividades familiares de acordo com a formação	1	0	0	0	01
Atuar profissionalmente no mercado	04	09	09	07	29
Apenas ter uma formação	0	0	04	01	05
Nenhuma perspectiva	0	01	0	0	01

A partir de informações do Setor de Registro Acadêmico do Ensino Superior do Ifes - *Campus* de Alegre, no Curso de Tecnologia em Análise e Desenvolvimento de Sistemas, dos 83 alunos matriculados entre 2011 e 2012, apenas 13 alunos concluíram o curso até a presente data.

Outrossim, no Curso de Tecnologia em Cafeicultura, dos 107 alunos matriculados no período de 2010 a 2012, apenas 32 alunos concluíram o curso.

Já no curso de Licenciatura em Ciências Biológicas, no período de 2010 a 2012, dos 142 alunos matriculados, apenas 28 alunos concluíram o curso.

Verificou-se que a partir dos dados apontados há um considerável índice de não concluintes, quantitativo esse que pode estar relacionados tanto com a evasão, quanto a retenção ou mesmo desistência dos cursos.

Na contramão das demandas sociais da microrregião do Caparaó, cabe ressaltar que a partir de 2015, mesmo considerando a existência de demanda, o Curso de Licenciatura e Bacharelado em Ciências Biológicas também deixou de ser ofertado no período noturno.

#### **4.2 Dos Gestores de Ensino, Pesquisa e Extensão**

Para se ter uma visão, mesmo que pontual sobre o papel do Ifes - *Campus* de Alegre no contexto da dinâmica socioeconômica da microrregião do Caparaó, importante se faz considerar a análise dos dados e informações relacionadas à motivação de alunos para matrícula nos cursos ofertados, tendo como contraponto a expressiva taxa de evasão verificada principalmente nos cursos técnicos integrados; também é preciso considerar a progressiva redução dos percentuais referentes à participação dos setores da agropecuária e da

indústria na composição do PIB da citada microrregião, conforme apontado pelo Censo 2010-IBGE.

Outrossim, cabe também destacar a expectativa de atuação profissional com a conclusão dos cursos, oportunidade em que, considerável número de alunos matriculados, principalmente nos cursos técnicos integrados, declararam não ter nenhuma perspectiva quanto à formação profissional; nesse ínterim é importante também considerar a sobreposição do número de alunos urbanos sobre os alunos oriundos da área rural.

Nessa perspectiva, ainda sobre o esforço de análise pretendida, através dos instrumentos de pesquisas com dados e informações apresentadas pelos 10 servidores responsáveis pelos setores de ensino, pesquisa e extensão do Ifes - *Campus* de Alegre, quando consultados sobre as ações de planejamento da microrregião do Caparaó e interlocução com os mais diferentes agentes, constatou-se que:

**Quadro 7** Respostas Gestores do Ifes - *Campus* de Alegre

Perguntas	Respostas	
	Sim	Não
1- Você conhece o Plano de Desenvolvimento Espírito Santo 2025?	5	5
2-Você tem informação sobre a participação do Ifes – <i>Campus</i> de Alegre nas etapas de discussão e aprovação do Plano de Desenvolvimento Espírito Santo 2015 para a microrregião do Caparaó?	5	5
3-É de seu conhecimento existir interlocuções entre o Ifes – <i>Campus</i> de Alegre e as instituições dos setores produtivos, socioculturais educativas e ambientais na microrregião do Caparaó?	8	2

#### **4.3 Dos Gestores do Sindicato dos Trabalhadores Rurais, INCAPER**

Considerando o perfil dos cursos ofertados pelo Ifes-*Campus* de Alegre e a alegada relação com as necessidades dos produtores, na sua maioria de base familiar, como também as ações de planejamento dito participativo, sobre os dados e informações coletadas junto aos representantes dos sindicatos de trabalhadores rurais dos 11 municípios integrantes da referida microrregião, constatou-se que;

**Quadro 8** Respostas dos gestores dos Sindicatos dos Trabalhadores Rurais

Perguntas	Respostas	
	Sim	Não
1-Existe algum canal de interlocução com o Ifes/Alegre?	1	10
2-O Sindicato participa de algum projeto de pesquisa e extensão do Ifes/Alegre?	0	11
3-Na perspectiva de desenvolvimento da microrregião do Caparaó, você tem alguma outra proposta de novos Cursos ou serviços que o Ifes/Alegre poderia oferecer?	7	4
4-Você tem conhecimento do Plano de Desenvolvimento Espírito Santo 2025, para a Microrregião no período de 2006 a 2025?	3	8
5-Vocês participaram da discussão e elaboração do Plano de Desenvolvimento Espírito Santo 2025?	1	10

Outrossim, sobre a interlocução do Ifes - *Campus* de Alegre e também sobre a participação na elaboração do Planejamento Estratégico, representantes do Instituto Capixaba de Pesquisa, Assistência Técnica e Extensão Rural - Incaper nos municípios da microrregião do Caparaó, apresentaram suas respostas para as seguintes perguntas:

**Quadro 9** Respostas dos gestores do INCAPER

Perguntas	Respostas	
	Sim	Não
1-Existe algum canal de interlocução com o Ifes/Alegre?	8	3
2-O INCAPER participa de algum projeto de pesquisa e extensão do Ifes/Alegre?	0	11
3-Na perspectiva de desenvolvimento da microrregião do Caparaó, você tem alguma outra proposta de novos Cursos ou serviços que o Ifes/Alegre poderia oferecer?	10	1
4-Você tem conhecimento do Plano de Desenvolvimento Espírito Santo 2025, para a Microrregião no período de 2006 a 2025?	11	0
5-Vocês participaram da discussão e elaboração do Plano de Desenvolvimento Espírito Santo 2025?	5	6

#### **4.4 Sobre a relação dos cursos ofertados, das atividades de pesquisa e extensão com o contexto socioeconômico da microrregião do Caparaó**

Mediante o esforço de buscar compreender a relação do Instituto Federal do Espírito Santo - *Campus* de Alegre com o contexto da dinâmica socioeconômica da microrregião do Caparaó, foram elaborados questionários com perguntas estruturadas e semiestruturadas destinados aos coordenadores dos cursos oferecidos pela instituição, além da diretoria de ensino e de pesquisa, pós-graduação e extensão do Campus.

Quando interrogados sobre os cursos oferecidos e suas relações com as demandas dos setores produtivos em evidência, além de outros setores de interesses para o desenvolvimento da microrregião, do total de 10 respondentes, apenas dois disseram que os cursos técnicos e superiores não contemplam as relações apontadas pela questão apresentada.

Para a maioria dos respondentes a relações entre cursos ofertados e demandas da região se justifica no âmbito da “missão do Ifes” qual seja: “promover educação profissional e tecnológica de excelência, por meio do ensino, pesquisa e extensão, com foco no desenvolvimento humano sustentável”.

Nas considerações apresentadas pelos respondentes, também foram enfatizados aspectos positivos relacionados à demanda de alunos para os cursos, em especial agropecuária e agroindústria, quando foi apontada a necessidade dos seguintes ajustes: reformulação da grade curricular, realização de aulas práticas e aprimoramento de estágios obrigatórios para alunos.

Ainda conforme apontamentos por alguns dos respondentes, a justificativa pelas respostas apresentadas está fundamentada na importante oferta de cursos técnicos nas áreas de cafeicultura e tecnologia (informática), com considerável índice de geração de renda e empregabilidade dos egressos.

No entanto, sem considerar a realidade, cujos dados de pesquisa apontam para a predominância de alunos da área urbana e o expressivo número de alunos desinteressados pela formação técnica, para muitos dos respondentes (coordenadores de cursos), a oferta de cursos nas áreas de agricultura e pecuária é importante num contexto de predominância da produção agropecuária de base familiar.

Contudo, para os respondentes que não reconhecem relações entre a oferta de cursos e as demandas dos setores produtivos tradicionais, assim como para o desenvolvimento da microrregião, cabe destacar as seguintes considerações:

“...se as ementas dos cursos fossem elaboradas e seguidas conforme levantamento prévio da demanda dos setores produtivos e de interesse, principalmente aquelas

levantadas pelo Plano Estratégico de Desenvolvimento Agricultura Capixaba (novo PEDEAG), seria necessário a criação de inúmeros cursos, nos diferentes níveis, para atender a região. Considerando que o princípio vocacional do Campus está direcionado, basicamente, para a área agrária, mas que não atende o desenvolvimento do Caparaó, pois a grade curricular ainda emprega embasamentos do agronegócio, com uma produção a qualquer custo, alta dependência externa de insumos químicos, sem estudos dos impactos antrópicos no solo e na biodiversidade local (W. L. em outubro de 2014).

Ainda sobre as considerações apontadas pelos respondentes, algumas delas permitem reconhecer o comprometimento das propostas de cursos ofertados no contexto da dinâmica socioeconômica da microrregião do Caparaó:

“Vários estudos comprovam a ineficácia deste modelo de produção e, por se tratar de uma área de preservação deveriam ser elucidados estudos voltados para a sustentabilidade, diversificação de cultivos e renda, preservação ambiental, agroturismo, dentre outros, relacionados à agricultura familiar, devido a sua quase totalidade das propriedades na região. Na nova grade curricular dos cursos técnicos, aprovado para 2015, as disciplinas relacionadas com as temáticas anteriores foram retiradas para a ocupação e ou incremento de novas disciplinas que não atendem as metas propostas no novo PEDEAG do governo do estado. Uma outra temática que pouco é abordada, pelos cursos do Campus, está direcionada para a assistência técnica e extensão rural” (W. L. em outubro de 2014).

Sobre a relação entre projetos de extensão e pesquisa com as demandas apontadas pelos setores produtivos da microrregião do Caparaó, todos os respondentes afirmaram existir projetos de extensão e pesquisa em fase de desenvolvimento, com destaque para referências aos cursos do PRONATEC e sua relação com as demandas dos pequenos produtores rurais.

Nesse ínterim, vale ressaltar que nos últimos 03 anos, através do PRONATEC, foram ofertados os seguintes cursos: Técnico em Manutenção e Suporte em Informática; Auxiliar administrativo; Operador de máquinas e implementos agrícolas; Operador de computador; Montagem e manutenção de computadores; Agricultor familiar – produção de embutidos; Agricultor familiar – cafeicultura; Condutor ambiental local; Inglês básico; Agente comunitário de saúde; Auxiliar de secretaria escolar; Montagem e reparador de computadores; Produtor de embutidos e defumados; Produtor de derivados de leite; Criador de peixes em viveiros escavados; Agricultor familiar – criador de peixes; Técnico em química concomitante; Técnico em manutenção e suporte em informática; Agricultor familiar – mandioca; Cafeicultor; Artesão de pintura em tecido; Cuidador de idoso; Preparador de doces e conservas, tendo atendido um total de 1408 matriculados com 481 concluintes dos referidos cursos.

Para alguns dos respondentes a atividade de pesquisa está mais consolidada do que extensão, oportunidade em que também foi feita referência a sobrecarga das atividades de ensino que comprometem as atividades de pesquisa e extensão. No âmbito da verticalização

do ensino proposta pelo Instituto, tal consideração contraria inclusive a Resolução 32 de 11 de novembro de 2008, quando limita as atividades de ensino relacionadas à carga horária de aulas em 12 a 18 horas aulas por semana, para os docentes que atuam nos cursos de nível técnico e de graduação.

Também foram feitas referências à atuação do Ifes - *Campus* de Alegre junto a instituições e projetos diversos que vêm sendo desenvolvidos na região a exemplo da atuação da empresa Caparaó Junior que funciona nas dependências do Campus e que através do projeto Grãos do Caparaó e da implantação de centrais digitais em comunidades diversas têm como objetivo qualificar produtores rurais.

Ainda sobre a atuação do Ifes - *Campus* de Alegre na área de projetos de pesquisa e extensão foram feitas referências a atuação junto a pequenos empresários de comunidades rurais, assim como à empresa Samarco, Odebrecht Ambiental e o Instituto Estadual de Meio Ambiente - IEMA, sendo estes “alguns dos demandantes de serviços, que em alguns casos são realizados em parceria ou diretamente pelo Ifes e Caparaó Jr” (B.L.P. em 102 de 2014).

Quando perguntados sobre a avaliação das atividades de pesquisa e extensão do Ifes - *Campus* de Alegre na perspectiva das demandas socioeconômicas, políticas, culturais e ou ambientais relacionadas às propostas de desenvolvimento da microrregião do Caparaó, embora alguns dos respondentes avaliem como positiva as atividades do Ifes, na sua maioria, os respondentes apontaram como tímidas as atividades desenvolvidas em relação às demandas da microrregião. Nesse particular cabe destacar as seguintes considerações:

“Acredito que há um enorme campo de atuação ainda não explorado. No entanto, a falta de recursos e às vezes de infraestrutura atrapalham essas atividades. A carga horária de aulas também pode ser apontada como fator que limita essas atividades” (K.P. em outubro de 2014).

Na sequência das considerações, outro respondente aponta que:

“Por se tratar de um Instituto Tecnológico, ainda considero as pesquisas muito presas à dimensão acadêmica da pesquisa básica, deixando a desejar em relação à pesquisa aplicada. Esse tipo de pesquisa aplicada depende muito do retorno produzido pelas ações de extensão. Por outro lado, vejo pouca atenção e pouco esforço concentrado nas ações de extensão, dificultando essa visão. Isso acarreta um certo distanciamento entre estes 3 pontos: pesquisa-extensão-comunidade. Em síntese, defendo o fortalecimento da extensão para captação de novas demandas para pesquisa, retornando via extensão para a própria comunidade” (M.A.S. em outubro de 2014).

Para alguns dos respondentes, necessário se faz qualificar o verdadeiro sentido de pesquisa e extensão como também suas inter-relações e capacidade de corresponder às demandas no âmbito das reais necessidades da comunidade local apontadas pelos

instrumentos de planejamento, um dos respondentes aponta que: “a meu ver, não estão conectados com a realidade local. Acredito até, que poucos servidores do nosso campus conhecem o documento do Estado, o que poderia colimar projetos e demandas” (J.B.P. em outubro de 2014).

Na sequência das considerações, para vários respondentes as atividades de pesquisa e extensão são “insuficientes para atender as demandas da região”, sendo necessário aumentar a eficácia dos projetos em desenvolvimento. Nesta mesma linha de considerações sobre avaliação das atividades de pesquisa e extensão do Ifes - *Campus* de Alegre, foi destacado que:

“as atividades de pesquisa e extensão do Campus são incipientes, e muitas justificativas e-ou questionamentos reforçam esta questão, como pode ser citado a carga horária docente ou atividades relacionadas, que dificultam a interação e desenvolvimento de tais atividades. Outro ponto a ser discutido é de que, **na sua grande maioria, são embasadas o conhecimento ou interesse pessoal do responsável pela ação, não sendo direcionadas para atender a demanda do desenvolvimento local**, salvo poucas exceções” (W.L. em outubro de 2014) *Grifo nosso*.

Com efeito, também a ausência de mecanismos de registro e controle das atividades de pesquisa e de extensão e realizadas e em desenvolvimento dificulta e complexifica a tentativa de reconhecimento e apreensão sobre o volume, bem como a transparência e a relevância de tais projetos no âmbito das demandas da microrregião do Caparaó.

Na sequência do presente exercício de análises, quando cruzadas as informações apresentadas pelos alunos sobre a oferta de cursos e interesses imediatos em relação aos mesmos, bem como a sobreposição do número de alunos da área urbana sobre a área rural, é possível reconhecer a ausência de nexos entre as considerações apresentadas sobre a real importância dos cursos oferecidos e das atividades de pesquisa e de extensão em relação às reais demandas socioeconômicas, políticas, culturais da microrregião do Caparaó.

Conforme respostas apresentadas nos questionários, para vários dos coordenadores de cursos, o PRONATEC foi considerado como um projeto de extensão, contrariando o disposto no portal do Ministério de Educação e Cultura, quando aponta tratar-se de um programa de acesso ao ensino técnico e emprego, tendo sido criado pelo Governo Federal, em 2011,

“por meio da Lei 11.513/2011, com o objetivo de expandir, interiorizar e democratizar a oferta de cursos de educação profissional e tecnológica no país, além de contribuir para a melhoria da qualidade do ensino médio público. **O Pronatec busca ampliar as oportunidades educacionais e de formação profissional qualificada aos jovens, trabalhadores e beneficiários de programas de transferência de renda.** Os cursos, financiados pelo Governo Federal, são ofertados de forma gratuita por instituições da Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica e das redes estaduais, distritais e municipais de educação profissional e tecnológica. Também são ofertantes as instituições do Sistema S,

como o SENAI, SENAT, SENAC e SENAR. A Partir de 2013, as instituições privadas, devidamente habilitadas pelo Ministério da Educação, também passaram a ser ofertantes dos cursos do Programa. De 2011 a 2014, por meio do Pronatec, foram realizadas mais de 8 milhões de matrículas, entre cursos técnicos e de formação inicial e continuada” (Portal do MEC, acessado em setembro de 2015).  
*Grifo nosso.*

Na qualidade de um programa social, o PRONATEC não está vinculado à coordenação do Programa de Extensão do Instituto Federal - PROEX, e neste particular, à Diretoria de Pesquisa e Extensão do Ifes - *Campus* de Alegre. Assim considerado, nota-se ser ainda maior o comprometimento do papel da instituição no âmbito da pesquisa e extensão e de suas efetivas relações com as demandas socioeconômicas, políticas e culturais da microrregião do Caparaó.

Outrossim, sobre interlocução ou parceria com o Ifes - *Campus* de Alegre, quando consideradas as respostas dos representantes dos sindicatos rurais, na sua maioria agricultores de base familiar, tem-se uma visão mais concreta do inexpressivo papel da instituição no campo da pesquisa e extensão junto aos agentes locais, direta ou indiretamente envolvidos com os processos de organização, estruturação e reais correspondências às demandas socioeconômicas da microrregião do Caparaó.

Com efeito, torna-se importante considerar a verticalidade das discussões para a elaboração do Plano Estratégico, esvaziado quanto à possibilidade de efetiva participação dos agentes envolvidos com os processos de organização e estruturação do espaço em suas diferentes escalas, em especial, com relação ao subespaço, denominado microrregião do Caparaó; sendo importante destacar os princípios norteadores da proposta político-pedagógica de encaminhamento das discussões e definições, na sua maioria enviesadas pela estratégia do “consenso”, pautado em resultados pré-elaborados, cabendo aos participantes, apenas referendá-los.

No que segue, na parte final do presente trabalho serão apresentadas considerações sobre os resultados obtidos através da pesquisa que buscou refletir sobre o papel do Ifes - *Campus* de Alegre no contexto dos processos de organização e estruturação do espaço, neste particular, o subespaço denominado microrregião do Caparaó, enquanto unidade de planejamento estadual.

Acompanhando os nexos do movimento reflexivo pretendido, após as considerações buscar-se-á ser propositivo no sentido de contribuir de forma objetiva com iniciativas capazes de corresponder às demandas apresentadas.



## CONSIDERAÇÕES

No âmbito da fundamentação teórico-metodológica e dos nexos estabelecidos na reflexividade então pretendida, a opção pela discussão sobre a (re)produção do espaço geográfico, bem como suas formas de estruturação e organização, buscaram afirmar a importância e a concretude da relação indissociável entre objetos e ações enquanto expressão da totalidade; neste particular, a instituição de ensino (Ifes - *Campus* de Alegre), em sua dimensão histórico-social.

Ao buscar relacionar o papel da referida instituição de ensino ao contexto da dinâmica socioeconômica da microrregião do Caparaó, enquanto unidade de planejamento, buscou-se também contribuir com a reflexão sobre o papel dos mais diversos agentes de produção do espaço, em suas mais diversas formas, intencionalidades, controversos jogos de interesses e relações de poder, em muitos casos, articuladas nas mais diferentes escalas.

Com efeito, na lógica da divisão internacional e territorial do trabalho, por muito tempo, a reconhecida condição do estado do Espírito Santo na condição de “Estado periférico” em relação às economias avançadas do centro-sul do país, apresenta-se como sendo um fator de considerável importância para o reconhecimento sobre o contexto de implantação da instituição de ensino, inicialmente conhecida como Escola Agrotécnica Federal de Alegre - EAFA e que posteriormente, já no ano de 2008, em outro contexto político e socioeconômico, passou a ser denominada Instituto Federal do Espírito Santo - *Campus* de Alegre.

Trata-se, portanto, de contextos específicos correspondentes a singulares movimentos carregados de intencionalidades e interesses imbricados à dinâmica dos processos relacionados às definições do “papel” do território no âmbito dos arranjos e rearranjos das forças produtivas e suas relações com os mecanismos de acumulação e de (re)produção do capital no âmbito da economia globalizada.

Contudo, uma vez reconhecida à condição da instituição Ifes – *Campus* de Alegre enquanto um dos agentes presentes e atuantes na produção e estruturação do espaço, buscou-se compreender o seu efetivo papel no contexto da dinâmica socioeconômica da microrregião do Caparaó, tanto no passado como no presente. Assim compreendido, mesmo que de forma pontual, importa levar em consideração os processos históricos relacionados à dinâmica de organização e estruturação do referido subespaço em sua totalidade, em escalas, por vezes, inter-relacionadas e interdependentes.

A partir do rearranjo das forças produtivas orientadas pela nova divisão territorial e social do trabalho, a inserção do Espírito Santo no contexto do avanço do capitalismo sobre o campo revela o destacado papel do estado enquanto agente dinamizador deste processo, tendo em vista, principalmente, a definição de políticas públicas de educação capazes de corresponder aos processos comprometidos com o desenvolvimento da atividade industrial na lógica da propulsão dos interesses da ordem capitalista em escala global.

Nesse ínterim, pautado nos princípios da Teoria do Capital Humano, as instituições das Escolas Agrotécnicas, a exemplo da EAF – Alegre-ES, em um determinado tempo histórico, vão corresponder plenamente aos interesses de especialização e formação do exército de reserva: mão-de-obra abundante e necessária à dinamização dos setores produtivos relacionados às atividades agropecuárias e agroindustriais integrados à cadeia produtiva do agronegócio.

Com efeito, se não totalmente utilitarista na perspectiva das diretrizes da Teoria do Capital Humano, é, pois, no movimento dialético das contradições do modo de produção do espaço que uma nova perspectiva de escola precisa ser considerada: escola enquanto lugar de produção do conhecimento compartilhado, fundado nos princípios do trabalho enquanto princípio educativo para a promoção da cidadania.

Contudo, cabe-nos ressaltar que o sentido da cidadania extrapola o reducionismo da proposta de formatação do “pensamento único”, quando, para ser cidadão, basta ter condições para se tornar consumidor, condição que nega e ou obscurece a compreensão sobre a totalidade social compreendida a partir dos processos multidimensionais relacionados à complexidade do indissociável conjunto de objetos e conjunto de ações historicamente constituídos e instituídos pela práxis dos mais diferentes agentes.

Nesse sentido, falamos do cidadão para além do ato mecânico de “aprender a fazer”; falamos de cidadão, no sentido de ser capaz de pensar o fazer e intervir de forma crítica e compartilhada, para assim, dar conta de ser ativo na transformação das estruturas e modo de funcionamento da sociedade enquanto totalidade social.

É nessa perspectiva que entendemos ser importante considerar o espaço em suas possibilidades de organização e estruturação, capaz, portanto, de suscitar o permanente movimento reflexivo sobre a cumplicidade e o compromisso dos mais diferentes agentes atuantes no contexto da dinâmica de produção e reprodução do espaço em sua totalidade, cada vez mais complexificado.

A referida complexidade se efetiva também a partir da ação dos mais diversos agentes sociais, dentre eles o Estado, o que permite entender o movimento de organização e

estruturação do espaço e seus subespaços, conforme e de acordo com a lógica das intencionalidades reveladoras de contradições que deixam expostas as debilidades e incompatibilidades das instituições e dos mecanismos de controle e de poder, a exemplo do planejamento em suas mais diversas dimensões.

Com efeito, na esfera da economia globalizada, os processos relacionados aos projetos de organização e estruturação do espaço, urbano e rural, alcançam escalas cada vez mais complexas, engendradas por intencionalidades que tendem a camuflar e ou anular o poder de participação e de decisão dos agentes locais, em muitos casos subordinados à ditadura do dinheiro sobre o território, aniquilando assim condições favoráveis ao pleno exercício da cidadania. Nesse contexto, o lugar perde a consistência multidimensional que o constitui, torna-se coisificado, reduz-se à condição de mercadoria.

No âmbito da historicidade dos processos de organização e de estruturação da microrregião do Caparaó, a condição de lugar marcado pelas contradições do modelo agroexportador fundado no latifúndio e na monocultura do café para exportação, de forma paulatina foi sendo substituído pelo modelo de modernização conservadora das atividades agropecuárias que passaram a requerer formação e capacitação técnico-profissional.

Nessa perspectiva, a implantação da Escola Agrotécnica Federal de Alegre - EAFA, mais tarde denominada Instituto Federal do Espírito Santo - *Campus* de Alegre, passou então a corresponder à dinâmica dos processos de organização e de estruturação do espaço, também através da proposta político-pedagógica instrumental, fundada no projeto utilitarista com oferta de cursos técnico-profissionalizantes.

Após sessenta e dois anos de fundação, o esforço em buscar reconhecer o papel do Ifes - *Campus* de Alegre no contexto da dinâmica socioeconômica, política e cultural da microrregião do Caparaó, enquanto unidade de planejamento do Governo do Estado, exige um movimento crítico que não pode deixar de lado as especificidades relacionadas à atual condição de terceira microrregião mais pobre do estado do Espírito Santo; assim como, a condição de 9ª microrregião em promessas de investimentos públicos e privados, previstos para o período de 2009-2014.

Outrossim, nas estratégias voltadas para o propósito de promover o desenvolvimento socioeconômico sustentável da microrregião do Caparaó, o incentivo à silvicultura econômica (plantio de eucalipto), assim como os indicativos de investimentos em atividades relacionadas ao fortalecimento do agronegócio e à indústria de pedras ornamentais, confirmam o quadro de incongruência, quando num contexto de declarada degradação ambiental, nem mesmo a crise hídrica é levada em consideração.

Nessa perspectiva, importante se torna considerar a desarticulação entre as políticas de estado quando, nas diferentes esferas de poder e decisão, se mostram incapazes de mobilizar forças para o devido enfrentamento e transformação do quadro de desigualdades sociais historicamente constituídas na 3ª microrregião mais pobre do estado do Espírito Santo.

Na sequência das referidas considerações, a partir da análise dos microdados do Censo-2010 (IBGE), em especial, sobre a composição do produto interno bruto em sua correspondente relação com a dinâmica dos setores produtivos, é marcante o movimento de retração das atividades agropecuárias e agroindustriais na microrregião do Caparaó no período de 1991 a 2010.

Na esteira das considerações sobre a dinâmica socioeconômica da microrregião do Caparaó, a sobreposição do número de alunos da zona urbana em detrimento à zona rural, assim como o não interesse dos alunos pelos cursos técnicos oferecidos pelo Ifes - *Campus* de Alegre, são sinais de comprometimento da antiga proposta político-pedagógica instrumental, fundada no projeto de escola utilitarista, voltada para a oferta de cursos técnico-profissionalizantes com vistas ao atendimento das demandas do mercado.

É nesse contexto que cabe também buscar discutir sobre a função social da escola enquanto instituição de ensino público integrado com promessa de verticalização da proposta de formação, pesquisa e extensão. O contraditório resultado de matrículas em sua relação com o número de concluintes dos cursos superiores, assim como o considerável índice de retenção e evasão verificados nos cursos técnicos integrados precisa ser melhor avaliado. Assim considerado, entendemos estar em jogo a qualidade de ensino do Ifes - *Campus* de Alegre, tendo em vista que:

- No último boletim informativo referente à posição das escolas no ranking do ENEM-2014, divulgado por um importante veículo de comunicação do Espírito Santo (Jornal A Gazeta, de 06 de agosto de 2015), a referida instituição federal de ensino encontra-se na 66ª posição;
- Ainda conforme os dados divulgados, no ranking, dos 15 Campi do Ifes que participaram do ENEM, o *Campus* de Alegre, encontra-se na 13ª posição, seguido de dois outros *campi* anteriormente considerados como EAF-Itapina e EAF-Santa Teresa, no Espírito Santo.

No ranking geral, muito embora tratando-se de escolas com realidades socioeconômicas e estrutura de ensino diferenciadas, a situação do Ifes - *Campus* de Alegre se

torna preocupante quando considerado o significativo número de alunos evadidos, retidos ou mesmo reprovados.

Sobre o papel que expressa a função social da instituição, o quadro se torna ainda mais preocupante na medida em que buscamos refletir sobre a não oferta do curso de Tecnologia em Análise e Desenvolvimento de Sistemas no turno noturno em detrimento à oferta de cursos através do PRONATEC que também parecem não corresponder às demandas relacionadas à dinâmica socioeconômica da microrregião.

Ainda sobre a reflexão relacionada a função social do Ifes - *Campus* de Alegre, uma outra situação precisa ser considerada: como deixar de oferecer o curso de Tecnologia em Análise e Desenvolvimento de Sistemas no turno noturno se, conforme constatado, o setor de serviços é o que tem apresentado maior crescimento nos municípios integrantes da microrregião do Caparaó, a terceira mais pobre do Estado?

Contudo, somos levados a reconhecer indícios de precarização do PROEJA, sufocado pela política de “profissionalização relâmpago” oferecida pelo PRONATEC, através de cursos eminentemente comprometidos com a lógica do “buscar aprender, para tentar uma oportunidade de fazer”. Sobre a relevância deste programa social, não se torna redundante destacar que dos 1408 alunos inscritos, apenas 481 concluíram os cursos do PRONATEC.

Na sequência das considerações sobre o papel e a respectiva função social do Ifes - *Campus* de Alegre, além da pouca expressividade no campo da pesquisa e extensão, é preciso buscar refletir sobre a existência de demanda e a não oferta do curso superior de Licenciatura em Ciências Biológicas no turno noturno, assim como a não oferta do PROEJA que também precisa ser reestruturado para atender à realidade do público, em suas peculiares condições de luta diária pela sobrevivência.

Mediante as considerações apresentadas, faz-se necessário destacar as incongruências dos projetos estruturantes apontados pelo Plano de Desenvolvimento Espírito Santo 2025, elaborado para o período de 2006-2025, bem como dos demais planos de desenvolvimento setoriais preteridos para a microrregião do Caparaó. São incongruências verificadas no que tange a sua forma de mobilização para elaboração e definição das estratégias, que sinalizam a incapacidade de assegurar a efetiva participação dos representantes da sociedade local e de promover e dinamizar a economia da microrregião, como também, e principalmente, se mostram incapazes de enfrentar e dismantelar o quadro de desigualdades sociais historicamente constituídas.

## REFERÊNCIAS

AGENDA 21. Plano de desenvolvimento sustentável: Programa Vale Mais – Caparaó Capixaba 2006-2026. Rio de Janeiro: Agenda 21, 2006. 128 p.

ALDAY, Herman E. Conteras. **O Planejamento Estratégico dentro do Conceito de Administração Estratégica**. FAE, Curitiba v.3, P. 9-16, mai./ago. 2000.

ALMEIDA, Paulo Roberto de. **Breve visão histórica sobre o planejamento no Brasil**. Brasília, 2005. Disponível em: <<http://www.pralmeida.org/05DocsPRA/1369PlanejBr1946-2005.pdf>>. Acesso em: 31/07/2015.

AZEVEDO, Márcio Adriano de. **Política de Educação do Campo: concepções processos e desafios**. In: NETO, Antonio Cabral et al. Pontos e contrapontos da política educacional: uma leitura contextualizada de iniciativas governamentais. Brasília: Liber Livros, 2007.

ANDRADE, Maria Margarida de. **Introdução à metodologia do trabalho científico**. 5ª Ed. São Paulo: Editora Atlas AS, 2001.

ALTHUSSER, L. **Lenin and Philosophy**. New York, Monthly Review Press, 1971.

BERGAMINI, Cecília Whitaker. **Liderança, Administração do Sentido**. São Paulo: Atlas, 1994.

BRASIL. Constituição (1988). **Constituição da República Federativa do Brasil**. Brasília, DF: Senado Federal: Centro Gráfico, 1988. Disponível em: <[http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/constituicao/ConstituicaoCompilado.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/ConstituicaoCompilado.htm)>. Acesso em 21 setembro 2015.

\_\_\_\_\_. **Decreto-Lei nº. 9.613**, de 20 de agosto de 1946. Lei orgânica do ensino agrícola. Disponível em [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/Decreto-Lei/1937-1946/Del9613.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Decreto-Lei/1937-1946/Del9613.htm). Acesso em 13/02/2015.

\_\_\_\_\_. Ministério da Educação. Brasília. **Lei nº 9.394 de 20 de dezembro de 1996**. Estabelece as Diretrizes e Bases da Educação Nacional. Disponível em: <[http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/Leis/L9394.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Leis/L9394.htm)>. Acesso em 15/01/2015.

\_\_\_\_\_. **Retrospectiva histórica do ensino agrícola de 2º grau** – papel da Coagri. Brasília: MEC, 1984.

\_\_\_\_\_. **Diretrizes para o ensino agrícola**. Rio de Janeiro: Ministério da Agricultura, 1956.

\_\_\_\_\_. **Decreto nº. 16.826**, de 13 de outubro de 1944. Aprova o regimento da Superintendência do Ensino Agrícola e Veterinário, do Ministério da Agricultura. In: Regimento da Superintendência do Ensino Agrícola e Veterinário. Rio de Janeiro: Ministério da Agricultura / Serviço de Documentação, 1944.

\_\_\_\_\_. Ministério da Agricultura, Indústria e Comércio. **Contribuições para a Regulamentação do ensino agrícola**. Rio de Janeiro: Imprensa Oficial, 1926.

\_\_\_\_\_. **Decreto nº. 8.319**, de 20 de outubro de 1910. Crêa o ensino agrônômico e aprova o respectivo regulamento. In: Contribuições para a Regulamentação do ensino agrícola. Rio de Janeiro: Imprensa Oficial, 1926.

\_\_\_\_\_. Ministério do Desenvolvimento Agrário. Secretaria de Desenvolvimento Territorial. Plano Territorial de Desenvolvimento Rural Sustentável e Solidário-PTDRSS- Território do Caparaó-ES-Novembro 2009.

BRUM, Argemiro Jacob. **Modernização da Agricultura: trigo e soja**. Petrópolis: Vozes, 1988.

CADERNO SECAD 2 - **Educação do Campo: diferenças mudando paradigmas**. Brasília, DF: SECAD, 2007.

CARLOS, Ana Fani A. **A (re)produção do espaço urbano**. São Paulo: Edusp, 2008.

CASTELLS, M. **The world has changed: can planning change?** Austin, Texas: ACSP Annual Meeting, 1990, mimeo (Keynote Seech).

CATTANI, Aantonio David. **Dicionário crítico sobre trabalho e tecnologia**. 4. ed. Porto Alegre: Vozes, 2002.

CHIAVENATO, Idalberto. **Administração Geral e Pública**. 3. Ed. São Paulo: Manole, 2012.

CHIAVENATO, Idalberto. **Introdução à teoria geral da administração: uma visão abrangente da moderna administração das organizações**. Edição compacta. 3. ed. Rio de Janeiro: Elsevier, 2004.

CHIAVENATO, Idalberto; SAPIRO, Arão. **Planejamento Estratégico: fundamentos e aplicativos**. 10ª Reimpressão. Rio de Janeiro: Elsevier, 2003.

CHIAVENATO, Idalberto. **Introdução à Teoria Geral da Administração**. Rio de Janeiro: Campus, 2000.

CIAVATTA, Maria. **A Formação integrada: a escola e o trabalho como lugares de memória e identidade**. In: FRIGOTTO, G.; CIAVATTA, M.; RAMOS, M. (Orgs.). 3.ed. *Ensino médio integrado: concepção e contradições*. São Paulo: Cortez, 2012. p. 83-106.

CIAVATTA, Maria. **Formação profissional para o trabalho incerto: um estudo comparativo Brasil, México e Itália**. In: FRIGOTTO, Gaudêncio (org.). *Educação e crise do trabalho: perspectivas de final de século*. Petrópolis: Vozes, 1998, p. 100-137.

COMPANS, Rose. **Empreendedorismo urbano: entre o discurso e a prática**. São Paulo: UNESP, 2005.

CLARK, G.; DEAR, M. **The State in Capitalism and the Capitalist State**. In: Dear & Scott, 1981.

CORRÊA, Roberto Lobato. **O Espaço Urbano**. São Paulo: Ática, 1995.  
CORRÊA, R.L. **O Espaço Urbano**. São Paulo: Ática, 2003.

CORRÊA, R. L. **Sobre Agentes Sociais, Escalas e Produção do Espaço**: um texto para discussão. In: CARLOS, A. F. A.; SOUZA, M. L.; SPOSITO, M.E.B. (Orgs.). *A Produção do Espaço Urbano: agentes e processos, escalas e desafios*. São Paulo: Contexto, 2011.

DEMO, Pedro. **Participação e Planejamento**. In: INSTITUTO DE PLANEJAMENTO ECONÔMICO E SOCIAL. INSTITUTO DE PLANEJAMENTO (Org.). *Para a Década de 90: prioridades e perspectivas de políticas públicas*. Brasília: IPEA/IPLAN, 1989. p. 129-160

ELLMAN, Michael. **Planejamento Socialista**. Rio de Janeiro: Zahar, 1980.

ESPÍRITO SANTO (ESTADO). Secretaria de Estado da Agricultura, Abastecimento, Aquicultura e Pesca. **Plano Estratégico da Agricultura: NOVOPEDEAG, 2007-2025**/ Secretaria de Estado da Agricultura, Abastecimento, Aquicultura e Pesca – Vitória: SEAG, 2008. p. 285. ISBN: 978-85-61-560-00-3.

ESPÍRITO SANTO. **Plano de desenvolvimento Espírito Santo 2025**. Vitória, Secretaria de Estado de Economia e Planejamento, jun., 2006. Disponível em: [HTTP://www.espiritosanto2025.com.br](http://www.espiritosanto2025.com.br). Acesso em 20 de jan. 2014.

ESPÍRITO SANTO. **Plano de desenvolvimento Espírito Santo 2025**: Carteira de projetos estruturantes. Espírito Santo: Macroplan, 2006. 10 Volumes. Disponível em: [HTTP://www.espiritosanto2025.com.br](http://www.espiritosanto2025.com.br). Acesso em Acesso em 20 de janeiro 2014.

FERNANDES, Bernardo Mançano. **Os campos da pesquisa em Educação do Campo**: espaço e território como categorias essenciais. In: MOLINA, Mônica Castagna. *Educação do Campo e Pesquisa: questões para reflexão*. Brasília/MDA, 2006.

\_\_\_\_\_. **Questão Agrária**: conflitualidade e desenvolvimento territorial. In: *Luta pela Terra, Reforma Agrária e Gestão de Conflitos no Brasil*. Antônio Márcio Buainain (Editor). Editora da Unicamp, 2005.

\_\_\_\_\_. **Movimentos socioterritoriais e movimentos socioespaciais**: contribuição teórica para uma leitura geográfica dos movimentos sociais. *Revista Nera*, ano 8, n. 6, p. 24-34, janeiro/junho de 2005. ISSN 1806-6755.

FERREIRA, Kênia Bueno de Castro. **A semiformação do ensino agrícola na Escola Agrotécnica Federal de Rio Verde – GO**. Dissertação de Mestrado – Universidade Federal de Goiás, 2002.

FRANCO, Maria Laura P. Barbosa. **Ensino médio**: desafios e reflexões. Campinas, São Paulo: Papyrus, 1994.

FRIGOTTO, G.; CIAVATTA, M.; RAMOS, M. **A gênese do Decreto n. 5254/2004**: um debate no contexto controverso da democracia restrita. In: FRIGOTTO, G.; CIAVATTA, M.; RAMOS, M. (Orgs.). 3.ed. *Ensino médio integrado: concepção e contradições*. São Paulo: Cortez, 2012. p. 21-56.



GOMES, Paulo Cesar da Costa. **Geografia e modernidade**. 6ª ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2007. 368p.

GRAMSCI, Antônio. **Maquiavel, a política e o Estado moderno**. 8. ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1991.

\_\_\_\_\_. **Os intelectuais e a organização da cultura**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1968.

GRUPPI, Luciano. **Tudo começou com Maquiavel**: as concepções de Estado em Marx, Engels, Lênin e Gramsci. Tradução e edição de texto Dario Canali. Porto Alegre: L&PM Editores Ltda, 1980.

HABERNAS, J. *Legitimation Crisis*. Boston, Beacon Press, 1975.

HARVEY, David. **A produção capitalista do espaço**. 2ª ed. São Paulo: Annablume, 2006.

HÖFLING, Eloisa de Mattos. **Estado e políticas (públicas) sociais**. In: Caderno CEDES, vol. 21, nº 55, Campinas, Nov. 2001.

IANNI, Octavio. **Estado e Planejamento Econômico no Brasil (1930-1970)**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1977.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA (IBGE). **Censo Agropecuário 2006**. Disponível em: <<http://www.ibge.gov.br/cidadesat/link.php?uf=es>>. Acesso em: 10/03/2015.

\_\_\_\_\_. **Pesquisa de orçamentos familiares 2008-2009**: despesas, rendimentos e condição de vida. Disponível em: <[http://www.ibge.gov.br/home/estatistica/populacao/condicaoodevida/pof/2008\\_2009/default.shtm](http://www.ibge.gov.br/home/estatistica/populacao/condicaoodevida/pof/2008_2009/default.shtm)>. Acesso em: 09/03/2015.

\_\_\_\_\_. **Censo Demográfico 2010**. Disponível em: <<http://censo2010.ibge.gov.br/resultados>>. Acesso em: 10/03/2015.

INSTITUTO DE APOIO À PESQUISA E AO DESENVOLVIMENTO JONES DOS SANTOS NEVES (IJSN). **Produto Interno Bruto (PIB) dos Municípios do Espírito Santo: 2011**. Vitória, ES, 2011. Disponível em: <[http://www.ijsn.es.gov.br/Sitio/index.php?option=com\\_content&view=category&layout=blog&id=51&Itemid=126](http://www.ijsn.es.gov.br/Sitio/index.php?option=com_content&view=category&layout=blog&id=51&Itemid=126)>. Acesso em: 09/03/2015.

\_\_\_\_\_. **Investimentos previstos para o Espírito Santo: 2009-2014**. Vitória, ES, 2010. Disponível em: <[file:///G:/INVESTIMENTOS%202009-2014%20\(1\).pdf](file:///G:/INVESTIMENTOS%202009-2014%20(1).pdf)>. Acesso em: 09/03/2015.

\_\_\_\_\_. **Perfil Regional – Caparaó**. Microrregião Administrativa 12. Vitória, ES, 2009. Disponível em: <[http://www.ijsn.es.gov.br/.../20120822\\_perfilregionalcaparao2009.pdf](http://www.ijsn.es.gov.br/.../20120822_perfilregionalcaparao2009.pdf)>. Acesso em: 09/03/2015.

INSTITUTO CAPIXABA DE PESQUISA, ASSISTÊNCIA TÉCNICA E EXTENSÃO RURAL (INCAPER). **Programa de assistência técnica e extensão rural (PROATER):** planejamento e programação de ações. Vitória, ES, 2011. Disponível em: < <http://www.incaper.es.gov.br/?a=proater/index>>. Acesso em: 10/03/2015.

KUENZER, Acácia Zeneida. A reforma do ensino técnico no Brasil e suas consequências. In: FERRETTI, Celso João; SILVA JUNIOR, João dos Reis; OLIVEIRA, Maria Rita Neto Sales (Orgs.). **Trabalho, formação e currículo: para onde vai a escola?** São Paulo: Xamã, 1999. p. 121-139.

LEFEBVRE, Henri. *The Survival of Capitalism*. London, Allison and Busby, 1973.

\_\_\_\_\_. **Lógica formal, lógica dialética**. Rio de Janeiro: Civilização brasileira, 1995.

LEITE, Sérgio Celani. **Escola rural: urbanização e políticas educacionais**. 2. ed. São Paulo: Cortez, 2002.

MANFREDI, Silvia Maria. **Educação profissional no Brasil**. São Paulo: Cortez, 2002.

MARTINÉZ, Consuelo C. **Los limites de la modernización**. Bogotá: Universidad Nacional de Colombia, 1997.

MARTINUZZO, José Antonio. **Caminhada de travessia: os primeiros passos do novo governo do Espírito Santo**. Vitória: Governo do Estado do Espírito Santo/Superintendência de Comunicação, 2003. 120 p.

MARX, K; ENGELS, F. **Manifesto do Partido Comunista**. 6ª ed. São Paulo: Global, 1987.

MENDES, Abiana Campos. **A reforma da educação profissional e as formulações e ações para as escolas criadas com o projeto de expansão da rede federal**. *Conex. Ci. E Tecnol.* Fortaleza-CE, v.5, n.2, p. 24-31, jul. 2011. Disponível in: <<http://conexoes.ifce.edu.br/index.php/conexoes/article/view/199>>. Acesso em 18 de janeiro de 2015.

MÉSZÁROS, Istvan. **A educação para além do capital**. Trad. Isa Tavares. São Paulo: Bomtempo, 2005.

MILIBAND, Ralph. **Poulantzas and the Capitalist State**. *New Left Review* 82:83-93, 1973.

MOREIRA, Thais Helena L.; PERRONE, Adriano. **História e Geografia: Espírito Santo**. 9ª ed. Vitória, 2008.

NAGLE, Jorge. **Educação e sociedade na primeira república**. 2. ed. Rio de Janeiro: DP&A, 2001.

O'CONNOR, J. **The Fiscal Crisis of the State**. New York, St. Martin's Press, 1973.

OLIVEIRA, Francisco de. **Elegia para uma (re)ligião**. 3. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1978.

PAIXÃO, Márcia Valéria. **Administração Estratégica**. Curitiba: IFP, 2013.

PALASIOS, Paulie Ceres. **A articulação educação profissional e desenvolvimento territorial pelo Instituto Federal Goiano – Campus Ceres**: perspectiva e possibilidades. Dissertação de Mestrado. Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro. Rio de Janeiro, 2012.

PNUD, IPEA, FJP, IBGE, Atlas do desenvolvimento humano no Brasil. <<http://www.pnud.org.br/atlas/ranking/ranking-idhm-municipios-2010.aspx>>. Acesso em 24/08/2015.

PORTO, Maria Alice Guedes; BANDEIRA, Anselmo Alves. **O Planejamento e seu impacto na gestão das organizações**. 2006. <<http://www.personnalitegestao.com.br/userfiles/file/pdf/PlanejamentoeGestaodasOrganizacoes.pdf>>. Acesso em 31/08/2015.

POULANTZAS, Nicos. **Political Power and Social Classes**. London, New Left Books, 1973.

\_\_\_\_\_. **O Estado, o poder, o socialismo**. 3ª ed. São Paulo: Graal, 1990.

\_\_\_\_\_. **Poder público e classes sociais**. 2ª ed. bras. Trad. Francisco Silva. São Paulo: Martins Fontes, 1977.

REZENDE, Aldo. **Vitória (ES): a cidade do futuro - intervenções urbanas e novos atributos da segregação sócio-espacial a partir da região da Ilha das Caieiras**. Tese de Doutorado. Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2014.

\_\_\_\_\_. **Interfaces da crise habitacional brasileira. Projeto mutirão**: experiências e vivências no contexto da gestão social de projetos. Dissertação de Mestrado. Universidade Anhembi Morumbi, São Paulo, 2005.

SANTOS, Janio Ribeiro dos. **Da educação rural à educação do campo**: um enfoque sobre as classes multisseriadas. IV Colóquio Internacional “Educação e Contemporaneidade”. Laranjeiras-SE: 2010, p. 1 a 11. ISSN:1982-3657.

SANTOS, Milton. **Espaço e método**. São Paulo: Nobel, 1985.

\_\_\_\_\_. **Metamorfoses do espaço habitado**: fundamentos Teórico e metodológico da geografia. Hucitec: São Paulo, 1988.

\_\_\_\_\_. **Modo de produção técnico-científico e diferenciação espacial**. Território n. 6. Rio de Janeiro: UFRJ/Garamond, 1999.

\_\_\_\_\_. **Por uma outra globalização**. Rio de Janeiro: Record, 2002.

\_\_\_\_\_. **O Espaço dividido**: os dois circuitos da economia urbana dos países subdesenvolvidos. 2ª ed. São Paulo: Edusp, 2004.

\_\_\_\_\_. **O espaço do cidadão**. 4ª ed. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2008.

\_\_\_\_\_. **A natureza do espaço: técnica e tempo, razão e emoção.** 4. ed. São Paulo-SP: Edusp, 2009.

SAVIANI, Dermeval et al. **O legado educacional do século XX no Brasil.** Campinas: Autores Associados, 2004. 224 p.

\_\_\_\_\_. O trabalho como princípio educativo frente às novas tecnologias. In: FERRETTI, C. J. et al. (Orgs.). **Tecnologias, Trabalho e Educação: um debate multidisciplinar.** 6. ed. Petrópolis: Vozes, 2000, p. 151-168.

SILVA, Jani Alves da; PUZIOL, Jeinni Kelly Pereira. **A influência da Teoria do Capital Humano e da Teoria do Capital Social nas políticas educacionais brasileiras da atualidade.** Paraná: Universidade Estadual de Maringá. 2008. Disponível em <<http://www.estudosdotrabalho.org/anais6seminariodotrabalho/jeinnipuziolejansilva.pdf>>. Acesso em 21 setembro 2015.

SILVA, Brunna Angélica Evarista da; SILVA, Maria Madalena da. **A construção de novos paradigmas para o ensino agrícola: notas introdutórias.** In: Congresso Norte Nordeste de Pesquisa e Inovação. 7., 2012. Palmas. ISBN:978-85-62930-10-5.

SOBRAL, Francisco José Montório. **Retrospectiva Histórica do Ensino Agrícola no Brasil.** In: Revista Brasileira da Educação Profissional e Tecnológica/Ministério da Educação, Secretaria de Educação Profissional e Tecnológica v. 2, n. 2, (nov. 2009). Brasília: MEC, SETEC, 2009. Anual ISSN: 1983-0408. p. 75 a 95.

SOUZA, Patrícia Lara. 25 de fev de 2009 – **A importância do planejamento estratégico como ferramenta de gestão para instituições inseridas no terceiro setor.** 25 de fevereiro de 2009.

SOUZA, P.R. **A Reforma no ensino Médio.** In: Jornal O Globo, Rio de Janeiro: primeiro caderno, p. 7, 1998.

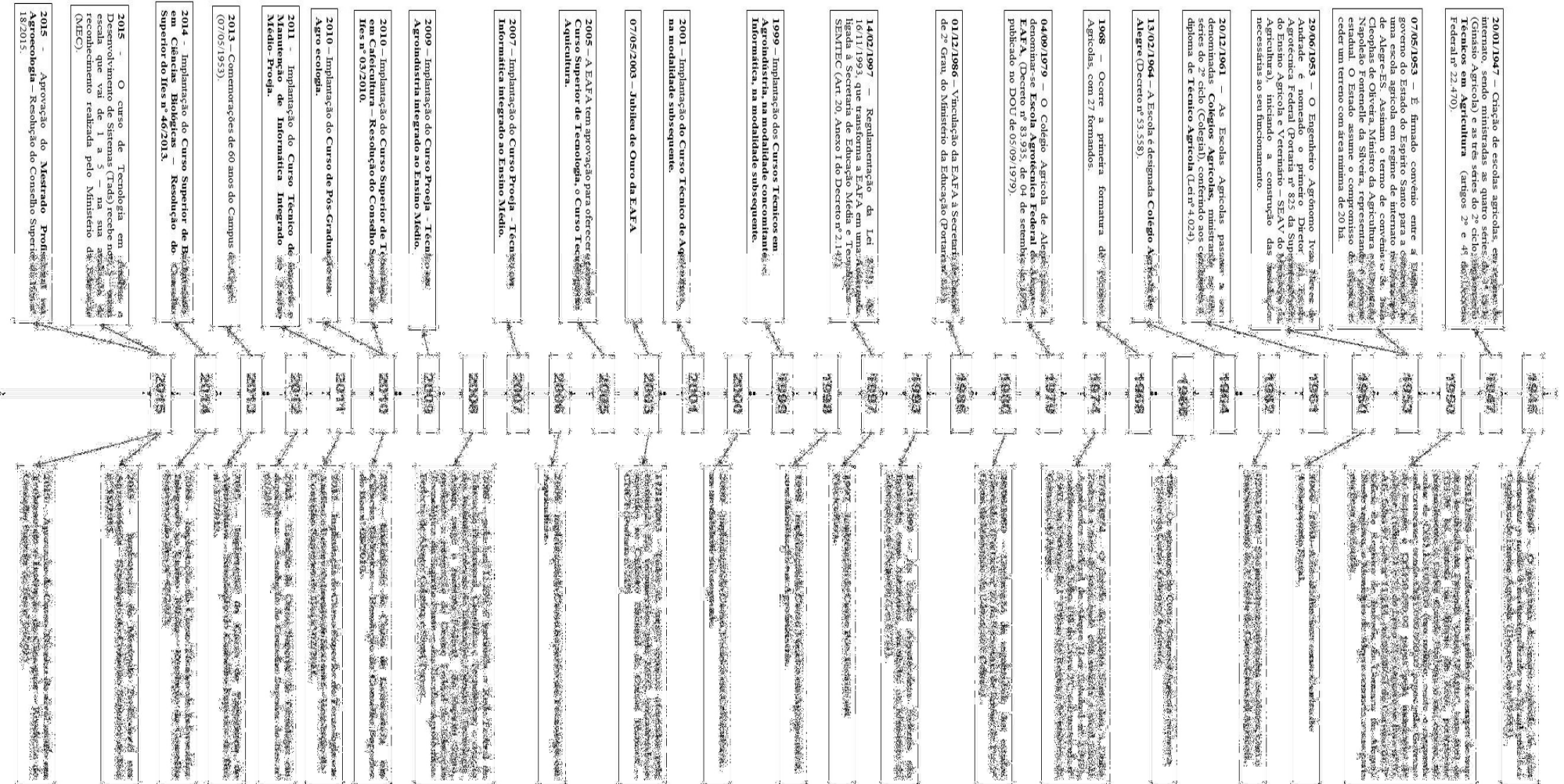
TYSZLER, Marcelo; BARBERO, Edson Ricardo. **Planejamento Estratégico em Organizações do Terceiro Setor: o caso do Instituto de estudos e orientação à família – VII SEMEAD,** São Paulo, 2003.

WEBER, Max. **A ética protestante e o espírito do capitalismo.** 13. ed. São Paulo: Pioneira, 1999.

VAINER, Carlos B. **Planejamento territorial e projeto nacional: os desafios da fragmentação.** Revista Brasileira de Estudos Urbanos e Regionais, v. 9, n. 1, p. 9-23, maio/2007.

## Anexo 1

### Histórico: fundação, reestruturação e oferta de cursos do Ifes – Campus de Alegre



## Anexo 2

### Escopo dos Projetos Pedagógico dos Cursos ofertados pelo Ifes – *Campus* de Alegre

Cursos	Início	Duração	Nº de Vagas	Turno	Objetivos	Justificativa
Técnico em Agropecuária integrado ao Ensino Médio	1962	3 anos	160	Integral	Principal: Formar o Técnico em Agropecuária apto para o exercício profissional na sua área de atuação e pleno exercício da cidadania como um profissional crítico, criativo e capaz de interagir, sendo agente de mudanças na sociedade em que vive e exercendo atividades específicas no mundo do trabalho, respeitando os princípios da sustentabilidade;	Com a criação do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Espírito Santo, através de lei 11.892/2008 e a implantação de novos <i>campi</i> surgiu a necessidade de uma reestruturação nos Projetos Pedagógicos dos Cursos Técnicos em Agropecuária ofertados na Instituição, com o objetivo de facilitar a comunicação entre os <i>campi</i> e nos órgãos competentes que demandam de documentos expedidos pelo Ifes. O presente projeto teve embasamento no Projeto Institucional de Referência do Curso Técnico em Agropecuária do Ifes.
Técnico em Agroindústria integrado ao Ensino Médio	1999	3 anos	40	Integral	Principal: preparar, para o mercado de trabalho e para a vida, profissionais e pessoas com o perfil exigido, através do desenvolvimento de habilidades e competências que possibilitem a sua atuação consciente, determinando as tecnologias viáveis às necessidades de cada situação e ainda, que permitam o acompanhamento e a adaptação às transformações tecnológicas do setor produtivo.	O atual sistema de ensino profissional necessita superar a dicotomia existente entre os conhecimentos específicos e gerais, para alcançar ou levar aos futuros profissionais formados pelas instituições de ensino as novas tecnologias de trabalho e principalmente aptidões para a vida produtiva em toda sua magnitude profissional e pessoal. A proposta de oferta de educação profissional integrada contribui para a condução dos cidadãos a um permanente desenvolvimento “ <i>de aptidões para a vida produtiva</i> ” na sociedade do trabalho e do conhecimento, incorporando conteúdos e sistemáticas, buscando dar continuidade ao atendimento das necessidades das comunidades que se inserem no universo Institucional, com foco na formação de profissionais-cidadãos.
Técnico em Informática subsequente ao Ensino Médio*	1999	2 anos	35	Diurno	Objetivo: profissionais especializados em lidar com a tecnologia da informação. Há que se conhecê-la tanto no manuseio quanto na	As atividades relacionadas à Informática, atualmente, encontram-se em todos os setores da economia, sendo que a cada dia cresce o uso e aplicação dessa tecnologia em todos os setores da atividade econômica. Ninguém

					<p>manutenção. Há que se entender seu funcionamento e possibilidades.</p>	<p>pode estar alheio a essa discussão nem ao fato influência exercida sobre as diversas profissões. Embora a Tecnologia da Informação possua essa característica de perpassar vários setores, sua natureza técnica relaciona-se ao setor de serviços, que tem apresentado, nos últimos anos, um crescimento significativo no cenário nacional e regional.</p> <p>A globalização tem gerado transformações no mercado de trabalho, sobretudo no setor de serviços, eliminando, criando ou modificando, a cada dia, novas profissões e atividades de trabalho. Nesse sentido é notável a inserção das novas tecnologias nessa transformação, aproximando e interconectando mundos e culturas. Os segmentos sociais e produtivos renovam-se adotando e utilizando procedimentos e recursos tecnológicos na constante busca da qualidade e eficácia de seus objetivos. A informatização de escolas, indústrias, empresas, etc, é um processo inegável e crescente.</p> <p>O Espírito Santo possui uma população de aproximadamente 3.351.669 habitantes (Fonte: IBGE - 2007). A EAFA localiza-se no município de Alegre, no sul do estado e recebe tradicionalmente alunos dos diversos municípios do sul do espírito Santo, norte do Rio de Janeiro e centro-leste de Minas Gerais.</p> <p>Embora não haja índices oficiais que comprovem essa tendência na região de abrangência da EAFA, pode-se afirmar que caminhamos na mesma direção. É crescente o número de empresas especializadas em informática, bem como a informatização dos setores das organizações e instituições.</p> <p>O curso Técnico em Informática da EAFA foi criado no ano de 1999 e desde então sua estrutura curricular não passou por nenhuma alteração. A dinâmica do setor e as pesquisas internas e externas realizadas pela comissão apontaram para a necessidade de uma reformulação na matriz curricular do curso, conforme proposto pelo presente projeto.</p>
Técnico em	2000	2 anos	40	Diurno	Com o objetivo de preparar este	A Escola Agrotécnica Federal de Alegre, EAFA, oferta

Cafeicultura subsequente ao Ensino Médio*					<p>profissional dentro de uma ótica pró-ativa, em consonância com as exigências técnicas do mundo do trabalho e da vida em sociedade, a EAFA, busca, em seu Curso Técnico em Cafeicultura, preparar técnicos que através dos conhecimentos recebidos: garantam a qualidade do produto final; projetem-se como empresários do setor; detenham conhecimentos técnicos específicos, capazes de atender à necessidade atual de produção; regulem a oferta de produtos nas entressafras de produtos agropecuários; facilitem o desenvolvimento do setor agroindustrial; melhorem as condições de distribuição e armazenamento da produção; sejam empreendedores capazes de gerar emprego e aproveitar os produtos agropecuários locais e regionais.</p>	<p>Educação Profissional desde a origem dos seus trabalhos didático-pedagógicos, que se iniciaram com a oferta de formação inicial e continuada de trabalhadores, caminhou para o ensino fundamental associado à educação profissional e se consolidou na educação profissional e tecnológica de nível médio com foco, por mais de 40 anos, no Ensino Técnico Agrícola. Ao longo dos últimos 12 anos e, mais precisamente, após a Reforma da Educação Profissional de 1996, descortinaram-se novos horizontes para atuação da Escola, que ampliou sua atuação na área de origem e avançou com a oferta para novas áreas, inclusive com a oferta de Ensino Superior. No momento atual, novas possibilidades se fazem presentes, especialmente no que se refere à transformação da EAFA em Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia, IFET, o que trará maior autonomia para atuar na Educação como um todo, verticalizando, ainda mais, as possibilidades de atuação da Escola. Além das informações acima apresentadas, tem-se uma profunda e contínua transformação do cenário agroindustrial do Estado do Espírito Santo, o que tem exigido novas formas de se trabalhar o cotidiano produtivo, considerando ferramentas tecnológicas atualizadas e, inequivocamente, obrigando os Cursos ofertados pela Escola a uma constante reformulação. Assim, para início em 2009, faz-se necessário mudanças no Plano de Curso do Técnico em Cafeicultura, incorporando conteúdos e sistemáticas, buscando dar continuidade ao atendimento das necessidades das comunidades que se inserem no universo Institucional, com foco na formação de profissionais-cidadãos.</p>
Tecnologia em Aquicultura**	2006	2 anos	35	Diurno	<p>Objetivos: planejamento da atividade e elaboração e gestão de projetos de aquicultura; supervisão de obras para aquicultura; manejo da qualidade da</p>	<p>Segundo o diagnóstico elaborado pelo SEBRAE, a Aquicultura e desenvolvida comercialmente em 85% dos municípios do estado do Espírito Santo e a tendência e de</p>



					<p>água; manejo da reprodução, da larvicultura e da engorda, nos diferentes sistemas de cultivo; melhoramento genético; monitoramento e tratamento de efluentes da aquicultura; análises físico-químicas e microbiológicas da água; manejo profilático e tratamento de doenças e parasitoses dos animais cultivados; controle da qualidade do pescado; processamento de pescado e produtos derivados; culinária e buffet de produtos da aquicultura; comercialização e marketing de produtos da água; formulação e processamento de rações; pesquisa, assistência técnica e extensão; continuidade de estudos.</p>	<p>crescimento. Para incrementar o desenvolvimento da atividade, foi criada, recentemente, a Câmara de Aquicultura do Espírito Santo, reunindo empresários, cooperativas, associações e outras instituições ligadas ao setor. A aquicultura tem a vantagem de despertar a consciência ambiental, pois os aquicultores precisam preservar o ambiente, já que em áreas poluídas o cultivo fica inviabilizado. Ela também pode ser compatibilizada com projetos de turismo, como o agroturismo associado aos pesque-pague particulares e os passeios nas fazendas marinhas de produção de mariscos. Um dos entraves para o crescimento da aquicultura no Espírito Santo, segundo o CTA, é a falta de projetos e recursos financeiros para a formação e capacitação de técnicos da rede pública. Nesse contexto entra o Curso de Tecnologia em Aquicultura proposto pela EAFA. Considere-se o fato de que a EAFA é referência em piscicultura, no sul do Estado, fornecendo alevinos e prestando assistência técnica aos piscicultores da região e tem um grande potencial para se tornar um pólo de excelência em ensino, pesquisa e extensão na área de aquicultura.</p>
<p>Técnico em Informática integrado ao Ensino Médio (PROEJA)*</p>	2007	3 anos	35	Noturno	<p>Objetivo Principal: Somar ações no sentido de cumprir o papel social do Instituto de democratização do ensino de qualidade e de preparação do ser humano para o exercício da cidadania e para a inserção no mercado de trabalho.</p>	<p>O Ifes Campus de Alegre comprometido com a formação de qualidade oportuniza o aprimoramento do educando como ser humano, incluindo a formação ética e o desenvolvimento da autonomia intelectual e do pensamento crítico. Busca cumprir o papel social de integrar todos os indivíduos, sem qualquer distinção, à sociedade e ao mercado de trabalho, adotando, nesse Projeto, a Educação de Jovens e Adultos (EJA), utilizando como suporte a Constituição Federal de 1988, a LDB nº 9394/96, a Resolução CNE/CEB nº 1/2000, que institui as Diretrizes Curriculares Nacionais da Educação de Jovens e Adultos e toda a legislação pertinente.</p> <p>A manutenção da EJA no projeto educativo do Ifes Campus de Alegre é de vital importância para o cumprimento das funções a ela atribuídas: preparar,</p>

					<p>equalizar e qualificar cidadãos. A LDB nº 9394/96 prevê que a Educação de Jovens e Adultos se destina àqueles que não tiveram acesso (ou não deram continuidade) aos estudos no Ensino Fundamental e Médio na idade própria.</p> <p>A Resolução CNE/CEB nº 1/2000 estabelece diretrizes obrigatórias a serem seguidas, tanto para a oferta, quanto para a estruturação dos componentes curriculares da Educação de Jovens e Adultos. O que hoje é conhecido como Educação de Jovens e Adultos corresponde à aprendizagem e qualificação permanentes, não suplementares, mas fundamentais e que favoreçam à emancipação do cidadão. O Espírito Santo possui uma população de aproximadamente 3.351.669 habitantes (Fonte: IBGE - 2007). O Campus de Alegre localiza-se no município de Alegre, no sul do estado e recebe tradicionalmente alunos dos diversos municípios do sul do Espírito Santo, norte do Rio de Janeiro e centro-leste de Minas Gerais. Segundo as notícias divulgadas pela mídia nos últimos meses, tem-se conhecimento da implantação de diversas empresas de grande porte no sul do estado, na área de exploração de petróleo e minério. Pelo potencial do município de Alegre em atuar no campo da educação, este é posto em evidência como fornecedor de serviços nessa área. Com o crescimento da demanda de formação de profissionais para atuar nessas empresas, especificamente nas Tecnologias da Informação (TI), o Campus de Alegre, identificando a necessidade de profissionais especializados e reconhecendo a urgência dessa formação, propõe o curso técnico em Manutenção e Suporte de Informática na modalidade de Educação de Jovens e Adultos – PROEJA. O Ifes Campus de Alegre contribui, portanto, na região, para a melhoria de uma realidade injusta, que não deu oportunidade nem direito de escolarização a jovens e a adultos. Busca-se contemplar, também, o aspecto equalizador, possibilitando novas inserções no mundo do trabalho, na</p>
--	--	--	--	--	---

						vida social, nas artes, na cultura e na abertura de canais de participação, assumindo a função de qualificadora, com apelo à formação permanente, voltada para a solidariedade, para a igualdade e para a diversidade.
Técnico em Agroindústria integrado ao Ensino Médio (PROEJA)*	2009	3 anos	35	Noturno	Principal: Cumprir o papel social da escola de democratização do ensino de qualidade e de preparação do ser humano para o exercício da cidadania e para a inserção no mercado de trabalho.	O que se pretende é uma integração epistemológica, de conteúdos, de metodologias e de práticas educativas, o que possibilita o abandono à perspectiva estreita de formação para o mercado de trabalho, para assumir a formação integral dos sujeitos, como forma de compreender e se compreender no mundo. No que se refere à atividade profissional específica, observa-se uma profunda e contínua transformação do cenário agroindustrial do Estado do Espírito Santo, o que tem exigido novas formas de se trabalhar o cotidiano produtivo, considerando ferramentas tecnológicas atualizadas e, inequivocamente, conduzindo à reformulação dos cursos oferecidos nesta área. Dentro deste contexto, o Curso de Técnico em Nível Médio Integrado em Alimentos na Modalidade EJA vem ao encontro dos anseios da região, de maximizar a oferta e a qualidade dos alimentos, diminuindo o desperdício através do aproveitamento de forma racional e sistemática das matérias primas, com o uso de tecnologias apropriadas de conservação e beneficiamento, além do desenvolvimento de novos produtos. Além disso, esse profissional terá a capacidade de atuar em diversas áreas, tais como processamento de alimentos, sanitização industrial, gestão da qualidade, laboratórios de controle e qualidade e também, a de empreender seu próprio negócio.
Tecnologia em Cafeicultura	2010	3 anos	40	Diurno	O <i>Campus</i> de Alegre propõe-se a ofertar o Curso Superior de Tecnologia em Cafeicultura, com o objetivo de possibilitar ao aluno: a formação do conhecimento das tecnologias pertinentes e a construção de uma postura crítica na organização da	O Espírito Santo é o segundo maior produtor brasileiro de café e o maior produtor de café conilon (robusta), com 75% do total nacional. Essa cafeicultura está presente em mais de 56 mil das 86 mil propriedades existentes, com envolvimento de cerca de 130 mil famílias, gerando aproximadamente 400 mil postos de trabalho diretos e indiretos, em 77 dos 78 municípios

					cadeia produtiva do agronegócio café, bem como seus impactos sociais, econômicos e ambientais; ofertar à comunidade atendida pelo <i>Campus</i> , principalmente dentro de um raio de 200 km, profissionais gabaritados à solucionarem os problemas evidentes e vindouros ligados ao agronegócio em questão.	capixabas. É conduzida prioritariamente por produtores de base familiar, com tamanho médio das lavouras em torno de 9,4 hectares. Na safra 2007/08 foram produzidas 9,58 milhões de sacas, sendo 7,58 milhões de conilon e 2,01 milhões de arábica, em 471 mil hectares e 1,1 milhão de covas (CONAB, 2007). Se o ES fosse um país, seria o quinto maior produtor mundial de café (A Tribuna, 2005). A produção de café Conilon insere o ES em um mercado à parte, uma vez que esse café é utilizado como “blend” em outros cafés e é a principal matéria-prima para produção de café solúvel. O agronegócio café no ES ambientou a criação da maior cooperativa de café Conilon do Brasil, e uma das maiores do mundo, a COOABRIEL, bem como aguçou a ação da segunda maior cooperativa nacional em movimentação de café, principalmente Arábica, a COOPARAISO, com filiais em Alegre e em Espera Feliz.
Licenciatura em Ciências Biológicas	2010	4 anos	40	Noturno	Formação de pesquisadores em ciências Biológicas além da formação de professores para atuarem em cursos superiores.	Devido ao crescimento e desenvolvimento do país nas áreas científicas e tecnológicas, constata-se facilmente que grande parte dos professores-pesquisadores de Ciências Biológicas, atuantes no Brasil como um todo, possui deficiências no exercício do ensino das Ciências Biológicas ou mesmo não possui processo. A carência de professores na área de Ciências Biológicas ocorre em todo o país. O mercado de trabalho existe, pois a procura por profissionais qualificados nessa área, tanto no ensino médio como para os cursos superiores, sempre foi muito grande e o curso de bacharelado vem para preencher este espaço que é a falta de professores para atuar nos cursos superiores, uma vez que ocorre uma expansão destes cursos, não só na rede particular como também nos Institutos e Universidades Federais devido aos programas de expansão dos mesmos.
Pós-Graduação <i>Lato-Sensu</i> em Agroecologia	2010	2 anos	25 anuais		O Programa de Pós-Graduação <i>Lato Sensu</i> em Agroecologia do Ifes - <i>Campus</i> de Alegre tem como finalidade capacitar e especializar profissionais	O curso de Pós-Graduação em Agroecologia atende a uma análise das necessidades microrregionais, regionais, nacionais e até mesmo internacionais da formação de um novo profissional agrícola, diferenciado

					das diferentes áreas do conhecimento, levando a uma efetiva apropriação técnica e social do conhecimento em agroecologia. Para isso, os temas estudados e propostos propiciam a formação de profissionais autônomos e inovadores, capazes de projetar e realizar melhorias em seus campos de atuação, de propor novas metodologias e criar novos produtos para educação em agroecologia. Soma-se a isso, o incremento e desenvolvimento de habilidades de formular, planejar, desenvolver e avaliar atividades e projetos de pesquisa.	do modelo das escolas agrárias atuais (Universidades e IFs), que acompanhe a mudança do paradigma do desenvolvimento agrícola reducionista para um novo modelo de agricultura com uma visão sistêmica e holística, como propõe a agroecologia.
Tecnologia em Análise e Desenvolvimento de Sistemas	2011	3 anos	40	Vespertino	O Curso de Tecnologia em Análise e Desenvolvimento de Sistemas proposto pelo IFES – Campus de Alegre visa formar profissionais capacitados a atuar num mercado de trabalho sujeito a transformações aceleradas, oferecendo-lhes uma formação focada no desenvolvimento de sistemas e uma formação de empreendedor para garantir sua atuação profissional.	Em 1999 foi implementando o curso Pós Médio Técnico em Informática e, desde então, com a maturidade deste curso sendo adquirida, a demanda vem sendo acompanhada internamente, refletindo no anseio do nosso corpo discente em dar continuidade na sua formação de nível superior. Com o crescimento da demanda de formação de profissionais para atuarem em serviços gerados por estas e demais empresas, especificamente nas Tecnologias da Informação (TI), o Campus de Alegre, identificando a necessidade de profissionais especializados e reconhecendo a urgência dessa formação, propõe o Curso Superior de Tecnologia em Análise e Desenvolvimento de Sistemas, por sua característica de formação eficiente e em curto tempo.
Técnico em Manutenção e Suporte de Informática integrado ao Ensino Médio (PROEJA)*	2011	3 anos	35	Noturno	Principal: Somar ações no sentido de cumprir o papel social do Instituto de democratização do ensino de qualidade e de preparação do ser humano para o exercício da cidadania e para a inserção no mercado de trabalho.	Assim, para justificar a oferta da Educação de Jovens e Adultos, o Ifes Campus de Alegre apoiasse na argumentação apresentada e, ainda, nos seguintes motivos: • Possibilitar aos jovens e aos adultos condições adequadas para o estudo e o direito de viverem integrados à era da informação; • Atendimento às necessidades do mercado de trabalho que exige profissionais qualificados; • Atendimento às

						necessidades de formação geral; • Correção da distorção idade-série e possibilidade, a quem assim desejar, da conclusão do nível médio e de habilitação técnica, com qualidade e com adequação à realidade; • Aprimoramento das competências e das habilidades dos jovens e adultos, além de capacitá- los para a integração na comunidade como cidadãos atuantes; • A certeza de que todos são capazes de aprender, desde que sejam oportunizados.
Engenharia de Aquicultura	2013	5 anos	40	Integral	O curso de Engenharia de Aquicultura visa formar profissionais qualificados para atender a demanda que está em expansão, conforme exposto no item 3.2. Para isso, serão formados profissionais críticos e criativos, capazes de se adaptarem às dificuldades do mercado de trabalho.	A implantação do curso de Engenharia de Aquicultura no Ifes/Alegre se justifica por 4 fatores: I. Crescimento global e nacional da atividade de aquicultura seguido da estabilização da pesca extrativista; II. Potencial de produção aquícola do Estado do Espírito Santo; III. Necessidade da organização e da profissionalização da cadeia produtiva para o desenvolvimento regional da aquicultura; IV. Estrutura física, humana, organizacional e “know-how” do Ifes/Alegre na área de educação em aquicultura.
Bacharelado em Ciências Biológicas	2014	1 ano	40	Diurno	Formação de pesquisadores em ciências Biológicas além da formação de professores para atuarem em cursos superiores.	Devido ao crescimento e desenvolvimento do país nas áreas científicas e tecnológicas, constata-se facilmente que grande parte dos professores-pesquisadores de Ciências Biológicas, atuantes no Brasil como um todo, possui deficiências no exercício do ensino das Ciências Biológicas ou mesmo não possui processo. A carência de professores na área de Ciências Biológicas ocorre em todo o país. O mercado de trabalho existe, pois a procura por profissionais qualificados nessa área, tanto no ensino médio como para os cursos superiores, sempre foi muito grande e o curso de bacharelado vem para preencher este espaço que é a falta de professores para atuar nos cursos superiores, uma vez que ocorre uma expansão destes cursos, não só na rede particular como também nos Institutos e Universidades Federais devido aos programas de expansão dos mesmos.
Técnico em Informática integrado ao Ensino	2014	3 anos	35	Integral	Objetivos principais: 1) Oferecer Educação Profissional Técnica de Nível Médio na forma integrada em	Para justificar a oferta do curso, o Ifes - <i>Campus</i> de Alegre se apoia nos seguintes motivos: • Possibilitar aos jovens da região condições adequadas

Médio				<p>consonância aos princípios estabelecidos na Lei nº 9394/96 de 20/12/1996 e demais legislações regulamentadoras pertinentes, atentando para as competências, habilidades e bases tecnológicas previstas nos parâmetros curriculares nacionais do ensino médio e dos cursos técnicos; 2) Possibilitar a inserção no mercado de trabalho e a continuidade dos estudos dos alunos egressos do Curso Técnico em Informática Integrado ao Ensino Médio, tendo por balizador os princípios da ética e da solidariedade e o exercício pleno da cidadania;</p>	<p>para o estudo e o direito de viverem integrados à era da tecnologia da informação;</p> <ul style="list-style-type: none"> <li>• Atender às necessidades do mercado de trabalho que exige profissionais qualificados;</li> <li>• Atender às necessidades de formação geral;</li> <li>• Aprimorar as competências e habilidades dos jovens, além de capacitá-los para a integração na comunidade como cidadãos atuantes.</li> </ul>
-------	--	--	--	--	--

Fonte: PPC dos Cursos ofertados pelo Ifes – *Campus* de Alegre

\*cursos autorizados, porém não ofertados no momento

\*\*cursos extintos

### **Anexo 3**

#### **Histórico dos Municípios componentes da Microrregião do Caparaó**

##### **Município de Alegre**

Conhecido como “cidade jardim”, Alegre se destaca por alojar duas Instituições Federais de Ensino: a Universidade Federal do Espírito Santo – UFES e o Ifes – Campus de Alegre, antiga Escola Agrotécnica Federal de Alegre – EAFA. Conforme destacado pelo Instituto de Pesquisa do Espírito Santo- IPES(2005), sua história de povoamento e emancipação teve início por volta dos anos de 1820,

[...] com a vinda de famílias mineiras. Em 23 de julho de 1858, pela Lei nº 22, é criada a freguesia, sob a denominação de Nossa Senhora da Conceição do Alegre. Em 4 de novembro de 1869, pela Lei nº 7, o povoado recebe a denominação de Freguesia de Nossa Senhora da Conceição do Alegre. Em 3 de abril de 1884 é elevada à categoria de município, pela Lei nº 18. O Decreto 53, de 11 de novembro de 1890, cria novamente o município, desmembrado de Cachoeiro de Itapemirim e eleva o povoado à categoria de vila. Em 6 de janeiro de 1891 são instalados oficialmente a vila e o município.

O município viveu até 1920 períodos de prosperidade devido ao ciclo do café. Que fomentou o desenvolvimento através de importantes investimentos a exemplo da implantação da Estação Ferroviária de Alegre – inaugurada em 1912, estando a mesma interligada à Estrada de Ferro Leopoldina. Na década de noventa, por sua vez desativada, a estação ferroviária passou por adaptações em seu espaço interior, foi instalada a Biblioteca Municipal e posteriormente o Instituto Histórico e Geográfico de Alegre, a Escola de Música Sain't Clair Pinheiro e a Casa da Cultura. (BORELLI, 2006).

##### **Município de Bom Jesus do Norte**

Até a data de sua emancipação, em 1903, Bom Jesus do Norte pertencia ao município de São José do Calçado. Em meados do século XIX, os colonizadores Coronel Joé Dutra Nicácio, José Francisco de Melo, José Lima da Silveira, Marciano Lúcio e Caboclo Valério,



em busca de terras adaptáveis aos tratos agrícolas, chegaram às margens do rio Itabapoana e, ali, fundaram uma pequena povoação que, mais tarde, viria a constituir a atual sede municipal.

No ano de 1911, o povoado foi emancipado à categoria de sede de distrito com a denominação de Jardim. Posteriormente, pela Lei nº 9.941, de 11 de novembro de 1938, passou a denominar-se Bom Jesus do Norte, em razão de se encontrar ao norte do Rio Itabapoana.

Através da Lei nº 1911, de 13 de dezembro de 1963, foi então criado o município de Bom Jesus do Norte, sendo o território desmembrado do município de São José do Calçado. Sua instalação deu-se em 09 de abril de 1964.

### **Município de Divino de São Lourenço**

Constituiu-se a partir da colonização em 1902, cujas terras pertenciam a João Vicente Soares, que doou à igreja para a formação da Vila Imbuí. Inicialmente povoado por mineiros, fluminenses, e, posteriormente, italianos que passaram a cultivar café, além da exploração de madeira. O povoamento contou também com a participação de portugueses, africanos, libaneses e turcos.

O município foi constituído pela Lei nº 1.915, de 30 de novembro de 1963, desmembrado de Guaçuí e instalado em 14 de junho de 1964 e ainda tem preservado parte de seus atrativos naturais com áreas remanescentes da Mata Atlântica.

### **Município de Dores do Rio Preto**

O território foi colonizado por Firmino Domingos Dias, que doou algumas terras ainda pertencentes a Guaçuí. Seu povoamento aconteceu no fim do século XIX, através dos italianos, portugueses, espanhóis, negros e indígenas. Por encontrar-se na divisa com os Estados de Minas Gerais e Rio de Janeiro, o local passou a ser chamado de Divisa.

Em 1912, com a inauguração da Estrada de Ferro Leopoldina, a exportação de madeira e de cereais dinamizou a economia da cidade até os idos de 1950. Mais tarde, em homenagem à sua padroeira, Nossa Senhora das Dores, e ao seu principal manancial, o Rio Preto, através da Lei nº 1.914, de 30 de dezembro de 1963, a localidade passou a se denominar Dores do Rio Preto, e assim é desmembrado de Guaçuí. (IPES, 2005)

## **Município de Guaçuí**

Conforme citado em relatório do IPES (2005), um dos desbravadores que havia acompanhado expedição vinda de Minas Gerais toma posse de terras a 29 de setembro de 1838 e doa uma área correspondente ao atual bairro da Palha para a fixação de famílias que para aí migrasse. Segundo a lenda, mencionada em um folheto de divulgação da cidade, na região havia muitos “veados brancos”. Por este motivo, o rio e também a vila receberam o nome de Veado. Em 13 de julho de 1866 é criada a freguesia de São Miguel do Veado e em 7 de outubro de 1872 o distrito da Paz no lugar denominado Veado.

Em 10 de janeiro de 1929 ocorreu a emancipação da freguesia que se tornou município, com território desmembrado de Alegre. Num encontro do interventor da vila com o governador João Punaro, no Palácio Anchieta, foi avistado, na baía de Vitória, um navio rebocado de nome Siqueira Campos. Siqueira Campos passou a ser o nome do novo município em janeiro de 1930; em seguida, através do Decreto-lei nº 15.177, de 31 de dezembro de 1943, foi adotado o vocábulo *qw'su*, de origem guarani, que significa veado, e o município passa a denominar-se Guaçuí. Sua história de emancipação está relacionada com a influência étnica de povos de origem italiana, portuguesa e árabe.

## **Município de Ibatiba**

O povoado iniciou-se com agricultores mineiros e cariocas, tornando-se, em 1918, Distrito de Iúna, com a denominação de Vila do Rosário. Aos primeiros desbravadores seguiram-se imigrantes provenientes do Oriente Médio. Em 1944 a vila passa a denominar-se Ibatiba, vocábulo de origem tupi-guarani, que significa fruta doce. A 7 de novembro de 1981, pela Lei nº 3.430, é criado o município de Ibatiba, desmembrado de Iúna. Sua instalação se deu em 31 de janeiro de 1983. (IPES, 2005). No portal do Caparaó (2005), encontramos a origem do nome Ibatiba. Este nome provém da palavra “Yvatyva” que, em tupi-guarani, quer dizer “Casca de Fruta” ou “Fruta Doce”.

## **Município de Ibitirama**

Na década de 20 no século XIX, o capitão-mor Manuel José Esteves estabeleceu-se na Serra do Caparaó, próximo ao Pico da Bandeira, em uma fazenda, onde atualmente é o Distrito de Santa Marta. Mais tarde, outras famílias se instalaram na região, havendo

descendentes de portugueses, árabes, suíços e italianos. Em 31 de dezembro de 1973, após um decreto estadual, o Distrito de Santa Bárbara do Caparaó, como era chamado na época, passou a denominar-se Ibitirama, que em guarani significa “águas das regiões altas” (Guia Estrada, 2004). A população se concentrou a partir do núcleo central nascido às margens do rio Braço Norte Direito, no entroncamento da rodovia estadual ES-185. O município de Ibitirama foi criado em 15 de setembro de 1988, pela Lei nº 4.161, desmembrado de Alegre, e instalado em 1º de janeiro de 1990 (IPES, 2005).

Nesta localidade encontra-se um dos portais para o Pico da Bandeira, o que coloca a cidade em evidência, com possibilidade de fluxo de turistas a caminho do pico. Ibitirama, segundo o Guia Estrada (2004), detém 55% das terras capixabas da Serra do Caparaó. Despontam-se então a atividade do turismo na cidade, que ainda está por ser explorada. De acordo com o Guia Estrada (2004), Ibitirama é um berço de águas cristalinas, com quase 800 pequenas nascentes e corredeiras – além de dezenas e belas cachoeiras.

### **Município de Irupi**

O processo de formação da cidade de Irupi se deu através do trânsito de pedestre, das tropas e dos carros de boi, que acabaram transformando a Fazenda da Cachoeirinha, de propriedade do Sr. Hydário Tomaz, num pequeno arraial, que veio mais tarde a denominar-se Cachoeirinha do Rio Pardo; por situar às margens de um dos afluentes desse rio. Em 1943 passou a chamar-se Irupi, nome indígena que significa “amigo belo” e “águas tranquilas pequenas”. Criado em 15 de janeiro de 1991 pela Lei nº. 4.520, desmembrado de Iúna, o município de Irupi foi instalado em 1º de janeiro de 1993. (IPES, 2005).

### **Município Iúna**

Em meados do século XIX, pioneiros vindos de Alegre, Guaçuí, Cachoeiro de Itapemirim e Vitória formaram a pequena Povoação do Rio Pardo, que cresceu em volta de uma capela cujo terreno foi doado em 1855, pelo fazendeiro Joaquim Ferreira Val. Em 14 de julho de 1859 a povoação foi elevada a paróquia e a sede do distrito, com a denominação de São Pedro de Alcântara do Rio Pardo, vindo a ser emancipada em 24 de outubro de 1890 de Cachoeiro de Itapemirim, sendo o município criado pelo Decreto nº. 53, de 11 de novembro de 1890. A instalação do município deu-se em 3 de março de 1891, recebendo a denominação

de Rio Pardo. Em 31 de dezembro de 1943 o município e sua sede passaram a denominar-se Iúna, que significa Rio Preto (IPES, 2005).

### **Município de Muniz Freire**

Vindo de Barra Mansa (RJ), um dos veteranos da Guerra dos Farrapos chegava, em 1846, ao local onde se situa hoje a Fazenda São Simão. À mesma época ali se estabelecia Domingos Apolinário, tendo doado uma área ao município para a fundação de um povoado. Mais tarde chegaram mineiros, fluminenses e imigrantes italianos. O município foi criado em 11 de novembro de 1890, pelo Decreto nº 53, desmembrado de Cachoeiro de Itapemirim, sob a denominação de Espírito Santo do Rio Pardo. Sua instalação transcorreu em 1º de março do ano seguinte. A Lei nº. 213, de 30 de novembro de 1896, eleva sua sede à categoria de cidade e altera-lhe o topônimo para Muniz Freire. (IPES, 2005)

Assim chamada em homenagem ao governador do Estado, Presidente da Assembleia Legislativa e Senador da República, o Republicano José de Mello Carvalho Moniz Freire. Também conhecida como “Cidade Amizade”.

### **Município de São José do Calçado**

De acordo com o IPES (2005), em 7 de novembro de 1855 era lançado, em terras doadas pelo coronel mineiro José Dutra Nicácio, um arraial em região do território capixaba situada no limite com o Rio de Janeiro. Uma imagem de São José foi trazida da Corte, acompanhada de um par de sandálias. Daí a denominação São José do Calçado. Muitos desbravadores continuaram vindo em busca de terras para o cultivo do café, na maioria, mineiros e fluminenses. Em 11 de novembro de 1890, pelo Decreto nº. 53, é criado o município de São José do Calçado, desmembrado de Cachoeiro de Itapemirim, sendo instalado em 15 de março de 1891.

## Anexo 4

Relação dos Projetos Estruturantes do Plano de Desenvolvimento Espírito Santo 2025 que contemplam a Microrregião do Caparaó.

<b>Projeto</b>	<b>Objetivos</b>	<b>Escopos</b>
Gestão e Inovação do Sistema Educacional das Escolas	Adotar novos métodos de gestão para aumentar a capacidade de produzir e avaliar resultados, além de fortalecer a autonomia escolar e sua integração com a sociedade.	Implantação de contratos de gestão nas escolas de educação com autonomia e responsabilização gerencial. Acompanhamento e divulgação do desempenho educacional a partir de avaliações independentes. Implantação de núcleos especializados e de elevada capacidade técnica para avaliação e realização de pesquisas educacionais. Introdução de incentivos aos docentes que levem em conta os resultados da aprendizagem dos alunos. Formação de gestores escolares com foco na capacitação gerencial de diretores de escolas. Criação de um sistema de certificação da formação inicial de gestores escolares.
Formação e Valorização de Professores	Aumentar a qualificação e motivação dos professores do ensino básico e fortalecer e valorizar a carreira docente.	Investimento robusto na formação de professores, com foco na preparação para o trabalho docente. Certificação profissional. Adoção de regime salarial mais estimulante para atração de talentos e implantação de um sistema de incentivos vinculado ao desempenho escolar dos alunos. Propiciar bolsas de estudo para especialização no Brasil e exterior.
Implantação da Jornada Ampliada	Aumentar a permanência diária na escola para pelo menos 6 horas.	Aumento gradativo da permanência diária dos alunos em todas as escolas até atingir, pelo menos, seis de permanência, com 5 horas de trabalho efetivo. Ampliação e melhoria das instalações físicas das escolas e seus equipamentos.
Qualidade e Expansão da Educação Infantil	Garantir o acesso às creches e pré-escolas a todas as famílias em situação de vulnerabilidade social, sem substituir o sistema privado ou do terceiro setor existente.	Implementação do Fundeb. Ampliação da oferta, principalmente nos bairros socialmente vulneráveis, somando recursos de iniciativas comunitárias e de ONGs. Estímulo à melhoria da qualidade, com formação e valorização dos professores e adequação do equipamento escolar.
Qualidade do Ensino Fundamental	Elevar o desempenho escolar dos alunos em todos os níveis e reduzir o abandono e a repetência.	Reorganização da oferta de infraestrutura, acelerando a municipalização do ensino. Ampliação do ensino fundamental para 9 anos. Implantação de um Ciclo Básico de Alfabetização que dure dos 6 aos 8 anos de idade. Adoção de práticas de correção de fluxo. Estabelecimento de diretrizes e parâmetros para elaboração de projetos pedagógicos das escolas. Instituição de um programa de leitura em todas as séries da educação fundamental. Aceleração do programa de informatização das escolas. Capacitação de docentes e universalização do acesso à internet banda larga.
Qualidade e Universalização do Ensino Médio	Universalizar o acesso de jovens entre 15 e 17 anos ao ensino médio de qualidade.	Reorganização da oferta de infraestrutura específica para o ensino médio da rede pública. Desenvolvimento de modelos pedagógicos que aumentem a atratividade da escola para os jovens.

		Flexibilização curricular. Equipamento das escolas com laboratórios, bibliotecas e informática para uso pedagógico. Formação e capacitação de professores. Transferência condicionada de renda para atrair e reter jovens carentes entre 15 e 17 anos. Instituição de programa de leitura em todas as séries. Ampliação das oportunidades para Educação de Jovens e Adultos, mediante a concessão de bolsas para utilização no sistema privado e no terceiro setor.
Expansão e Qualidade do Ensino Técnico	Aumentar a oferta e garantir a qualidade de cursos técnicos voltados para o desenvolvimento das vocações econômicas do Espírito Santo.	Aumento da oferta de ensino técnico através da ampliação da oferta privada e do terceiro setor. Criação de sistema de certificação e avaliação dos cursos técnicos ofertados em instituições particulares, públicas e comunitárias. Concessão de bolsas para assegurar o acesso de jovens carentes.
Expansão do Acesso ao Ensino Superior de Qualidade	Ampliar o acesso ao ensino superior de qualidade, assegurando a concessão de bolsas aos grupos mais pobres e oferecendo mecanismos de financiamento para os alunos da classe média, ambos condicionados e priorizados segundo o desempenho escolar dos estudantes e a avaliação das instituições de ensino.	Ampliação do Programa Nossa Bolsa. Reestruturação e ampliação de programa estadual de crédito educativo do sistema bancário Bandes/Banestes.
Promoção do Desenvolvimento Local	Combater estruturalmente a desigualdade e a pobreza, ampliando o acesso dos micro e pequenos negócios aos serviços produtivos (educação profissional, assistência técnica, crédito, acesso a mercados e infraestrutura), de modo a gerar oportunidades de trabalho em territórios onde se concentra a pobreza.	Capacitação em gestão empresarial e assistência técnica a micro e pequenos negócios, fundamentada no modelo de vales. Desburocratização e incentivo à regularização de micro e pequenos negócios. Criação de fundo concursável para projetos de fortalecimento de redes de micro e pequenas empresas, através da utilização de recursos do Estado e de outras agências nacionais e internacionais de fomento.
Consolidação e Ampliação das Transferências de Renda Condicionadas	Acelerar o processo de redução da pobreza e da desigualdade e criar condições para a auto-sustentabilidade dos resultados no longo prazo.	Criação de fundo a ser gerido de modo compartilhado entre o Governo Estadual e a sociedade. Elaboração de um cadastro estadual de beneficiários potenciais. Complementação do Programa Bolsa-Família e expansão gradual do leque de contrapartidas para assegurar o acesso à saúde pré-natal e neonatal, à educação infantil, ao ensino médio e à qualificação profissional de desempregados. Ampliação gradual dos beneficiários do programa para o alcance da meta estadual de renda mínima familiar per capita.
Universalização do Acesso à Tecnologia da Informação	Ampliar e democratizar o acesso a serviços sociais e produtivos e ao conhecimento.	Alfabetização digital da população em larga escala. Universalização do acesso à internet banda larga. Produção e disseminação de conteúdos adequados em parcerias com empresas privadas, universidades e entidades da sociedade civil.
Educação de Adultos	Ampliar a oferta de educação de adultos, voltada para pessoas com mais de 18 anos, em situação de vulnerabilidade social, que desejem concluir o	Ampliação das oportunidades para educação de pessoas com mais de 18 anos, mediante a concessão de bolsas para utilização no sistema privado e no terceiro setor.

	ensino fundamental ou médio.	
Universalização dos Serviços à Saúde da Família	Melhorar a qualidade de vida da população de maior vulnerabilidade social por meio do atendimento dos serviços primários de saúde à família e à mulher.	Implementação, em todas as regiões marcadas por vulnerabilidade social, da prestação de serviços primários de saúde junto às famílias e mulheres. Manutenção de equipes de saúde compostas por médicos, dentistas, enfermeiros e agentes de saúde, dotadas de registros das características epidemiológicas das famílias e aparelhos e medicamentos de serviços primários de saúde. Articulação do trabalho das equipes com os postos ambulatoriais e demais órgãos da saúde do município e do Estado.
Prevenção à Gravidez Precoce	Assegurar a maternidade responsável.	Realização de medidas educacionais, assistência médica e orientação social, com foco nos jovens e na família.
Ampliação do Acesso à Habitação de Baixa Renda	Ampliar o acesso da população de baixa renda à habitação regular.	Regularização da titulação dos imóveis urbanos. Financiamento para compra de imóveis novos e usados e de material de construção, destinado exclusivamente para os proprietários de imóveis regularizados. Remoção de imóveis em área de risco e de ocupação irregular e monitoramento contínuo destas áreas. Fortalecimento de programas multissetoriais integrados em comunidades de baixa renda.
Atenção ao Jovem	Incentivar, mediante a concessão de bolsas, o retorno e a permanência na escola de jovens de 15 a 19 anos em condições de vulnerabilidade social.	Concessão de bolsas condicionadas aos jovens enquadrados dentro dos parâmetros de idade e vulnerabilidade social definidos: desempregados, ensino fundamental ou médio incompletos e domiciliados nas áreas de risco de violência dos municípios de médio e grande porte. Prioridade para os jovens pertencentes às famílias com renda inferior a 2 salários mínimos.
Prevenção Social da Criminalidade	Desmotivar a entrada de jovens em atividades ilícitas por meio da disponibilização de atividades sócio-educativas e profissionalizantes voltadas para sua inclusão social.	Implantar, em áreas de risco de municípios de médio e grande porte, núcleos de referência que disponibilizem atividades de esporte, música, dança, teatro e cursos profissionalizantes, entre outros. Realização de campanhas educativas para prevenção do uso de drogas. Recuperação de dependentes químicos.
Gestão da Segurança Pública	Aumentar a efetividade das instituições do sistema de defesa social e melhorar a qualidade dos serviços prestados.	Implantação de métodos de gestão orientada para resultados em todas as instituições do sistema
Capacitação Policial Orientada para Resultados	Elevar a qualificação dos policiais civis e militares, com ênfase na solução de problemas e mediação de conflitos, adoção de procedimentos padronizados de conduta policial e aumento da capacidade de análise e reflexão crítica dos problemas.	Elevar a escolaridade de todos os policiais, em especial aqueles com poucos anos de estudo. Formação continuada como condição de reconhecimento e ascensão profissional. Modernização do currículo de formação de policiais, aumentando a ênfase em disciplinas relacionadas a temas como o diálogo com a sociedade, direitos humanos e técnicas para análise e formulação de estratégias e ações de segurança.
Policiamento Comunitário e Solução de Problemas	Melhorar a efetividade da ação policial e ampliar a participação da sociedade nas atividades de segurança pública.	Implantação do policiamento comunitário em novas comunidades e capacitação dos policiais nessa metodologia. Envolvimento das comunidades para definição de prioridades, identificação das melhores soluções e colaboração no policiamento e ações preventivas.
Gestão da	Promover a articulação de	Fortalecimento e alinhamento estratégico do

Competitividade Sistêmica no Interior	recursos e iniciativas para melhoria da competitividade sistêmica do interior do Estado.	Compete-ES e do Investe-ES para enfatizar sua atuação no interior do Estado. Implantação de iniciativas relacionadas à capacidade de inovação, infraestrutura de tecnologia industrial básica, gestão da qualidade de produtos e serviços, design e desenvolvimento de produto, capacitação de recursos humanos, inteligência de mercado, infraestrutura econômica, estímulo ao comércio exterior e acesso ao crédito, para a melhoria da competitividade de arranjos e cadeias produtivas.
APL Café	Melhorar a capacidade competitiva e promover a agregação de valor na cadeia produtiva da cafeicultura capixaba.	Instalação de uma fábrica de café solúvel na região Noroeste, para agregar valor ao café conilon. Expansão dos centros de estudo, degustação e desenvolvimento de cafés especiais na região das montanhas. Desenvolvimento de pesquisa para o aprimoramento de variedades.
APL Alimentos e Bebidas	Melhorar a capacidade competitiva e promover a agregação de valor e diversificação da cadeia produtiva de alimentos e bebidas em todo o Estado.	Capacitação da mão-de-obra e do corpo gerencial. Disseminação das melhores práticas em inteligência de mercado (acesso à informação e mercados). Eliminação da informalidade. Desenvolvimento do sistema logístico de armazenagem e distribuição.
APL Turismo	Melhorar a competitividade da cadeia produtiva, com ênfase na revitalização de centros turísticos, melhoria da infraestrutura, criação de centros de eventos, consolidação de rotas turísticas, qualificação de pessoal e melhoria da governança.	Revitalização do centro de Guarapari. Criação de um centro de eventos na região de Pedra Azul. Melhoria da infraestrutura através do Prodetur II. Construção da estrada parque de Caparaó. Construção de infraestrutura para eventos na região metropolitana. Atração de investimentos na categoria resort. Preservação ambiental e paisagística. Capacitação profissional e empresarial. Construção de uma marina de uso público. Melhoria da governança da cadeia produtiva.
Cadeia Produtiva da Pecuária Leiteira	Melhorar a capacidade competitiva da cadeia produtiva, com ênfase em tecnologia, qualificação de pessoal, assistência técnica e cooperativismo.	Melhoria do rebanho. Capacitação dos produtores. Integração de produtores e empresas com Incaper e Ufes. Profissionalização da gestão das cooperativas.
Planejamento e Gestão de Cidades	Prover a Rede de Cidades do Espírito Santo de instrumentos de planejamento e gestão que façam frente aos desafios de crescimento, sustentabilidade e qualidade do espaço urbano.	Difusão da aplicação dos instrumentos de planejamento e gestão de cidades, incluindo: planejamento estratégico, elaboração de plano diretor, ordenamento territorial e elaboração e aplicação da legislação pertinente. Introdução de sistemas e práticas de gestão que privilegiem a governança democrática ancorada na sociedade. Implantação de sistemas de informação e geoprocessamento. Integração de instrumentos de planejamento e gestão entre os municípios. Premiação da excelência na gestão municipal.
Rede de Cidades Caparaó	Fortalecer a rede de cidades que compõem a região de Caparaó, através de ações integradas de planejamento e intervenções que contribuam para o desenvolvimento sustentável dos municípios.	Ampliação da oferta dos serviços de saúde e de educação de nível técnico e qualificação para o trabalho. Valorização do patrimônio histórico, cultural e ambiental. Melhoria das condições de infraestrutura de conexão inter e intra-regional. Ampliação da capacidade de suprimento de energia e da rede de fibra ótica. Desenvolvimento do agroturismo, agricultura orgânica, aquicultura, cafés especiais, fruticultura, turismo ecológico, de aventura e histórico-cultural. Conservação e



		recuperação das bacias dos rios Itapemirim e Itabapoana e do entorno do Caparaó. Expansão do saneamento básico e gestão integrada da coleta e destinação de lixo.
Universalização do Saneamento	Universalizar o acesso aos serviços de abastecimento de água e de coleta e tratamento de esgotos urbanos em todo o Estado.	Aprimoramento do marco regulatório. Melhoria da eficiência dos prestadores de serviço. Continuidade do Projeto Águas Limpas.
Conservação e Recuperação da Mata Atlântica	Manter, recuperar e ampliar a cobertura vegetal nativa de Mata Atlântica do Estado, tendo em vista a manutenção de paisagens e habitats adequados para a conservação da biodiversidade e garantia do fluxo de serviços ambientais.	Implantação do Corredor Central da Mata Atlântica. Criação e consolidação de Unidades de Conservação. Efetivação de Reservas Legais e Áreas de Preservação Permanente em propriedades privadas. Recuperação de áreas degradadas.
Sistema Estadual de Gerenciamento de Recursos Hídricos	Implantar um sistema de gestão de recursos hídricos, descentralizado e participativo, nos moldes da Lei 5.818/98.	Implantação de um órgão gestor forte, comitês e agências de bacias hidrográficas. Implantação dos demais instrumentos de gestão: os Planos das Bacias Hidrográficas; o enquadramento dos corpos de água em classes; a cobrança pelo uso de recursos hídricos; e o sistema de informações. Regularização dos usos significantes de água no Estado, m integração com a ANA e cadastramento através do CNARH. Mapeamento Hidrogeológico. Estabelecimento de condições para o uso sustentável de águas subterrâneas.
Expansão e Diversificação de Plantios Agroflorestais Comerciais	Ampliar a área coberta por florestas plantadas, tanto em regime comercial quanto em regime agroflorestal.	Otimização do desempenho produtivo do setor de florestas plantadas, incluindo o segmento de transformação industrial. Estabelecimento de incentivos aos setores agroflorestal, fruticultura e cultivo de palmeiras. Incentivo ao plantio de espécies nativas. Estímulo a ações de preservação de fragmentos de florestas remanescentes e recuperação espontânea das formações vegetais nativas.
Gerenciamento de Resíduos Sólidos	Equacionar a destinação e reaproveitamento de resíduos sólidos urbanos, industriais e rurais.	Adoção de um modelo de gestão, abrangendo todos os municípios e todos os empreendimentos geradores de resíduos sólidos. Construção de novos aterros sanitários. Educação ambiental. Implantação da coleta seletiva e reciclagem.
Educação Ambiental	Melhorar a percepção da sociedade em relação ao meio ambiente e às práticas de conservação de recursos naturais.	Implementação da educação ambiental no ensino básico. Divulgação dos riscos da degradação ambiental e da relevância da conservação da natureza para a qualidade de vida das gerações presente e futuras. Disseminação de práticas e atividades extracurriculares, em todas as unidades de ensino, do infantil ao superior, públicas e privadas, em relação à conservação dos recursos naturais. Implantação de atividades de conservação ambiental em todas as unidades do setor público. Disseminar os princípios de conservação dos recursos naturais junto ao setor produtivo.
Conservação de Solos	Orientar o manejo adequado dos solos para assegurar a sustentabilidade do	Estruturação do inventário pedológico do Estado. Identificação das áreas de grande susceptibilidade à erosão. Organização de dados e informações sobre

	desenvolvimento das atividades econômicas em nível local.	pedologia e uso e ocupação do solo. Adoção de práticas conservacionistas e de recuperação de solos degradados.
Promoção e Atração de Investimentos	Intensificar a atividade de promoção e atração de investimentos segundo uma estratégia caracterizada por seletividade, agressividade e articulação.	Atuação na promoção e atração de investimentos levando em consideração: (I) a diversificação da economia em setores coerentes com as potencialidades do Estado; (II) a agregação de valor à produção em setores existentes ou novos; (III) o adensamento das cadeias produtivas existentes e futuras; e (IV) a interiorização do desenvolvimento, a inserção regional e a conservação de recursos naturais.
Qualificação de Mão-de-Obra para os Setores Produtivos	Prover o setor produtivo capixaba de mão-de-obra qualificada de acordo com o crescimento esperado da demanda.	Fortalecimento e ampliação do Qualifica ES, incluindo a identificação de demandas prospectivas das cadeias produtivas do Estado, articulação dos principais agentes de formação profissional, viabilização de financiamentos, participação ativa das empresas para assegurar a qualidade da formação da mão-de-obra e a avaliação de resultados e impactos.
Desenvolvimento e qualificação de Fornecedores	Capacitar e qualificar fornecedores locais para atendimento das demandas das empresas instaladas no Estado, inclusive dos arranjos produtivos locais e do setor público, visando ao aumento do conteúdo local e à inserção competitiva em novos mercados.	Desenvolver e qualificar fornecedores, incluindo a identificação das demandas atuais e futuras para bens e serviços junto às cadeias produtivas, aos APLs e ao Setor Público. Caracterização da demanda por Tecnologia Industrial Básica (normalização técnica, certificação da qualidade, metrologia e propriedade intelectual) e Design para desenvolvimento de fornecedores. Adequação da infraestrutura tecnológica por meio da articulação de empresas com universidades, institutos e agências de fomento.
Tecnologia e Inovação	Ampliar a capacidade de inovação do setor produtivo capixaba para aumento da competitividade.	Ampliação da capacidade local de formulação e gestão de projetos de desenvolvimento tecnológico. Ampliação da capacidade de captação de recursos de financiamento oriundos de agências e empresas. Expansão e melhoria da infraestrutura tecnológica capixaba com ênfase em recursos humanos e redes de laboratórios. Execução de projetos para atendimento da demanda do setor produtivo, tendo em vista a agregação de valor. Estímulo à realização de projetos de desenvolvimento tecnológico pelas empresas.
Eixo Longitudinal Interiorano	Aumentar o grau de integração das regiões do oeste do Estado, favorecendo a interiorização do desenvolvimento.	Implantação de ligação rodoviária contínua entre Bom Jesus do Norte, na divisa com o Rio de Janeiro, passando por Nanuque, na divisa com Minas Gerais, até a divisa com a Bahia. Interligação, de Norte a Sul, de toda a porção oeste do território capixaba.
Eixos Transversais	Aumentar a integração entre o interior do Estado e o litoral; ampliar as conexões com o estado de Minas Gerais.	São previstos seis eixos transversais: Eixo Transversal Sul; Eixo Transversal Sul Serrano; Eixo Transversal Centro Norte; Eixo Transversal Rio Doce; e Eixo Transversal Centro Sul; e Eixo Transversal Norte.
Profissionalização e Inovação no Serviço Público	Melhorar a qualidade dos serviços prestados pelas instituições públicas capixabas, por meio de seleção, formação e desenvolvimento de gestores públicos profissionais e	Identificação do quantitativo das funções de direção e assessoramento. Criação de cargo de gestor de políticas públicas. Organização de programas de seleção e de capacitação de gestores públicos. Estabelecimento de programas de desenvolvimento gerencial contínuo para dirigentes. Estímulos à

	da inovação no campo da gestão pública.	inovação para melhorar a qualidade e reduzir o custo do serviço público. Adoção de incentivos baseados no desempenho referenciado a resultados.
Disseminação da Cultura Capixaba na Educação	Valorizar e incorporar a cultura, história e aspectos locais capixabas no cotidiano do sistema educacional, desde o ensino fundamental até o superior.	Alteração dos currículos escolares. Desenvolvimento de atividades extracurriculares em torno da história e cultura capixabas. Produção de material didático de qualidade. Capacitação de professores. Fomento à pesquisa sobre o Espírito Santo.
Preservação das Manifestações Culturais Tradicionais	Apoiar e valorizar as manifestações culturais populares e tradicionais do Estado, visando à sua preservação.	Mapeamento das manifestações culturais tradicionais. Melhoria da infraestrutura requerida. Apoio à criação de associações. Promoção e organização de eventos de cultura popular.
Rede de Espaços Culturais	Melhorar a gestão, ampliar e revitalizar a rede de centros de memória e de cultura do Espírito Santo localizados na Grande Vitória e em outros municípios.	Recuperação e disponibilização dos espaços culturais. Preservação do patrimônio cultural. Intercâmbio cultural. Incentivo a espaços e salas geridas pela iniciativa privada. Utilização de espaços públicos e comunitários tradicionalmente não utilizados para a arte. Abertura e manutenção de espaços culturais pelos municípios. Manutenção de corpos artísticos estáveis. Adoção de novos modelos de gestão pública não governamental na área cultural.
Desenvolvimento do Esporte	Tornar o Estado referência nacional em modalidades esportivas selecionadas	Criar centros e programas de excelência em algumas modalidades selecionadas.
A Cultura em Transformação	Incentivar as manifestações contemporâneas da cultura, buscando a renovação dos elementos culturais locais e a sua integração às influências nacionais e globais, com enfoque principal na juventude.	Apoio a festivais, eventos e projetos voltados para as manifestações culturais e artísticas contemporâneas.

## Anexo 5

### QUESTIONÁRIO I: Entrevistados do Ifes - *Campus* de Alegre:

- 1.1 Coordenadores dos cursos: Técnico em Agropecuária, Técnico em Agroindústria, Técnico em Informática, Licenciatura em Ciências Biológicas, Análise e Desenvolvimento de Sistemas, Tecnologia em Cafeicultura, Tecnologia em Aquicultura;
- 1.2 Coordenador do Polo de Educação Ambiental
- 1.3 Coordenador de Pesquisa, Pós-Graduação e Extensão
- 1.4 Diretora de Ensino

As entrevistas serão realizadas em duas etapas.

A 1ª etapa: constará de três perguntas:

1 - Você acha que a proposta dos cursos técnicos e superiores oferecidos pelo Ifes – *Campus* de Alegre contemplam as demandas dos setores produtivos além de outros setores de interesses da microrregião do Caparaó?

( ) SIM ( ) NÃO

Justifique:

2 – Atualmente existe algum projeto de extensão e pesquisa do Ifes – *Campus* de Alegre em fase de implementação e que está diretamente relacionado com as demandas apontadas pelos setores produtivos, além de outros setores de interesses da microrregião do Caparaó?

( )SIM ( ) NÃO

Exemplo:

3 – Como você avalia as atividades de pesquisa e extensão na perspectiva das demandas socioeconômicas, políticas, culturais e ou ambientais da microrregião do Caparaó?

Dias após a entrega das perguntas respondidas na primeira etapa, os mesmos entrevistados serão convidados a responder as novas perguntas da 2ª etapa:

1- Você conhece o planejamento estratégico para a microrregião do Caparaó instituído pelo governo do estado?

SIM  NÃO

2 - Você tem informação sobre a participação do Ifes – Campus de Alegre nas etapas de discussão e aprovação do plano estratégico para a microrregião do Caparaó, 2006-2025?

SIM  NÃO

3 - Enquanto instituição de ensino e de formação de profissionais, qual a importância do Ifes – *Campus* de Alegre para a microrregião do Caparaó?

4- Quais são as instituições representativas dos setores produtivos, socioculturais, educativas e ambientais que você tem conhecimento na microrregião do Caparaó?

5.1.Existe alguma interlocução com tais instituições?

SIM  NÃO

5.2. Quais?

5.3.Que tipo de interlocução ou relação existe?

## Anexo 6

**QUESTIONÁRIO II.** Entrevistados: alunos dos 3<sup>os</sup> anos dos cursos Técnicos do Ifes –  
*Campus de Alegre*

1. Cidade de origem, onde sua família reside?

1.1  área urbana  área rural - Distrito:

2. Recebe algum benefício social:  SIM  NÃO

2.1 Qual?

3. Em qual curso você está matriculado?

Médio integrado/Técnico em Agropecuária

Médio integrado/Técnico em Agroindústria

Médio integrado/Técnico em Informática

4. O que levou você a fazer o curso?

interesses nos negócios familiares

facilidade de atuação profissional no mercado de trabalho

valorização e remuneração profissional

apenas para adquirir conhecimentos

falta de opção

5. Qual a sua perspectiva de atuação profissional com a conclusão do curso?

assessorar atividades familiares de acordo com a formação

atuar profissionalmente no mercado

apenas ter uma formação

nenhuma perspectiva

6. Você acha que na região há possibilidade de aproveitamento profissional?

sim  não

7. Você acha que os cursos oferecidos pelo Ifes – *Campus* de Alegre contemplam as demandas (necessidades) relacionadas aos setores produtivos, socioculturais, educativos e ambientais da região?

8. Qual a sua opinião sobre o papel do Ifes – *Campus* de Alegre no contexto do desenvolvimento socioeconômico, político e cultural da região?

muito expressivo

pouco expressivo

nenhuma expressão

9. Você tem proposta de outros cursos que poderiam ser ofertados pelo Ifes - *Campus* de Alegre e que poderiam ser de importância para o desenvolvimento da região:

SIM  NÃO

Quais?

10. Você tem conhecimento de algum projeto de pesquisa e extensão realizados pelo Ifes – *Campus* de Alegre?

Quais?

11. Você participa de algum dos projetos de pesquisa e extensão do Ifes – *Campus* de Alegre?

SIM  NÃO

Qual projeto?

Quem são os parceiros?

## Anexo 7

**QUESTIONÁRIO III.** Entrevistados: alunos formandos dos cursos superiores do Ifes - *Campus* de Alegre

1. Cidade de origem, onde sua família reside?

1.1 ( ) área urbana ( ) área rural - Distrito:

2. Recebe algum benefício social: ( ) SIM ( ) NÃO

2.1 Qual?

3. Em qual curso você está matriculado?

( ) Médio integrado/Técnico em Agropecuária

( ) Médio integrado/Técnico em Agroindústria

( ) Médio integrado/Técnico em Informática

4. O que levou você a fazer o curso?

( ) interesses nos negócios familiares

( ) facilidade de atuação profissional no mercado de trabalho

( ) valorização e remuneração profissional

( ) apenas para adquirir conhecimentos

( ) falta de opção

5. Qual a sua perspectiva de atuação profissional com a conclusão do curso?

( ) assessorar atividades familiares de acordo com a formação

( ) atuar profissionalmente no mercado

( ) apenas ter uma formação

( ) nenhuma perspectiva

6. Você acha que na região há possibilidade de aproveitamento profissional?

( ) SIM ( ) NÃO

7. Você acha que os cursos oferecidos pelo Ifes – *Campus* de Alegre contemplam as demandas (necessidades) relacionadas setores produtivos, sócio culturais, educativos e ambientais da região?



8 . Qual a sua opinião sobre o papel do Ifes – *Campus* de Alegre no contexto do desenvolvimento socioeconômico, político e cultural da região?

- ( ) muito expressivo
- ( ) pouco expressivo
- ( ) nenhuma expressão

9. Você tem proposta de outros cursos que poderiam ser ofertados pelo Ifes – *Campus* de Alegre e que poderiam ser de importância para o desenvolvimento da região:

( ) SIM ( ) NÃO

Quais?

10. Você tem conhecimento de algum projeto de pesquisa e extensão realizados pelo Ifes – *Campus* de Alegre?

Quais?

11. Você participa de algum projeto de pesquisa e extensão do Ifes – *Campus* de Alegre?

( ) SIM ( ) NÃO

Quem são os parceiros?

12. Você conhece o planejamento estratégico elaborado pelo governo do Estado para a Microrregião do Caparaó?

( ) SIM ( ) NÃO

13. Na condição de aluno, você participou de alguma etapa da discussão para elaboração do planejamento estratégico da microrregião do Caparaó 2006 a 2025?

( ) SIM ( ) NÃO

14 – Você conhece algum canal de interlocução entre o Ifes – *Campus* de Alegre e outras instituições existentes na microrregião do Caparaó?

( ) SIM ( ) NÃO

Quais:

## Anexo 8

**QUESTIONÁRIO IV.** Entrevistados: Gestores dos Sindicatos dos Produtores Rurais e do INCAPER dos municípios da Microrregião do Caparaó.

01. Existe algum canal de interlocução com o Ifes – *Campus* de Alegre?

SIM  NÃO

02. O Consórcio Caparaó participa de algum projeto de pesquisa e extensão do Ifes – *Campus* de Alegre?

SIM  NÃO

Quais:

03. Na condição de gestor do Consórcio Caparaó você acha que os cursos do Ifes – *Campus* de Alegre atendem as demandas da região?

SIM  NÃO

04. Como você analisa o papel do Ifes – *Campus* de Alegre no contexto do desenvolvimento socioeconômico, político e cultural da região?

05- Na perspectiva de desenvolvimento da Microrregião do Caparaó, você tem alguma outra proposta de novos cursos ou serviços que o Ifes – *Campus* de Alegre poderia oferecer?

SIM  NÃO

Quais:

06 – Você tem conhecimento do planejamento estratégico do governo do Estado para a Microrregião do Caparaó no período de 2006 a 2025?

SIM  NÃO

6.1 – Vocês participaram da discussão e elaboração?

SIM  NÃO

6.2 – Caso tenham conhecimento e ou participado você entende que o planejamento estratégico contempla as reais necessidades de desenvolvimento para a microrregião do Caparaó?